



UFRR

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

VALCLEIA BARROS ROCHA

**O SIGNIFICADO DO “NOVO” URBANO NA ÚLTIMA FRONTEIRA
AMAZÔNICA**

**BOA VISTA, RORAIMA
2013**

VALCLEIA BARROS ROCHA

O SIGNIFICADO DO “NOVO” URBANO NA ÚLTIMA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Roraima, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Produção do Território Amazônico.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva.

VALCLEIA BARROS ROCHA

O SIGNIFICADO DO “NOVO” URBANO NA ÚLTIMA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Dissertação apresentada como pré-requisito para conclusão do Curso de Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima. Área de Concentração: Produção do Território Amazônico. Defendida em 18 de março de 2013 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Rogério de Freitas Silva – Orientador - UFRR

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior – UFPA

Prof. Dra. Virgínia Célia Cavalcante de Holanda - UVA

Prof. Dra. Maria Goretti Leite de Lima - UFRR

Boa Vista, Roraima
2013

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação a uma mulher preciosa e valorosa, minha mãe: Maria da Conceição Barros Rocha, pelo amor, incentivo, apoio e orações dedicadas a minha vida. Ao meu pai: Nilton Chagas Rocha.

Para minhas irmãs: Valdileia e Ebelize, e irmãos: Adailton, Adriano e Benezio pelo apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, o meu Senhor, por me proporcionar saúde física e espiritual, em conceder paz no meu coração nos momentos de aflições e por inúmeras bênçãos e vitórias nessa caminhada.

Agradeço a duas famílias preciosas: a Sirlene Gomes dos Santos Pedroso e seu esposo Luiz Alves; a Lidia de Oliveira Silva e seu esposo Valdemar Ribeiro, suas filhas Adriana e Luzia pelo apoio, cuidado, proteção com a minha vida e da minha família neste estado.

A CAPES pela concessão da Bolsa de Demanda Social e apoio financeiro durante todas as etapas deste estudo.

Ao meu orientador, Paulo Rogério de Freitas Silva, pelo carinho, apoio, diálogo, incentivo, paciência durante o processo de construção e desenvolvimento da pesquisa.

Aos meus professores do Mestrado em Geografia que nos apoiaram nessa caminhada. Aos colegas do mestrado pelo diálogo, companheirismo no decorrer do curso.

A Secretaria de Educação do Estado de Roraima e a Prefeitura Municipal de Rorainópolis pelo apoio financeiro e por tornar possível um sonho.

Aos entrevistados pela contribuição em expor suas experiências vividas em Nova Colina. Aos secretários, professores, coordenadores pedagógicos, assistentes da escola municipal e estadual em Nova Colina e cidade de Rorainópolis.

A todos que contribuíram na execução dessa pesquisa direta e indiretamente.

Muito obrigada.

EPÍGRAFE

O Senhor, teu Deus, está no meio de ti, poderoso para salvar-te; (...). Naquele tempo, eu vos farei voltar e vos recolherei; certamente, farei de vós um nome e um louvor entre todos os povos da terra, quando eu vos mudar a sorte diante dos vossos olhos, diz o Senhor. (SOFONIAS 3: 17, 20)

RESUMO

Propomos nessa pesquisa, analisar o lugar Nova Colina localizado no Município de Rorainópolis no Estado de Roraima, buscamos elencar os processos determinantes para a sua gênese, o crescimento econômico, demográfico, espacial e o seu significado na última fronteira amazônica. Esse lugar apresentou um crescimento demográfico, econômico e espacial na primeira década do século XXI que o diferenciou de outros lugares e cidades do restante do estado configurando um novo papel como localidade central, apesar de ser apenas um minúsculo núcleo semirrural às margens da rodovia BR-174. O lugar Nova Colina, é considerado pela classificação oficial do IBGE como espaço rural, mesmo este tendo a disponibilidade de equipamentos urbanos, de atividades comerciais e de serviços públicos. Daí, propomos identificá-lo como espaço urbano localizado na última fronteira de assentamento amazônica que remete a uma redefinição para o entendimento do urbano em Roraima. A pesquisa abarca o intervalo temporal da década de 1970 ao ano de 2012. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica em obras basilares, entrevistas e observação *in loco*. E como referenciais teóricos, abordamos o conceito de lugar firmados em Carlos (1996) e Santos (2006, 2008); de rede urbana no contexto amazônico em Corrêa (1987, 1989, 2001, 2010), Ribeiro (1997, 1998) e no contexto estadual baseados em Amorim Filho e Diniz (2005a, 2005b), Silva e Silva (2004a, 2004b, 2005), Silva (2007), afirmam que a rede urbana roraimense se encontra com forte estrutura primaz, com especificidades que a individualiza, por ter uma macrocefalia urbana devido à concentração cumulativa na capital e pela forma solar que organiza essa rede. A mesma está em processo de gestação no contexto regional, denotando pouca hierarquização e complementaridade econômica entre as cidades roraimenses. Ainda nos baseamos em Becker (1994, 1988, 2006) e Machado (1999) que aborda a urbanização e o mercado de trabalho, uma vez que a fronteira na Amazônia já nasce urbana como parte do processo de ocupação social, territorial e geopolítica.

Palavras-chave: Amazônia. Fronteira Urbana. Lugar. Rede urbana. Roraima

ABSTRACT

We propose in this research, analyze the place located in Rorainópolis – Nova Colina, State of Roraima, we seek to list the processes determining its genesis, economic growth, demographic, spatial and its significance in the last frontier Amazon. This place grew demographic, economic and spatial in the first decade of this century that differed from other places and cities of the rest of the state setting up a new role as a central location, despite being only a tiny nucleus at the margins of semi-rural highway BR- 174. Nova Colina is considered by the IBGE official classification as rural, even with the availability of this urban facilities, commercial activities and public services. We propose to identify it as urban space located in the Amazon last frontier settlement that leads to a redefinition for understanding the urban in Roraima. The research covers the time interval from the 1970s to the year 2012. The methodology used was the literature research on basic works, interviews and on-site observation. And as theoretical, approach the concept of place signed by Carlos (1996) and Santos (2006, 2008); urban network in the Amazon region by Corrêa (1987, 1989, 2001, 2010), Ribeiro (1997, 1998) and state context based in Amorim Filho and Diniz (2005a, 2005b), Silva and Silva (2004a, 2004b, 2005), Silva (2007), argue that the roraimense urban network has a primate and strong structure, with specifics that individualizes by having an urban macrocephaly due to the cumulative concentration in the capital and the solar way that organizes the network. The same is in the process of gestation in the regional context, showing little hierarchy and economic complementarity between the cities in Roraima. Although we rely on Becker (1994, 1988, 2006) and Machado (1999) that addresses urbanization and the labor market, since the border city in the Amazon born as part of the process of social occupation, territorial and geopolitical.

Keywords: Amazon. Urban Border. Place. Urban network. Roraima

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Croqui de localização do Estado de Roraima no Brasil e na América do Sul.....	28
Figura 2 - Mapa das Cidades e Rede Rodoviária de Roraima.....	44
Figura 3 - Mapa de localização das cidades roraimenses no contexto interestadual e internacional.....	46
Figura 4 - Relação das cidades roraimenses com a capital – rede solar.....	50
Figura 5 - Evolução Histórica: emancipação política dos municípios de Roraima de 1890 – 1995.....	56
Figura 6 - Mapa das Mesorregiões e Microrregiões do Estado de Roraima...	59
Figura 7 - Gráfico da população urbana e da população rural roraimense – 2010.....	65
Figura 8 - Gráfico de participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto a preço básico do Estado de Roraima – 2009....	72
Figura 9 - O Núcleo Embrionário de Nova Colina em 1985.....	91
Figura 10 - Mapa da População Agregada por Setores Censitários – IBGE, 2010.....	97
Figura 11 - Croqui da espacialização e ampliação da “mancha urbana” do Aglomerado de Nova Colina de 1982 a 2008.....	100
Figura 12 - Morador Pioneiro e Administrador do Aglomerado de Nova Colina de 1982 a 1992.....	101
Figura 13 - Conjunto Habitacional do Aglomerado de Nova Colina, 1998.....	102
Figura 14 - Croqui da espacialização e ampliação da “mancha urbana” do Aglomerado de Nova Colina de 1982 a 2012.....	109
Figura 15 - Empresa Madeireira localizada as margens da rodovia BR-174.....	111
Figura 16 - Empresa de construção civil localizada as margens da rodovia BR-174.....	111
Figura 17 - Processo de ocupação e uso do solo “urbano” do Aglomerado de Nova Colina em 2012.....	112
Figura 18- Processo de ocupação e uso do solo “urbano” do Aglomerado de Nova Colina em 2012 – conjunto habitacional.....	113
Figura 19 - Modelo habitacional construído pelas empresas madeireiras para trabalhadores solteiros.....	114
Figura 20 - Modelo habitacional construído pelas empresas madeireiras para trabalhadores com família.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil e Região Norte – população residente entre 1950 e 2010.....	55
Tabela 2 - Proporção entre a população da cidade de Boa Vista e a população do Estado de Roraima entre os anos de 1950 e 2010.....	57
Tabela 3 - População residente em Roraima entre os anos de 2000 e 2010.....	62
Tabela 4 - Municípios com populações superiores a 10 mil habitantes – 2000.....	62
Tabela 5 - Municípios com populações superiores a 10 mil habitantes – 2010.....	63
Tabela 6 - Unidades de Saúde em Roraima – 2009.....	66
Tabela 7 - Comparação entre os municípios referentes a matrícula nos níveis de ensino – 2005.....	68
Tabela 8 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever - taxa - grupos de idade em Roraima entre 2000 e 2010.....	69
Tabela 9 - Pecuária do Estado de Roraima e de Rorainópolis - 2004 a 2007 e 2011.....	74
Tabela 10 - Estado de origem dos Moradores Pioneiros entrevistados – 2012.....	83
Tabela 11 - População dos Aglomerados do Município de Rorainópolis – Setores Censitários, 2000.....	95
Tabela 12 - Alunos matriculados na escola municipal no Aglomerado de Nova Colina, anos 2005, 2009 a 2012.....	103
Tabela 13 - Quantidade de alunos oriundos das vicinais para a Escola Municipal Josefa da Silva Gomes.....	104
Tabela 14 - Quantidade de alunos matriculados na Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz, 2001- 2012.....	105
Tabela 15 - Empresas Madeireiras – estados de origem e ano de instalação em Nova Colina.....	116
Tabela 16 - Mercado consumidor dos produtos madeireiros entre 2010 e 2012.....	122

LISTA DE SIGLAS

1º PELPM	1º Pelotão de Polícia Militar
3ª CIPM	3ª Companhia Independente de Polícia Militar de Rorainópolis
3º GPM	3º Grupo Policial Militar
AC	Acre
AL	Alagoas
AM	Amazonas
AP	Amapá
BA	Bahia
BEC	Batalhão Especial de Engenharia e Construção do Exército
BR-174	Rodovia Federal BR-174
BR-210	Rodovia Federal BR-210
BR-401	Rodovia Federal BR-401
CAER	Companhia de Águas e Esgotos de Roraima
CE	Ceará
CERR	Companhia Energética de Roraima
CPI	Comando de Policiamento do Interior
DF	Distrito Federal
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ES	Espírito Santo
FEMARH	Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
GO	Goiás
HA	Hectare
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços
IMADEX	Indústria Madeireira Xingu
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITERAIMA	Instituto de Terras e Colonização do Estado de Roraima
KM²	Quilômetro quadrado
M	Metros
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
MP	Morador Pioneiro

MP1 1957	Morador Pioneiro, o primeiro a chegar entre os entrevistados, o ano de 1957
MP2 1972	Morador Pioneiro, o segundo a chegar entre os entrevistados, o ano de 1972
MP3 1978	Morador Pioneiro, o terceiro a chegar entre os entrevistados, o ano de 1978
MP4 1981	Morador Pioneiro, o quarto a chegar entre os entrevistados, o ano de 1981
MP5 1981	Morador Pioneiro, o quinto a chegar entre os entrevistados, o ano de 1981
MP6 1982	Morador Pioneiro, o sexto a chegar entre os entrevistados, o ano de 1982
PA	Pará
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAD/ANAUÁ	Projeto de Assentamento Dirigido Anauá
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PCN	Projeto Calha Norte
PE	Pernambuco
PF	Polícia Federal
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Programa de Integração Nacional
POLAMAZÔNIA	Programas de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
PROTERRA	Programa de Redistribuição de Terras
RH	Recursos Humanos
RJ	Rio de Janeiro
RN	Rio Grande do Norte
RO	Rondônia
RR	Roraima
RR Madeiras	Empresa Roraima Madeiras
TV	Televisão
S/D	Sem Data
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEMED	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto
SEMSA	Secretaria Municipal de Saúde de Rorainópolis
SIAB	Sistema de Informação da Atenção Básica
SP	São Paulo
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TELAIMA	Telecomunicações de Roraima
TMBV 2010	Trabalhador da Madeireira Boa Vista, ano da chegada – 2010
TMRR 2010	Trabalhador da Madeireira Roraima Madeiras, ano da chegada – 2010
TMX 2010	Trabalhador da Madeireira Xingu, ano da chegada – 2010
TO	Tocantins
TVIA 2010	Trabalhador da Empresa VIA, ano da chegada – 2010

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	AS TÉCNICAS DA PESQUISA.....	23
1.2	ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO.....	25
2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO: FRONTEIRAS GEOPOLÍTICAS E DE ASSENTAMENTO.....	27
2.1	CIDADES AMAZÔNICAS: FRONTEIRA URBANA MÓVEL.....	35
3	RORAIMA NO CONTEXTO REGIONAL AMAZÔNICO: ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E URBANA.....	39
3.1	HIERARQUIA URBANA RORAIMENSE.....	43
3.2	NA BUSCA DE COMPREENDER O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DOS MUNICÍPIOS DE RORAIMA.....	51
3.3	MAPEANDO OS EQUIPAMENTOS URBANOS RORAIMENSES.....	65
4	A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO EXTREMO SUL DE RORAIMA.....	76
4.1	CONHECENDO NOVA COLINA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES PIONEIROS.....	79
4.1.1	A estrutura espacial de Nova Colina na década de 1970 e 1980.....	83
4.1.2	Conhecendo as experiências dos MP no acesso aos serviços básicos em Nova Colina nas décadas de 1970 e 1980.....	87
4.2	DEFININDO O USO DO CONCEITO DE AGLOMERADO PARA NOVA COLINA.....	92
4.3	REFLETINDO OS EQUIPAMENTOS URBANOS DO AGLOMERADO DE NOVA COLINA.....	99
4.4	ESPACIALIZANDO O AGLOMERADO DE NOVA COLINA A PARTIR DE 2008.....	108
4.4.1	Empresas Madeireiras e da VIA perspectivas e dificuldades no exercício das atividades econômicas.....	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	135
	APÊNDICES.....	140

1 INTRODUÇÃO

Ao propormos um estudo que busca analisar o significado do “novo” urbano na Amazônia brasileira, partimos da ideia de Corrêa (2001) quando, ao estudar a rede urbana brasileira, destaca a complexidade genética do urbano no Brasil, demonstrando que muitos lugares surgiram ainda no século XVI e muitos ainda surgem e surgirão nos confins amazônicos em pleno século XXI.

Esses lugares organizam o urbano local e se tornam nós na complexa rede urbana brasileira, exercendo funções que estão correlacionados a realidade geográfica onde está inserida, tal é o caso de Nova Colina no Município de Rorainópolis, sul do Estado de Roraima.

Nova Colina é um lugar surgido às margens da rodovia BR-174, concentrando uma população de aproximadamente 1.510 pessoas (IBGE, 2010). O lugar disponibiliza equipamentos urbanos, tais como: escolas, postos de saúde e militar, distribuição de água, energia elétrica, pavimentação de ruas, coleta de lixo, e outros. Neste lugar, espacializa-se a atividade de extração vegetal, com o setor madeireiro que correspondem a sete empresas oriundas da Amazônia Legal¹, das quais, quatro foram instaladas a partir de 2008, outra função econômica é a do setor de construção civil, com a empresa VIA Engenharia S. A.², a mesma atua na reconstrução da rodovia BR-174. Conta ainda com a presença de comércios em geral, como também o funcionalismo público no âmbito estadual e municipal.

De acordo com o exposto, ao propormos uma discussão que trata da formação de rede urbana, destacamos baseados inicialmente em Corrêa (1989, p.8) que:

[...] a rede urbana – um conjunto de centros funcionalmente articulados -, tanto nos países desenvolvidos como subdesenvolvidos, reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão sócio-espacial da sociedade. As numerosas diferenças entre as redes urbanas [...] não são nenhuma anomalia, mas expressão da própria realidade em sua complexidade.

As classificações das funções de uma cidade são relevantes para a compreensão da organização espacial, na qual a divisão territorial do trabalho urbano é uma das mais expressivas características.

¹ Região que compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, parte dos estados de Goiás e Maranhão.

² A empresa VIA Engenharia S. A., foi criada em 1980, em Brasília, para investir no mercado em ascensão da capital no País. Empresa de construção civil e especializada.

Essas diferenças caracterizadas por Corrêa correspondem à realidade de Nova Colina e sua hinterlândia que apresenta uma rede urbana simples pela realidade de sua localização.

Destacamos que ao tratarmos de lugares urbanos amazônicos assim como, de outras áreas, que os mesmos fazem parte de um conjunto de centros articulados, obedecendo a uma lógica da divisão territorial do trabalho ao desempenhar funções complexas ou simples dentro do contexto regional de cada um.

Quem colabora com essa discussão é Corrêa (1989, p.48) ao esclarecer que a rede urbana,

[...] constitui-se simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho. É um reflexo à medida que, em razão de vantagens locacionais diferenciadas, verificam-se uma hierarquia urbana e uma especialização funcional definidoras de uma complexa tipologia de centros urbanos.

O reflexo do sistema capitalista, por exemplo, determina a divisão territorial do trabalho e os lugares e regiões exercem funções específicas constituindo uma rede de hierarquia. Também é condição, pois através da rede urbana viabiliza-se a reprodução das condições de produção e apropriação do excedente em diferentes áreas, bem como da circulação do valor entre elas e o consumo de mercadorias.

Destacamos que a teoria do alemão Walter Christaller em 1933, - a Teoria das Localidades Centrais -, busca compreender a natureza da rede urbana segundo um ângulo específico que é o da hierarquia de seus centros. Neste contexto, Souza (2003, p.25) afirma que:

[...] Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico, isto é, das atividades econômicas vistas a partir de uma perspectiva espacial, uma localidade central, de maior ou menor de acordo com sua centralidade [...] de acordo com o nível de sofisticação do bem ou serviço, do país inteiro e até de outros países. [...].

Seguindo esse raciocínio, cada centro urbano ou cidade está inserido numa rede urbana e obedecendo a uma hierarquia em relação aos demais centros urbanos aí incluídos. No caso de Roraima e sua rede urbana, a mesma apresenta especificidades que a individualiza, possivelmente pela macrocefalia urbana devido à concentração cumulativa na capital e pela forma solar que organiza essa rede.

Corrêa (1989), afirma que existem princípios gerais que regulam o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento: grandes, médias e pequenas cidades e ainda minúsculos núcleos semirurais, todos são considerados como localidades centrais. As cidades, sejam elas grandes ou pequenas, possuem sua

importância no tecido urbano e estão inseridas numa rede urbana, seja ela de abrangência global-nacional ou regional-local.

Então, Nova Colina pode ser considerada, baseada nas ideias de Corrêa como um núcleo semirrural, porém, tendo sua importância no seu raio de abrangência pelas funções que concentra.

As cidades são dotadas de funções centrais que, segundo Corrêa (1989) possui atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar (hinterlândia, área de mercado, região de influência), em relação à qual a localidade central tem uma posição central. Elas fornecem serviços, distribuição de produtos ou mercadorias, a lugares longínquos por meio de fixos e fluxos dentro da malha urbana.

Ao se reportar à rede urbana nacional, destacamos que cada cidade tem um papel específico, não mantendo relações apenas com as mais próximas, em decorrência dos fluxos que entre elas podem intensificar-se graças à maior flexibilidade dos meios de comunicação, como afirma Santos (2008). Assim, um centro de nível hierárquico mais baixo e de porte pequeno ou mesmo intermediário pode dirigir-se para um centro de hierarquia mais elevada à grande distância.

Com isso, as cidades têm alcance máximo ou mínimo na distribuição de bens e serviços, considerando as escalas espaciais e de população que, por sua vez, estabelecem uma hierarquização da oferta, de bens e serviços, isto é, uma hierarquia urbana que expressa um padrão hierárquico sistemático e acumulativo de funções centrais, onde os centros e regiões de influência são encaixados os menores nos maiores.

Diante do exposto, Corrêa (1989) diz que quanto maior o nível hierárquico de uma localidade central, maior o número de funções centrais, sua população urbana, sua região de influência e o total da população servida. Inversamente, maior o nível hierárquico, menor o número de centros do mesmo nível e mais distanciados estão entre si.

É através da rede urbana que se viabiliza a reprodução das condições de produção e apropriação do excedente em diferentes áreas, cidades, países, bem como da circulação do valor entre elas e o consumo de mercadorias.

Para Ribeiro (1997) o capital cria para ele próprio, no processo de generalização geográfica e na formação da rede urbana, uma nova “reserva de

lugares³ de maneira análoga ao exército industrial de reserva, fortalecendo com a funcionalidade dos lugares e cidades em diversas partes do globo.

Ainda Ribeiro (1997) afirma que a rede urbana tende a ser alterada em sua forma e função, visto que a sua dinâmica depende dos atores que geram e controlam a rede, além da posição de cada um deles com relação aos fluxos que circulam e são comunicados na rede. Tais fluxos manifestam a prática social dos atores e suas estratégias de gestão territorial, na qual a rede urbana passa a ser o *locus* de múltiplas redes técnicas e sociais sendo organizada de modo específico, demonstrando que as cidades amazônicas são resultantes de processos políticos e ideológicos implementados na região como meio de inserção da Amazônia no sistema capitalista.

Portanto, o processo de formação do urbano na Amazônia que define as redes urbanas esteve atrelado ao sistema capitalista, desde os processos de extração florestal, por meio de ciclos econômicos subjacentes aos projetos e programas pensados para a região.

Essa rede urbana constituída ao longo dos anos metamorfoseou-se pelos diversos padrões de ocupação territorial e social, sendo ora dendrítico, às margens de rios e seus afluentes, ora solar, com uma forte concentração cumulativa num único centro.

Neste sentido, Corrêa (1989, p.52) afirma que:

[...] no capitalismo, se dá a criação, apropriação e circulação do valor excedente. [...] ela é como a cristalização do processo de realização do ciclo do capital, [...] pode ser considerada ainda como a forma sócio-espacial de realização do ciclo de exploração da grande cidade sobre o campo e centros menores.

A partir da década de 1960 o urbano na Amazônia adquire uma maior complexidade, visto por meio de políticas do Estado brasileiro voltadas em atender aos programas governamentais de segurança nacional e de integração social e territorial da inóspita região ao restante do país.

³ Milton Santos (2004, p.248) fala que a noção de “exército de reservas de lugares”, tratada por R. Walker (1978) ganha novo significado atualmente, pois trata-se de um verdadeiro exército profissional, cada membro devendo ser preparado para bem exercer determinadas funções, uma vez que vivemos em um mundo onde os lugares mostram uma tendência a um mais rápido envelhecimento (de um ponto de vista técnico e socioeconômico), com ritmos diversos e inesperados segundo regiões e países.

No que se refere à organização da rede urbana de Roraima, destacamos que a mesma como afirmam Diniz e Santos (2006), Silva e Silva (2004a) e Silva (2007), é incipiente, desequilibrada⁴ estando num processo de organização e estruturação.

Para Amorim Filho e Diniz (2005b), a rede urbana no Estado de Roraima, encontra-se em um estágio semelhante ao de outras redes urbanas em formação em outras partes da Região Amazônica. Essa formação se deve em Roraima ao intenso processo de crescimento populacional vivenciado ao longo das últimas décadas, sobretudo via imigração, concentrando a população em centros urbanos consolidados e embrionários, culminando com isso em emancipações municipais e na formação de uma rede altamente desequilibrada.

Com isso, esses pesquisadores (2005b), afirmam que as cidades de Roraima encontram-se em uma etapa bastante incipiente de hierarquização, definindo a rede urbana como embrionária, com destaque para Boa Vista, seguida pelos centros emergentes e por último pelos pequenos núcleos urbanos.

Para Silva e Silva (2004a), há questionamentos sobre a existência de uma rede urbana em Roraima devido à pequena população urbana em algumas sedes municipais, destacando que Boa Vista detém a primazia urbana extrema no estado formando uma rede urbana primaz, articulada à rede urbana de Manaus, firmando-se como um ponto nodal de controle político, institucional, econômico e social da ⁵região.

Nesse sentido, afirmam Silva e Silva (2004a, p.45) que:

Boa Vista é a capital regional de Roraima, com sua área de influência coincidindo com toda a extensão do território estadual. Assim, nesta parte da Amazônia setentrional brasileira, há uma total coincidência do conceito de cidade-região com os limites da unidade da federação.

Com isso destacando que a rede urbana de Roraima é fortemente primaz, frágil e pouco densa.

Nesta conjuntura, Silva (2007, p.192) aponta a existência de

[...] uma macrocefalia urbana e um ínfimo crescimento demográfico no interior distribuindo-se algumas pequenas cidades. Boa Vista assume a natureza de centro máximo nessa fronteira, tanto no que se refere à questão demográfica quanto à administrativa e comercial. [...] em Boa Vista,

⁴ Cabe reconhecer as particularidades das redes urbanas no Brasil, especialmente a rede urbana de Roraima, pois as relações e os processos são diferenciados na Amazônia, principalmente na Amazônia Setentrional, uma vez que há particularidades e especificidades dessa porção do território, e não sendo apenas incipiente e desequilibrada, e sim porque é composta de particularidades que diferem de outros padrões teóricos de conceituação. Ainda cabe dizer que tudo está em transformação, inclusive no Brasil e as relações e o espaço não está pronto e acabado.

se concentra a maior parte do comércio atacadista, a maior parte da renda, a elite regional e o principal mercado de trabalho urbano e, o mais importante foco das correntes migratórias de destino urbano.

Amorim Filho e Diniz (2005a) destacam que Boa Vista é a cidade média mais setentrional do Brasil, e ainda possui uma posição estratégica e geopolítica privilegiada, não somente de comandar a Bacia do Rio Branco como também na consolidação de uma integração com os países vizinhos, Venezuela e Guiana.

Ainda em Silva (2007) ao citar Scarlato (2006) ressalta a superioridade de Boa Vista, se comparada às demais cidades do estado e também as que estão próximas às fronteiras venezuelana e guianense, tais como, Santa Elena de Uairén e Lethén, a uma condição que poderíamos denominar de “metrópole”, na realidade geográfica em que está inserida. Essa condição é percebida através da geografia da percepção, no tocante às representações do imaginário, dada como as escalas se redefinem, Boa Vista assume uma grandeza diferente quando se percorrem os demais centros urbanos do estado e as proximidades da região de fronteira internacional.

Nessa lógica, ao buscarmos entender o significado do lugar Nova Colina nesse contexto regional e o seu papel na rede urbana roraimense, destacamos que o mesmo ainda não é uma cidade, considerando de acordo com o IBGE, que cidade é toda sede de município, mas se justifica a escolha desse lugar para fazermos essa reflexão pelo crescimento demográfico e espacial e pela localização ao longo da rodovia BR-174, que vem lhe conferindo um *status* de lugar de destaque no cenário local, tendo inclusive discussões que tratam de sua possível emancipação política.

Amparamos-nos como citado anteriormente, em Corrêa (1989) que define minúsculos núcleos semirurais também como localidades centrais. Assim nessa condição nos baseamos em Damiani (2007), no conceito de lugar, uma vez que, a história pode começar no lugar retratando a vida social e cotidiana que envolve relações próximas, singulares e ordinárias à mundialidade. Cada lugar representa uma instância intermediária entre o indivíduo e o mundo, representando o mundo visto que o mesmo se encontra em toda parte.

Segundo Carlos (1996, p.29) “o lugar é produto das relações humanas, entre o homem e natureza tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido”, construindo significados e sentidos tecidos pela história e cultura local, produzindo uma identidade homem-lugar. A autora afirma que o lugar ganha hoje novos enfoques, diversos conteúdos e com o desenvolvimento da ciência a noção de lugar

evolui e se transforma por uma necessidade imposta pelas transformações do mundo, tal como são as transformações nos lugares de Roraima com a globalização.

Com o fenômeno da globalização é possível verificar empiricamente o papel do processo histórico na reelaboração regional, como por exemplo, pela divisão internacional do trabalho, em que a cada momento com a evolução da técnica, da ciência e da informação novos momentos da divisão do trabalho tornaram-se numerosos. Cada momento cinde-se para reconstruir o momento seguinte e essa cisão renova o movimento declarado por Santos (2008) como o meio técnico-científico-informacional.

Para esse trabalho nos amparamos na proposta de Santos (2008, p.160) este ressalta que os lugares se definem pela sua “[...] densidade técnica, pela sua densidade informacional, pela sua densidade comunicacional, cuja fusão os caracteriza e os distingue. Essas qualidades se interpenetram, mas não se confundem”. Também se acrescenta a dimensão do tempo em cada lugar, através do evento do passado e do presente, operando essa ligação entre os lugares e uma história em movimento.

Desta forma, nos lugares ou no espaço geográfico têm-se intensificado processos de racionalização devido ao meio técnico-científico-informacional, substituindo o meio natural e o meio técnico na busca efetiva de produzir espaços da racionalidade e constituindo em suporte para as principais ações globalizadas, criando dessa forma novas ordens entre o espaço e o tempo. Assim, conduzir a uma clara intencionalidade na constituição de objetos técnicos, na ciência e na tecnologia, aspirando uma perfeição maior que a da própria natureza.

Vale esclarecer que mesmo com a racionalidade dos espaços e lugares a nível global, os espaços não são homogêneos e evoluem de maneira desigual, a difusão de objetos modernos e de ações modernas não são as mesmas em toda a parte. Neste sentido, Santos (2008, p.24) afirma que “cada lugar é uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes, individualmente dotadas de um tempo específico – daí as diferenças entre lugares”.

Embora, os lugares estejam distantes geograficamente mantêm, hoje, relações diretas ou indiretas entre si, tanto em escala regional, como nacional ou global, de onde lhes vêm matéria-prima, capital, mão de obra, recursos diversos e ordens como esclarece Santos (2008).

Santos (2008, p.170) afirma que “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Tendo em vista que com o fenômeno da globalização interação entre o local-global, este têm-se evidenciado pelo meio técnico-científico-informacional, apesar de que alguns lugares, regiões, países sejam mais perceptíveis, contudo são alcançados de forma direta ou indireta visto pela divisão internacional, territorial e social do trabalho variando em nível de escalas geográficas, denota-se, portanto uma hierarquia espacial entre os lugares.

Tendo Nova Colina como um “novo” lugar amazônico, buscamos entender o seu significado.

É importante esclarecer que usamos ao longo desse estudo a terminologia núcleos semirrurais baseados em Corrêa (1989), para retratar que lugares pequenos, rurais, podem ser considerados uma localidade central dentro de uma rede urbana. Já o uso da terminologia aglomerado rural se remete a povoado ou o uso simplesmente de aglomerado remete as peculiaridades de Nova Colina, pois segundo o IBGE é um lugar rural e não urbano dentro da estrutura do Município de Rorainópolis já que inexistente a subdivisão no contexto municipal roraimense de distritos que o definiria oficialmente de Vila, isto é, sede distrital. Por último o uso do termo lugar, se remete ao conceito chave da geografia, utilizado em conjunto com as demais terminologias citadas para referir-se aos lugares da rede urbana estadual, especificamente a municipal.

Podemos dizer que os novos lugares na Amazônia despontam como fronteira urbana e com isso, observar o significado de Nova Colina, em pleno século XXI, como um lugar urbano na última fronteira amazônica e seu processo genético evolutivo, se torna premente.

Esta proposta está apoiada em Becker (1994, p.44):

Uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipando à expansão de várias frentes. [...] A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o resto do país.

O presente estudo propõe-se analisar o lugar Nova Colina, no Município de Rorainópolis buscando entender seu significado na rede urbana do Estado de Roraima.

Nessa análise da rede urbana roraimense busca-se descobrir os processos determinantes para a formação de novos lugares ao longo da rodovia BR-174, a exemplo de Nova Colina com a finalidade de identificar os atores que influenciam no crescimento demográfico e socioeconômico dos lugares de Roraima.

Apoiamos-nos na matriz de periodização que Santos (2004, p.51) afirma ser “[...] instrumento adequado para enfrentar o tratamento do espaço em termos de tempo [...]”, uma vez que, é importante esclarecer o percurso da investigação no tempo e no espaço até chegarmos aos dias atuais.

Também nos amparamos em Corrêa (1987), que enfatiza para a importância da periodização como um instrumento geográfico, explicitado em seu estudo sobre a organização espacial amazônica e sobre a rede urbana amazônica a partir do século XVII.

Neste sentido, buscamos entender o significado de Nova Colina como um lugar que apresenta crescimento demográfico e econômico na última década proveniente da instalação de madeireiras e o seu novo papel como localidade central, apesar de ser apenas um minúsculo núcleo semirrural.

Ressaltamos que o recorte temporal corresponde ao período compreendido entre a década de 1970, ao entender que corresponde à gênese e o surgimento deste lugar, até a primeira década do século XXI, onde se apresentam transformações no espaço geográfico e na sociedade.

Sendo assim, destacamos como objeto da pesquisa, buscamos analisar a rede urbana amazônica, principalmente a setentrional, suas inter-relações, fluxos, classificações quanto a padrões e tipologias, analisando o lugar Nova Colina, no Município de Rorainópolis, buscando entender o significado desse lugar na rede urbana do Estado de Roraima.

Identificar os fatores políticos, econômicos, sociais e culturais que influenciam no crescimento socioeconômico e demográfico de Nova Colina; bem como conhecer as motivações que favoreceram a fixação e permanência dos pioneiros neste lugar ao longo dos anos, dos recentes moradores e empresas que se deslocaram e tem provocado modificações no arranjo espacial se torna uma tarefa importante nessa pesquisa.

Dessa forma, formulamos o seguinte questionamento para a nossa pesquisa: Nova Colina pode ser considerada uma localidade central apesar de ser um minúsculo núcleo semirrural? Baseamos nossa pergunta em Corrêa (1989) que

destaca que existem princípios gerais que regulam o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento.

Para responder essa pergunta buscamos verificar: Quais fatores influenciam o crescimento socioeconômico e demográfico de Nova Colina? Que transformações existentes no lugar, de fato, são reflexos da ação e da instalação das empresas no lugar? Existem políticas públicas que têm contribuído para o deslocamento de pessoas e atividades econômicas para Nova Colina?

Partimos da hipótese de que Nova Colina detém novas funções que redefine o seu papel na rede urbana local devido à instalação de madeireiras.

1.1 AS TÉCNICAS DA PESQUISA

A metodologia se constitui em um dos pilares fundamentais na pesquisa científica, pois permite a adoção de métodos e técnicas necessários à produção do conhecimento sistematizado e cientificamente aceito pelas instituições acadêmicas.

A ciência tem como objetivo fundamental chegar à veracidade dos fatos, assim, o método científico busca a verificabilidade dos fatos, juntamente com a identificação das operações mentais e técnicas nesse percurso. Desta forma, Gil (2010, p.8) define método como o “[...] caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

O levantamento bibliográfico foi realizado com a finalidade de compreender o objeto da pesquisa. Realizamos as leituras sobre os temas centrais da pesquisa como fronteira urbana, rede urbana, e obras publicadas sobre o Estado de Roraima, destacando sua história, economia, política, rede urbana, entre outras. Também buscamos as definições e respaldos teóricos sobre o conceito de lugar, basilar em nosso trabalho.

A pesquisa bibliográfica foi orientada para o levantamento de publicações e de produções acadêmicas envolvendo a temática pesquisada, com o objetivo de subsidiar a análise, a interpretação das informações e dados coletados durante a realização da pesquisa.

Foram realizadas entrevistas⁶ com os Moradores Pioneiros de Nova Colina com a finalidade de conhecer suas motivações sobre a escolha de residir nessa localidade, a percepção sobre o lugar, quais as dificuldades encontradas, as políticas públicas de assistência por parte do governo de Roraima ao longo dos anos. Diante de tais informações, decidimos criar um código mediante letras e números em algarismos arábicos para mensurar o conteúdo dessas entrevistas, (realizamos em um total de oito entrevistas) como, por exemplo, MP1 – Morador Pioneiro e o primeiro entre os entrevistados a chegar ao Aglomerado de Nova Colina, 1957, ano que o morador pioneiro chegou à localidade (MP1 1957).

Entrevistamos trabalhadores das empresas madeireiras, os quais ocupam cargos de encarregados de produção, gerente e assistente administrativo, com a finalidade de identificarmos o ano que chegaram à Nova Colina, a origem da matriz da empresa, porque da escolha de instalar-se nessa localidade, qual o principal mercado consumidor, o quantitativo de trabalhadores que atuam nessa atividade e as dificuldades encontradas para o exercício da atividade em Nova Colina. Os três trabalhadores entrevistados das empresas madeireiras também receberam um código, sendo TMX - corresponde ao Trabalhador da Madeireira – Indústria Madeireira Xingu (IMADEX), 2010, ano da chegada da empresa ao aglomerado (TMX 2010); TMRR – Trabalhador da Madeireira RR, 2010 (TMRR 2010); TMBV – Trabalhador da Madeireira Boa Vista, 2010 (TMBV 2010).

Entrevistamos, também, o trabalhador (com o cargo de Assistente Administrativo) da empresa VIA Engenharia S. A., para identificarmos a duração do projeto, a motivação da empresa em instalar-se em Nova Colina, o quantitativo de funcionários/colaboradores, a contribuição dada pela empresa para o lugar e as dificuldades que encontraram para o exercício da empresa. As informações fornecidas pelo entrevistado serão citadas no texto como TVIA 2010 – que corresponde o Trabalhador da empresa VIA e 2010 o ano que a empresa foi instalada em Nova Colina.

Em paralelo as entrevistas, realizamos também as observações, sendo um método muito utilizado pelos geógrafos na coleta de dados, buscamos identificar onde espacializou-se as atividades econômicas, as alterações ocorridas no espaço e na paisagem local, as políticas públicas no que se refere à prestação de serviços.

⁶ O roteiro das entrevistas realizadas com os moradores pioneiros, com os trabalhadores das madeireiras e da empresa VIA estão no final do trabalho – Apêndice.

Realizamos consultas em órgãos públicos com o objetivo de coletar informações, documentos e plantas, etc., que contribuíram para a análise do surgimento e crescimento do lugar, para periodizarmos essa espacialização no tempo e no espaço.

A partir destas informações coletadas em campo foi possível construir mapas, figuras, croquis, tabelas e gráficos para demonstrarmos o lugar de Nova Colina no contexto local, municipal e estadual dentro da rede urbana roraimense.

São estes os passos trilhados para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

1.2 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS DA DISSERTAÇÃO

A construção de nosso estudo está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, abordamos a definição de fronteira no contexto de Amazônia brasileira e suas definições de acordo com os critérios estabelecidos para delimitá-la, no contexto internacional, regional, político administrativo e econômico. A Amazônia, a última fronteira de assentamento do Brasil, a mesma está no final da linha de penetração, localizado também neste contexto o Estado de Roraima, refletimos o processo de ocupação e urbanização nesta fronteira.

No segundo capítulo buscamos hierarquizar e classificar as cidades roraimenses no contexto regional amazônico e estadual para identificarmos o papel que cada uma cumpre na rede urbana regional. Destacamos no âmbito estadual o processo de formação do urbano roraimense, elencando as emancipações políticas, baseados em dados estatísticos do IBGE, por meio dos Censos Demográficos de 1950 ao de 2010, buscando entender o crescimento demográfico nos espaços rurais e urbanos roraimenses, assim como elucidando os equipamentos urbanos roraimenses, disponibilizados pelo governo (federal, estadual, municipal) na prestação de serviços públicos à população.

No terceiro capítulo refletimos a gênese do Município de Rorainópolis e de Nova Colina, apontando os fatores determinantes para o surgimento desse lugar no sul do estado e definindo-o segundo os critérios de classificação do IBGE. Para isso baseamos em entrevistas com os Moradores Pioneiros e dos trabalhadores das empresas, para conhecermos as experiências vividas no processo de ocupação desse espaço, os equipamentos urbanos implementados, da recente espacialização das empresas madeireiras e da construção civil que remetem aos processos de des-

re-territorialização nesse lugar, buscando, assim, identificar os fatores que explicam o crescimento demográfico e econômico do Aglomerado de Nova Colina.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO: FRONTEIRAS GEOPOLÍTICAS E DE ASSENTAMENTO

A Amazônia brasileira faz fronteira com sete países limítrofes tais como: Guiana Francesa (estado ultramar da França), Peru, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Guiana e Suriname. Essas fronteiras podem ser entendidas como uma porção equatorial continental sul-americana denominada de Pan-Amazônia ou Amazônia Internacional, com uma área de 6,5 milhões de quilômetros quadrados, agrupando parte do Brasil e dos países citados anteriormente, definida pela enorme massa florestal, sendo que o Brasil possui 63,4% dessa Amazônia sul-americana.

Para fins censitários o IBGE classifica essa área como macrorregião Norte com uma divisão política territorial composta por sete estados – Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins, Amapá e Roraima, concentrando 45,4% da área do território nacional.

Outra delimitação é utilizada a partir da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), como uma área denominada Amazônia Legal compreendendo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso, parte dos estados de Goiás e Maranhão. Essa definição surgiu em 1953, para delimitar a área de atuação da SPVEA, que foi substituída em 1966 pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia)

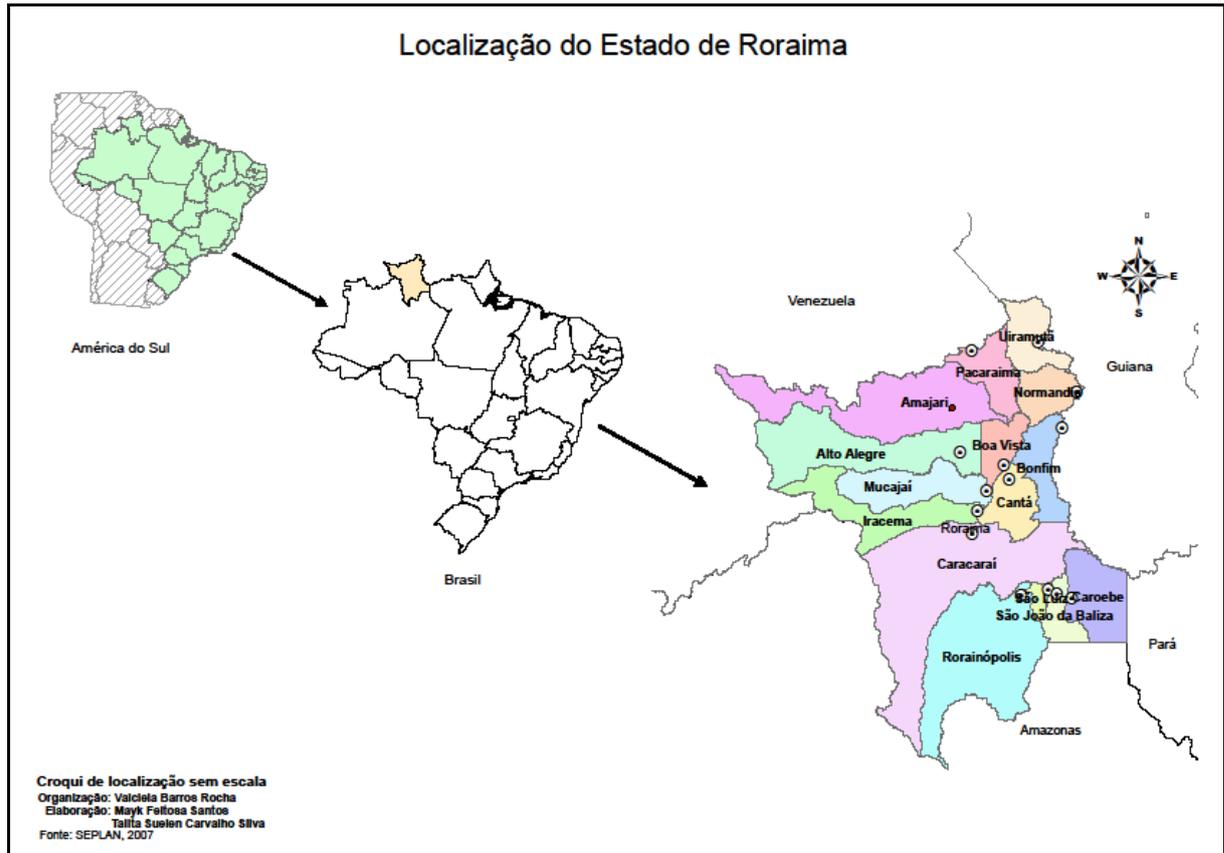
A Amazônia também é classificada como uma região econômica ou geoeconômica considera-se para essa definição o papel histórico-territorial e econômico que esse espaço tem desempenhado ao longo do tempo. Dessa forma, difere das outras regiões econômicas brasileiras existentes como o Centro-Sul e o Nordeste.

Nessa Amazônia configuram-se diferenças e particularidades em relação às demais regiões do Brasil. Os conflitos que ocorrem nessa região são decorrentes das contradições intrínsecas à inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e à reorganização acelerada da sociedade que determinam estilos de desenvolvimento nacionais e as estratégias regionais de ocupação.

No contexto nacional, a Amazônia brasileira é a última fronteira de assentamento do Brasil e está no final da linha de penetração. Nela, localiza-se o Estado de Roraima, criado com a Constituição de 1988, a partir do então Território

Federal instituído em 1943, com a denominação de Território Federal do Rio Branco que constitui-se em uma das unidades da Amazônia Legal Brasileira e Internacional, sendo parte da região Norte do Brasil (Figura 1). É considerado estado de fronteira geopolítica, dado seus 1.922 km, aproximadamente, de limites internacionais.

Figura 1 - Croqui de localização do Estado de Roraima no Brasil e na América do Sul



Essa fronteira em foco tem atualmente novas feições por se expandir num novo patamar de integração nacional principalmente, a partir da década de 1960, tal como situa Becker (1994) ao afirmar que essa fronteira é um espaço social e político gerador de realidades novas e é um espaço não plenamente estruturado, contudo, possui potencialidades econômicas e políticas que a torna uma região estratégica para o Estado.

Destacamos que o conceito tradicional de fronteira como linha divisória entre territórios pertencentes a unidades políticas diversas por estados-nações que se traduzem como limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social se tornam inoperantes, pois para Becker (1988) a definição de

fronteira mais abrangente torna-se necessária, capaz de captar sua especificidade como espaço dinâmico e contraditório e a relação desta com a totalidade de que é parte.

A produção da fronteira amazônica intensificada, a partir de 1960, tem como incentivador a relação do Estado-espaço e a produção do espaço global que são pautados na implantação de redes de integração e ordenação do espaço, por meio da construção e ampliação de rede rodoviária, rede de telecomunicações, a rede urbana e, a rede hidroelétrica que fornece energia e insumo básico à nova fase industrial.

Nessa fronteira intensifica-se a mobilidade do trabalho que segundo Becker (1988, p.71): “[...] é condição da formação do mercado de trabalho regional na fronteira; [...] implica em processo de migração e mobilidade predominantemente induzido e diferenciação social do campesinato”; sendo assim fortalece a ocupação do vasto território, a criação de uma força de trabalho dinâmica e versátil que atua em atividades urbanas e rurais, e na mobilidade rural-urbana como fruto das estratégias do Estado no ordenamento e uso do território amazônico.

Destacamos assim, baseados ainda em Becker (1988, p.73) que

[...] uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de sua rápida ocupação acompanhando e mesmo antecedendo à expansão de várias atividades. [...] espaço em incorporação ao espaço global, que é o espaço urbanizado, e sua incorporação se efetua através do núcleo urbano, condição chave da ordenação do espaço territorial e social. [...].

Neste contexto, a fronteira urbana Amazônica torna-se um espaço territorial de múltiplas formas visto por meio do crescimento explosivo de cidades velhas e novas à multiplicação de núcleos e povoados instáveis que, passam a existir em função de atividades econômicas extrativas, onde tais núcleos urbanos tem papel fundamental na incorporação da fronteira ao espaço global. A ocupação da fronteira amazônica teve como estratégia deliberada à urbanização, considerada como meio para “fomentar o desenvolvimento regional”.

Na Amazônia o processo de urbanização ocorreu em diferentes períodos, ao longo de sua ocupação geoestratégica e militar. A formação da rede urbana amazônica coincidiu com os projetos de ocupação do território pela Coroa Portuguesa no advento da União Ibérica, tal intento originou no século XVII, com a instalação do Forte do Presépio em 1616, atual Belém, capital do Pará, seguida pela expansão dos fortes e criação de aldeias missionárias em pontos estratégicos entre

a segunda metade do século XVII e final da primeira metade do século XVIII; marcado por períodos de desenvolvimentos e de estagnações econômicas e do urbano entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX.

Nesta época, as ordens religiosas controlavam os indígenas e definiam a localização dos núcleos missionários, ao manter relações comerciais com a Coroa Portuguesa, por meio do trabalho indígena e da produção de produtos primários ampliou assim, o controle dos portugueses na região. De acordo com Corrêa (1987) a expansão desses fortes e a criação de aldeias missionárias deram suporte à expansão territorial, ocupação e exploração extrativista com a coleta das drogas do sertão realizada pelos índios aldeados sob a tutela das ordens religiosas na floresta amazônica.

Essa ocupação remetia a uma incipiente rede urbana embrionária, do tipo dendrítica, às margens dos principais rios e seus afluentes, com a formação dos aglomerados ao redor dos fortins em lugares estratégicos, com uma articulação pouco complexa, embora o Forte do Presépio (Belém) detivesse posição excêntrica nessa rede urbana incipiente.

Entre 1750 e 1780 a rede urbana amazônica alcançaria relativo desenvolvimento, graças à expansão das atividades produtivas econômicas já incorporadas, além da política de Portugal que tinha nos pequenos núcleos preexistentes um meio para a realização da política colonial.

Esse relativo desenvolvimento estava apoiado na ação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, favorecendo os interesses do Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro português. Essa empresa tinha por objetivo instituir um monopólio comercial entre a monarquia absoluta e o capital comercial, visando infiltrar-se no mercado europeu com o comércio de produtos tropicais em que a Amazônia inseria-se com a extração das drogas do sertão. Contudo, essa atividade extrativa era de domínio das ordens religiosas, especialmente a Jesuítica, prejudicando, portanto, os interesses imediatos da política Pombalina.

Nesse período atendendo a interesses monopolistas da Companhia Pombalina, foram realizadas várias mudanças como meio de inserir a economia amazônica no mercado mundial que, por sua vez, afetou a rede urbana incipiente.

Corrêa (1987) sintetiza que ocorreu à expulsão dos Jesuítas e a confiscação dos seus bens; liberdade aos índios do controle religioso e incentivo ao casamento entre soldados e colonos com as índias; expansão das atividades agrícolas e

concessão de terras aos colonos e soldados; criação e reativação de fortes visando à proteção da Amazônia contra interesses externos; elevação das aldeias missionárias a categoria de vilas em 1755 e 1760 e a criação em 1755 da Capitania de São José do Rio Negro com a capital em Barcelos. Neste momento na Amazônia o Estado do Grão-Pará passa a ter duas capitanias: a do Grão-Pará e a de São José do Rio Negro, ambas subordinadas a Belém.

As ações da Companhia Pombalina geraram uma espacialização desigual, permitindo uma diferenciação entre os núcleos de povoamento, os quais eram subordinados à Belém que detinha função política-administrativa. Esta obtém melhoramentos urbanos com construções importantes, que podem ser comparada a uma paisagem urbana portuguesa, isto é, uma réplica parcial da paisagem urbana portuguesa (CORRÊA, 1987).

Corrêa (1987) ainda destaca que a estagnação econômica e urbana da Amazônia, no final do século XVIII e início do século XIX, pela extinção da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão em 1778 e pela perda da comercialização dos produtos tropicais da região, levaram muitos núcleos urbanos a obter perda de população e de investimentos. Neste período, o padrão espacial era ribeirinho, valorizando o rio Amazonas como eixo principal, sendo uma rede urbana amazônica embrionária, mas não estabelecida solidamente.

O período do *boom* econômico da borracha amazônica se estende de 1850 a 1920 proporcionando o fortalecimento econômico com a extração do látex, *hevea brasiliensis*, conseqüentemente, ocorrendo o deslocamento de pessoas para a Amazônia, bem como investimentos de capitais nacionais e internacionais na vasta região, favorecendo a formação de novos povoados, vilas, cidades, e revigoramentos de núcleos urbanos.

Nesse período ocorreram investimentos para o transporte da borracha, na navegação fluvial, o capital inglês e norte-americano criaram empresas, a exemplo de *Manaos Harbour Limited*, em 1902, *The Porto of Pará* em 1906 e outras. A construção da *Ferrovia Madeira and Mamoré Railway Company*, demonstrando assim a superação dos obstáculos fluviais e terrestres para expandir a produção da borracha.

Com a crescente demanda da borracha no mercado internacional, paralelamente há a expansão da própria rede urbana, bem como o revigoramento

demográfico e econômico dos núcleos urbanos preexistentes que haviam perdido sua expressividade no período de estagnação das drogas do sertão.

No auge da extração da borracha na região Amazônica encontramos as primeiras modificações expressivas na rede urbana, claramente exposta por Corrêa (1987) como a gênese dos núcleos urbanos, fruto da colonização oficial; dependência a produtos destinados ao mercado regional e não para exportação; sítio em terra-firme e não em um terraço fluvial; localização à beira de uma ferrovia e não de rios que convergiam para Belém. Tal ciclo econômico proporcionou a gênese urbana na Amazônia a partir dos agrupamentos dos seringueiros por existir intenso fluxo migratório de homens no interior da floresta, sendo possível afirmar a formação de uma rede urbana já eminente, destacando a primazia de Belém e Manaus.

Neste contexto, Machado (1999) afirma que apenas pode-se falar em urbanização da Amazônia a partir da economia da borracha sendo, portanto, um erro considerar urbanização as aglomerações surgidas durante o período colonial, ou mesmo, considerar as aglomerações como cidades. Questiona assim a associação do pensamento de cidade e urbanização como resultantes de uma evolução linear e cumulativa que perfazem da aldeia indígena a metrópole.

Com a perda da concorrência da borracha amazônica no mercado internacional em detrimento da crescente produção da borracha asiática, essa região passou por um período de estagnação que se estendeu de 1920 a 1960.

A estagnação econômica regional refletia negativamente no processo migratório para a região, com reflexos contundentes na rede urbana, especialmente para Belém e Manaus, estas por possuir centralidade na hierarquia da rede urbana regional, tornaram-se polos de atração para os seringueiros do interior da floresta. Com a decadência da extração da borracha, os seringais e toda estrutura física e de logística viabilizado pela atividade extrativista perde sua importância no cenário local, regional e internacional, desta forma, tornando inativos comércios, a navegação fluvial, os bancos instalados, as cidades, dificultando a sobrevivência na região que eram firmadas neste ciclo extrativo econômico promissor, embora falido. Tudo isso acarretou um grande refluxo populacional para as áreas de origem e o afluxo migratório para a Amazônia.

É a partir de 1960, período caracterizado por um processo de alterações na economia e no urbano amazônico, que com as políticas geoestratégicas e militares

de incorporação e integração da região ao restante do país, passou a constituir-se em fronteira do capital com a inserção do capitalismo.

Corrêa (1987) afirma que a Amazônia é incorporada ao processo de expansão capitalista do Brasil, envolvendo diversos agentes, propósitos e ações, bem como conflitos também distintos.

O Estado brasileiro baseado na doutrina de segurança nacional, período marcado pelo governo dos militares de 1964 a 1985, teve como objetivo básico implementar um projeto de modernização para o país, passando portanto, a viabilizar a expansão e ocupação econômica da fronteira amazônica como forma de criar condições para a reprodução do capital na fronteira e de domínio espacial na região.

Becker (2006) afirma que o período de 1930 a 1985, foi marcado pelo processo de ocupação da Amazônia e pelo planejamento governamental, com a formação do moderno aparelho de Estado e sua crescente intervenção na economia e no território.

Assim a integração econômica, territorial e social dessa região, consistiu numa estratégia política, econômica e militar. Nesse sentido, o Estado age, interfere e produz o espaço como forma de criar condições para atender ao interesse da ocupação, reprodução e expansão do capital na fronteira.

Foi marcado por políticas geoestratégicas e militares no processo de ocupação social e territorial, impresso na paisagem pelo rasgo da floresta, pelos inúmeros projetos implantados agropecuários e minerais, além da construção de gigantescos eixos rodoviários de integração ao restante do país, projetos de colonização, entre outros.

Percebe-se que, a intervenção do Estado brasileiro na região Amazônica proporcionou transformações espaciais inserindo outros padrões de ocupação territorial da rede urbana regional, alterações do padrão do tipo dendrítico caracterizado pelos povoados, vilas e cidades às margens dos rios principais para o padrão complexo com o surgimento de novos espaços urbanos às margens de grandes eixos rodoviários, projetos agropecuários e minerais.

Tais padrões de ocupação são destacados por Corrêa (1987): a implantação das *company town*, núcleo implantado por grandes empresas industriais, ligadas à mineração; as corrutelas que são acampamentos temporários de trabalhadores nas proximidades de grandes projetos ou garimpos. E ainda, núcleos rural-urbano, do

“centro”, são pequenos núcleos eminentemente rurais, localizados longe dos rios, fugindo ao padrão ribeirinho, da “beira”, e estabeleciam um padrão de “centro”, em plena mata e servido por uma picada ou estrada; este último representa a frente de expansão de pequenos agricultores provenientes do Nordeste, iria começar a agricultura itinerante e devassamento da floresta no setor oriental.

Vale ressaltar que a aplicação de projetos políticos para a ocupação da Amazônia torna-se prioridade máxima após o golpe militar de 1964, estendendo-se até 1985, período marcado pela doutrina ideológica de Segurança Nacional, acirrando a produção do Espaço Estatal na Amazônia pelos militares que iniciaram, efetivamente, o planejamento regional para a região.

Nesse contexto, a ocupação e colonização da Amazônia foram apoiadas por meio de discursos propagandísticos sobre a região Amazônica, como: fronteira de espaço vazio, “Integrar para não entregar”, “Terras sem homens para homens sem terra”, *slogans* que fizeram parte das políticas de atração migratória (de capital, mão de obra, etc.) para a região. Pressupondo que a mesma não dispunha de habitantes, porém, sendo preciso integrá-la ao restante do país.

Esses discursos com finalidade estratégica mascaravam outro problema existente na região Nordeste e Sudeste do país, como as pressões pela reforma agrária, isto é, a redistribuição de terras, desta forma, tais discursos promovidos pelo governo consistiam como uma válvula de escape aos conflitos sociais existentes em áreas densamente povoadas e de áreas com grandes conflitos pela posse da terra.

Na década de 1970, intervenções do Estado na região fizeram parte de estratégias redes de integração espacial, como a criação do Programa de Integração Nacional - PIN, com a implantação e construção de grandes eixos rodoviários inter-regionais como: Transamazônica, Perimetral Norte e outros; e intrarregionais: Porto Velho – Manaus, BR-174, Cuiabá – Santarém e outros. Além de implantar neste período projetos de colonização oficial nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE.

O governo militar instituiu o Programa de Redistribuição de Terras – PROTERRA, com o objetivo de promover a capitalização rural e estimular a Agroindústria do Norte e Nordeste. Também foi criado o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, órgão oficial com o objetivo de executar a estratégia de distribuição controlada da terra (BECKER, 1994), ambos os órgãos e programas têm

a finalidade de desenvolver e ocupar a região da Amazônia Legal, inclusive o Estado de Roraima.

Outra estratégia de ocupação da região Amazônica pelos militares efetivou-se em 1985, com o Projeto Calha Norte – PCN⁷, que oficialmente, tinha o papel de assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir os índios, contudo Monteiro (et al.1997, p.39) afirmam que “o governo federal justificou a implantação do Projeto alegando a necessidade de proteger as fronteiras, os minérios existentes, comunidades indígenas e as florestas”, deixando claro o interesse do governo federal em controlar a região por meio das bases militares e de conhecer e viabilizar a apropriação das riquezas minerais existentes no Planalto das Guianas.

Portanto, a ocupação social e territorial foi mediada pela implantação de projetos de colonização dirigida e, ou espontânea na vasta região, possibilitou, sobretudo, o surgimento de inúmeros povoados, vilas, cidades ao longo das recentes rodovias construídas, além de cidades planejadas próximas aos grandes projetos minerais, as *company towns*, modificando antigos padrões de ocupação de cidades localizadas às margens de rios, para o padrão de centro, no interior da floresta, situando povoações ao longo dos eixos rodoviários. Compondo assim, uma rede urbana complexa em detrimento da antiga rede urbana dendrítica.

2.1 CIDADES AMAZÔNICAS: FRONTEIRA URBANA MÓVEL

Vicentini (2004) afirma que as cidades se apresentam como estratégia de domínio territorial, que construiu sua hegemonia na Amazônia contemporânea, não mais como forma externa imposta a um contexto específico, mas como modo de expressão dominante que constituiu a fronteira urbana.

A partir dos programas e projetos de integração nacional suscitou-se a perspectiva de ocupar essa região, pressupondo um vazio demográfico, “terras sem homens”, pautado em discursos ideológicos que influenciaram veementemente o processo migratório inter-regional e intrarregional para a Amazônia brasileira, dos quais o grande número de pessoas era proveniente da macrorregião Nordeste para áreas de colonização definida e subsidiadas pelos Programas de Integração Nacional e de Colonização oficial pensado para a região.

⁷ O PCN - Projeto Calha Norte, oficialmente foi criado para assegurar a soberania nacional, fiscalizar a circulação e assistir os índios na fronteira amazônica.

Porém, o enfoque dado pela gestão institucional do governo brasileiro era a implementação de uma fronteira urbana, e não uma fronteira rural. Daí, como evidencia Vicentini (2004, p.153) que a

[...] passagem de uma fronteira rural para a urbana, cabe buscar o enfoque histórico recente sobre os mecanismos da regulação da gestão institucional, por meio do planejamento econômico e da estratégia geopolítica. O “discurso competente” [...] a partir da idéia de “integração” [...] de zoneamento territorial. [...] privilegiou a necessidade de criação de condições de um crescimento econômico, por meio de investimentos diretos e incentivos fiscais. [...].

Desta forma, favorece a efetiva implantação de grupos empresariais nacionais e internacionais atraídos à região amazônica pelas vantagens disponibilizadas pelas políticas de desenvolvimento e de integração nacional. É neste contexto que o aparelho ideológico estatal expõe a ideia de vazio demográfico e de “terras sem homens”, para as regiões deprimidas do Brasil; e a região nordestina, garantindo e viabilizando a estas áreas o deslocamento de pessoas, vinculando-se discursos de acesso a terra, “melhora de vida”, no entanto, estão às mesmas à disposição do grande empreendimento financeiro, de modo que as massas populacionais tendem a se concentrar em cidades, povoados próximos aos empreendimentos econômicos.

A formação de núcleos urbanos espontâneos e, ou dirigidos constituiu-se em *habitat* rural, com concentração de assalariados rurais temporários em locais próximos aos locais de trabalho, tais povoados retratam a instabilidade no mercado de trabalho, pois os deslocamentos acompanham as frentes de trabalho.

Essa mobilidade do trabalho como vetor de atração de migrantes para determinadas áreas e, ou frentes de trabalho são segundo Becker (1994, p.54) “estratégia de ocupação da fronteira por meio da urbanização”, em que o núcleo urbano concentra a mão de obra abundante que, a partir desses lugares, asseguram a circulação de mercadorias, capital, informação e a ocupação regional sem, contudo, o Estado dar acesso à propriedade da terra.

Nesta perspectiva, Becker (1994) afirma que a fronteira amazônica já nasce urbana como estratégia de ocupação utilizada pelo Estado. Essa fronteira urbana concentra a força de trabalho móvel, onde se aloja em pequenas cidades ou povoados um contingente de trabalhadores assalariados e/ou temporários, pequenos produtores em busca de trabalho, fortalecendo a indústria de trabalhadores rurais a serviço de grandes empreendimentos agropecuários e/ou extrativistas. Esses núcleos urbanos gerados em função desses projetos tornam-se

inativos ou não alcançam crescimento urbano expressivo pela grande mobilidade dos trabalhadores em torno das atividades existentes.

É eminente o fortalecimento e o surgimento de cidades e povoados no interior da Amazônia. Deste modo, tal empreitada está inserida num projeto maior, a ocupação da região, por meio de propostas estratégicas de segurança nacional e a serviço do grande capital e dos constantes fluxos migratórios que se constituíram não só condição de povoamento, mas de formação da força de trabalho móvel apoiados na urbanização amazônica, atende aos propósitos do Estado sem, contudo dar acesso à propriedade da terra.

Nesta perspectiva, a ocupação da área mais setentrional do país, como a última fronteira, a exemplo do Estado de Roraima, consta na história recente de ocupação como uma fronteira urbana, que com as políticas de desenvolvimento e de atração migratória para o estado destacam-se atividades como o garimpo, os assentamentos agrícolas, a construção de rodovias, entre outros.

Atualmente, Roraima é considerado, segundo Amorim Filho e Diniz (2005a, p.22) um “[...] estado eminentemente urbano [...]. A urbanização de Roraima não é um fenômeno isolado, mas parte integrante de um processo generalizado que se faz presente em todos os estados amazônicos, [...]”, dessa maneira, mesmo com as políticas de assentamentos agrícolas, ocupação da fronteira, prevalece o surgimento de sedes municipais, povoados, vilas e aglomerados ao longo das rodovias, podendo ser definidas como “centros operacionais desses novos arranjos”, no interior do estado, a exemplo dessas afirmações, o Município de Rorainópolis.

Portanto, a complexidade genética do urbano em Roraima, para Corrêa (2001, p.96) “[...] traduz-se também pela diferenciação entre os centros urbanos no que se refere aos agentes e propósitos imediatos da criação”. Enfatiza-se aqui a necessidade de se conhecer a rede urbana de Roraima, como os processos determinantes de sua gênese, da ocupação social e territorial, da última fronteira urbana do país, pois como destaca Corrêa, (2001, p.95) há no Brasil a existência de diferentes momentos do surgimento do urbano e de inúmeras cidades em que a:

[...] rede urbana brasileira é constituída por um conjunto de centros datados de diversos momentos. Coexistem no mesmo espaço cidades criadas na primeira metade do século XVI, no início da colonização, e cidades nascidas na década de 1980, enquanto outras mais são criadas no início do século XXI, na ainda não esgotada “fronteira do capital”, a Amazônia.

Segundo Amorim Filho e Diniz (2005a) Roraima faz parte de uma rede urbana em gestação no contexto regional, onde o conjunto de cidades é dotado de pouca hierarquização, pouca complementaridade econômica e poucas inter-relações duradouras, tendo, contudo, a capital Boa Vista uma incontestável primazia nessa rede urbana pelo grande dinamismo econômico e demográfico de cidade-polo, como veremos a seguir.

3 RORAIMA NO CONTEXTO REGIONAL AMAZÔNICO: ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E URBANA

Na busca de situar a cidade de Boa Vista no contexto regional amazônico, nos baseamos em Ribeiro (1998) que propõe em sua tese de doutorado: “*A Complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de Análise*” uma caracterização dos núcleos urbanos da Amazônia Legal, buscando identificar o papel que cada um cumpre na rede urbana regional. Cada cidade tem seu papel na distribuição de bens e serviços na rede. Os núcleos urbanos apresentam características funcionais complexas, ou seja, desempenham múltiplos papéis relacionados a três tipos de interações geradoras de rede, são elas: a de produção, a de distribuição (difusão) e de gestão (decisão).

Em relação ao papel das cidades amazônicas na distribuição de bens e serviços na rede urbana, Ribeiro (1998) definiu cinco níveis de centralidade: a) os centros locais, representado pelos centros que são subordinados a outro centro da Amazônia de nível hierarquicamente superior; b) os centros emergentes ou decadentes destacam os centros que apresentam funções centrais de baixa complexidade, tais centros apresentam pouca capacidade de atrair outros municípios próximos; c) os centros de zona são representados por municípios que apresentam níveis das funções centrais com predomínio daquelas de baixa complexidade, mas indicando, em proporções menores, níveis de funções de média e alta complexidade, foram classificados 155 centros; d) os centros sub-regionais destacam os centros de nível intermediário entre os de zona e os regionais; e) centros regionais são centros de nível mais elevado na ordem hierárquica, exercendo funções centrais na região.

As cidades de Belém, São Luis, Manaus e Cuiabá estão classificadas como centros regionais no contexto regional e local. Os centros sub-regionais identificam-se características distintas e particulares, tais como: centros que representam traço da frente pioneira agropastoril e mineral - Araguaína e Gurupi, no Tocantins, Rondonópolis, Várzea Grande, em Mato Grosso e Ji-Paraná e Vilhena, em Rondônia; centros situados na borda nordestina no Estado do Maranhão - Imperatriz, Bacabal, Caxias e Santa Inês; centros que fazem parte da Amazônia tradicional e de seu sistema dendrítico - Porto Velho em Rondônia, Rio Branco no

Acre, Santarém no Pará e por fim, centros que margeiam estradas como: Castanhal e Marabá no Pará.

As capitais, Macapá no Amapá, Boa Vista em Roraima, são consideradas centros de zona, pois apresentam níveis de funções centrais com predomínio daquelas de baixa complexidade, num conjunto de 155 lugares classificados nesse patamar na Amazônia. Ainda nessa hierarquia, de acordo com o total de fluxos, subdividiu-se em dois subníveis A e B. Os de nível B formam um grupo de 78 centros que dispõem entre 03 e 14 fluxos, em Roraima temos como exemplo Caracaráí. O nível A em número de 77 incluem os centros com interações totais entre 15 e 50 fluxos, entre os quais classifica-se Boa Vista em Roraima e Macapá no Amapá, estando os demais centros da Amazônia brasileira contemplados nos dois outros últimos níveis citados.

Quanto à área de atuação de Manaus como metrópole regional, que constitui um dos principais centros de distribuição de bens e serviços da Amazônia, esclarece Ribeiro (1998, p. 218) que,

[...] sua área de atuação abarca um raio de extensão bastante expressivo, exercendo influência sobre todos os centros do estado do Amazonas, além de polarizar aqueles de Roraima e superpor sua área de influência com as de outros centros regionais em trechos dos estados do Pará, Rondônia e Acre [...].

Desse modo, Boa Vista está inserida sob a área de influência da capital manauara na hierarquia das localidades centrais, embora atue diretamente no Estado de Roraima, principalmente nas porções norte e central, reforçando a distribuição de bens e serviços que se inicia na capital amazonense.

Por outro lado, Ribeiro (1998) também classifica as capitais estaduais, no contexto amazônico, Boa Vista em conjunto com Belém, São Luis, Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco e Macapá, como centros que combinam atividades comerciais e industriais, com importância proporcional à população de cada um, onde Belém e São Luis se destacam e Boa Vista tem exceções no comércio atacadista de combustíveis e lubrificantes, demonstrando, portanto, outro posicionamento dessa capital no cenário regional amazônico e na área de influência de Manaus, a partir da distribuição de bens e serviços.

Ainda em Ribeiro (1988) ao analisar somente à região de influência da metrópole manauara destaca a inexistência de centros submetropolitanos. Classifica como capitais regionais as cidades de Santarém, no Pará, Porto Velho em Rondônia

e Rio Branco no Acre, e a capital roraimense como centro sub-regional e os demais centros na área como centro de zona.

Segundo o IBGE (2008), em estudo sobre as Regiões de Influência das cidades brasileiras, classificam-se em Metrópoles, 12 centros urbanos no País, com grande porte, fortes relacionamentos entre si e, em geral, extensa área de influência direta, subdividindo-se em três subníveis: Grande metrópole nacional – São Paulo, o maior conjunto urbano do País, sendo o primeiro nível da gestão territorial; Metrópole nacional – Rio de Janeiro e Brasília, juntamente com São Paulo, constituem foco para centros localizados em todo o País; Metrópole – Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, constituem o segundo nível da gestão territorial. Observem que Manaus e Goiânia, embora estejam no terceiro nível da gestão territorial, têm porte e projeção nacional que lhes garantem a inclusão neste conjunto.

Destacam-se ainda, na mesma pesquisa do IBGE (2008), que na hierarquia dos centros de segundo nível (das Capitais Regionais) mudaram de *status* em quatro décadas, centros que em 1966, eram classificados no terceiro nível (Centros Sub-Regionais). Por exemplo, no Norte do País, Porto Velho (RO), Rio Branco (AC), Marabá e Santarém (PA), e Macapá (AP); ressaltamos que há casos de centros que saltaram do quarto nível (Centro de Zona) para o segundo como os casos de Boa Vista (RR), de Araguaína (TO), e o de Palmas (TO), esta última criada em 1989.

Ao analisar os níveis de centralidade das cidades e subsistemas urbanos, Becker (2006) declara que o conjunto das cidades da Amazônia Legal é caracterizado pela presença de poucos centros com centralidade expressiva e um grande número de cidades com fraca e muito fraca centralidade. As capitais metropolitanas de Manaus, Belém e São Luis possuem forte centralidade, enquanto as demais capitais da região têm centralidade reduzida e subordinada a essas capitais, como é caso de Boa Vista em relação a Manaus.

Pereira (2006) esclarece que as cidades médias amazônicas foram beneficiadas pelo governo federal na década de 1970, com o Programa de Cidades Médias, coordenada pela SUDAM, sendo que as cidades selecionadas cumpriam o papel de apoiar o desenvolvimento regional de acordo com as premissas estabelecidas pelo POLAMAZÔNIA, com a finalidade de “promoção dos núcleos urbanos de ocupação estratégica ao longo das rodovias de integração amazônica”, entre outras. Dentre as cidades contempladas na Amazônia estavam Ji-Paraná,

Porto Velho e Vilhena (Rondônia), Boa Vista em Roraima, Rio Branco no Acre, Marabá, Castanhal, Santarém no Pará, Imperatriz e Santa Inês no Maranhão, receberam apoio para ampliarem sua capacidade de oferta e de bens e serviços para a população.

Para Trindade Júnior (2004) apud Pereira (2006) a presença de cidades médias no contexto regional amazônico difere da realidade de outras cidades médias brasileiras, pois na Amazônia estas apresentam precária qualidade de vida, um grande número de trabalhadores desempregados, desqualificados e empobrecidos se comparadas com as tendências projetadas para as cidades médias paulistas.

Becker (2006) ainda nos chama a atenção para a presença de cidades gêmeas, que são cidades fronteiriças, indicando redes de relação e pontos de afirmação da soberania nacional, como o exemplo de Bonfim e Lethén e Pacaraima e Santa Elena de Uairén, localizadas na fronteira do Brasil com a Guiana e com a Venezuela, respectivamente.

Considerando os aspectos demográficos a cidade de Boa Vista faz parte do grupo das cidades médias brasileiras, que como destacam Amorim Filho e Diniz (2005a, p.16) é a “[...] cidade média mais setentrional do Brasil e, ainda mais, em uma posição geográfica e geopolítica privilegiada. [...]”, pela grande possibilidade de integração nas escalas: local, regional, nacional e internacional nessa porção territorial do país. Destacamos que a capital roraimense possui grande expressão local-regional, juntamente com as capitais estaduais de Rio Branco (Acre) e Macapá (Amapá), no que se refere ao potencial destas em se conectarem com os lugares nos seus interiores do território.

Outra peculiaridade, Boa Vista está localizada geograficamente em relação a Manaus, aproximadamente 750 km de distância, tornando-a relativamente isolada, conseqüentemente beneficiam-se de algumas funções regionais, sendo necessária certa autonomia para alguns serviços indispensáveis, como saúde, educação, órgãos federais instituídos e outros, dando-lhe então destaque no conjunto roraimense.

E no contexto estadual, Boa Vista é a capital regional de Roraima com sua área de influência coincidindo com toda extensão territorial do estado. A mesma é considerada como cidade primaz e ponto de referência para a população, contudo, Amorim Filho e Diniz (2005b, p.9) afirmam que,

[...] as cidades de Roraima encontram-se em uma etapa bastante incipiente de hierarquização. A exceção de Boa Vista, [...] as demais aglomerações são de pequeno porte e algumas delas não chegam, mesmo, a possuir as funções que fariam delas verdadeiras cidades.

3.1 HIERARQUIA URBANA RORAIMENSE

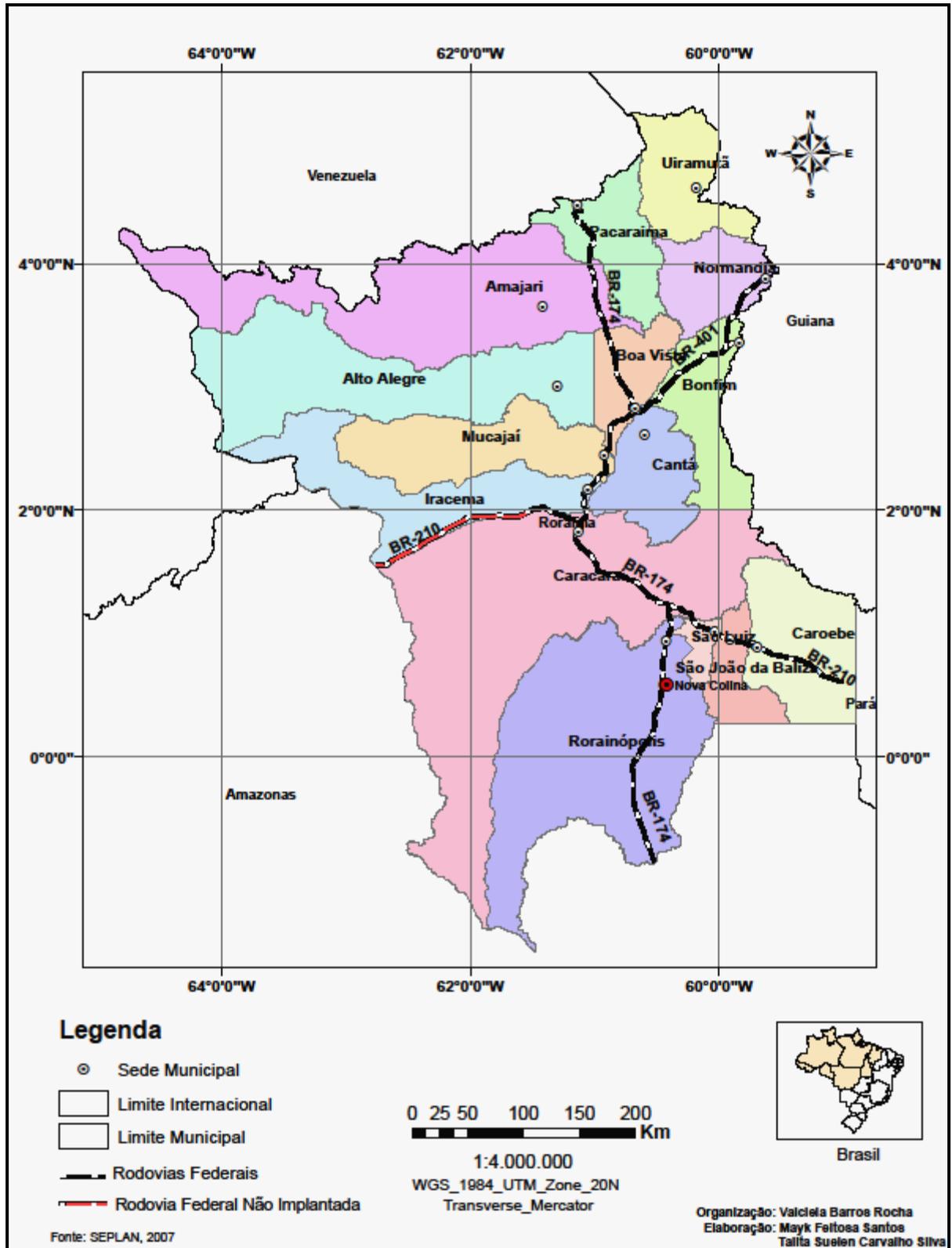
A nível regional de hierarquização da estrutura urbana, Silva (2007, p.254) afirma que “[...] Boa Vista apresenta-se simples com interações predominantemente locais, ocorrendo fluxos direcionados quase sempre para essa cidade, pois, o sistema urbano de Roraima é integrado por uma rede rodoviária focada na capital”.

A rede de transporte rodoviário roraimense propiciam as relações intermunicipais e interestaduais, entre as 14 sedes municipais do interior e os inúmeros lugares urbanos ao longo das rodovias. Nesta conjuntura, a integração da rede urbana comandada por Boa Vista, se dá, segundo Silva e Silva (2004a, p.44) por um

[...] conjunto de redes institucionais, econômicas, sociais, culturais e técnicas, com destaque para a rede de transporte. [...] se estrutura de forma axial, Norte-Sul, ocupando mais da metade Leste-Oeste, sobretudo na parte central, focada em Boa Vista.

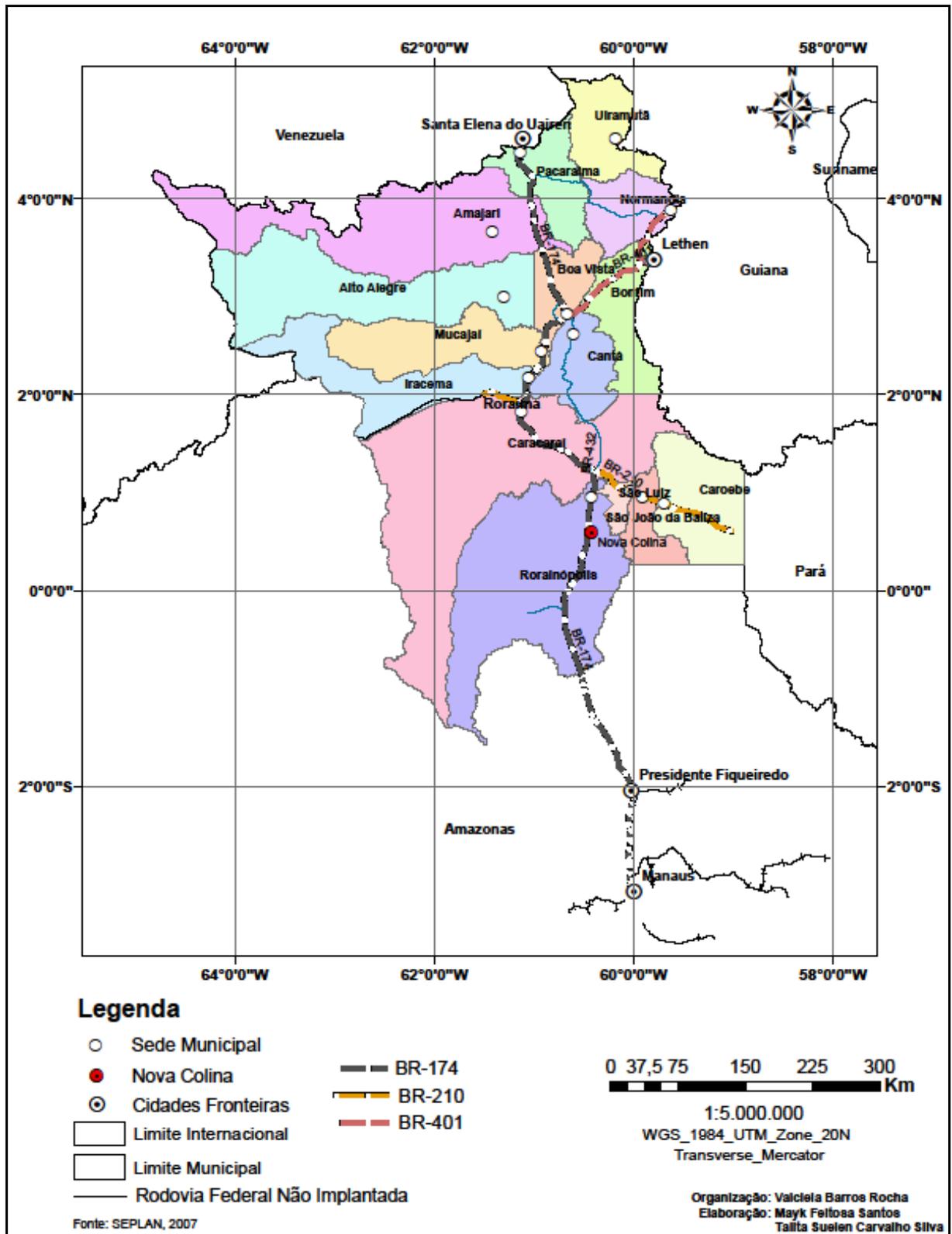
As rodovias que se destacam no estado são: a rodovia BR-174, cruzando o território de norte a sul, e no sentido transversal, a BR-210 denominada de Perimetral Norte, parcialmente implantada de Caroebe a Caracaraí a Colônia São José, a terceira rodovia é a BR-401 que liga Boa Vista a Bonfim, Normandia. Ainda destacam-se as rodovias estaduais que se interligam as demais cidades e aglomerados, a exemplo de Nova Colina, ver figura 2.

Figura 2 - Mapa das Cidades e Rede Rodoviária de Roraima



Pela importância no nível interestadual destaca-se a rodovia BR-174, com conexões entre Boa Vista e Manaus (Amazonas), a metrópole da Amazônia centro-ocidental, e neste trajeto passando por cidades e aglomerados ao longo da rodovia, como por exemplo: Presidente Figueiredo (AM), e em território roraimense destacamos no Município de Rorainópolis, o primeiro Aglomerado de Jundiá que representa a porta de entrada ou saída do estado, o segundo Equador, o terceiro de Nova Colina, em seguida a cidade de Rorainópolis e o quarto Aglomerado de Martins Pereira. No âmbito internacional, relaciona-se com Santa Elena de Uairén e com Caracas na Venezuela, e por meio da rodovia BR-401, interações com Lethén e Georgetown, na Guiana, na figura 3 retrata as localizações das cidades de Roraima no contexto interestadual e internacional.

Figura 3 – Mapa de localização das cidades roraimenses no contexto interestadual e internacional



Quanto à região polarizada por Boa Vista, enunciado pelo estudo dos fluxos de ônibus que partem da capital de Roraima, os pesquisadores Amorim Filho e Diniz (2005a, 2005b) destacam as relações em maior quantidade desses fluxos entre as cidades de Mucajaí, Iracema, Caracarái, Rorainópolis e Bonfim, e em patamar inferior de conexões rodoviárias com Pacaraima, Alto Alegre, Cantá, Normandia, São João da Baliza, São Luiz e Caroebe; Uiramutã e Amajari com conexões insignificantes. Ainda afirmam que no momento atual essas cidades constituem a rede urbana comandada por Boa Vista.

Os pesquisadores citados (2005a, 2005b) ressaltam a posição de centralidade de Boa Vista em relação aos fluxos de informação, no que se referem à concentração de emissoras de TV, rádios e jornais de circulação diária; bem como é ponto de referência para colonos que chegam a Roraima em busca de terras por sediar duas agências responsáveis pela regularização fundiária: INCRA e ITERAIMA tornando-a como um magneto para migrantes intraestaduais atraindo indivíduos das regiões Norte e Nordeste do país.

Quem ainda colabora são Silva e Silva (2004a, p.45), pois a referida cidade “[...] exerce sua centralidade graças a grande importância do setor de serviços e, como resultado a forte dependência das demais cidades em relação à Boa Vista, num total de catorze centros urbanos”.

Reafirmamos em Amorim Filho e Diniz (2005b) que as cidades roraimenses encontram-se em uma etapa bastante incipiente de hierarquização da rede urbana, apenas com inquestionável destaque para a capital, nas demais aglomerações notam-se a predominância de caráter semiurbano, com a maioria da população ativa ocupada em atividades do setor primário da economia. E entre elas relações pouco intensas, especialmente àquelas que estão fora do eixo da rodovia BR-174.

Nesta perspectiva, os autores citados acima, utilizam a demografia, a renda *per capita*, o grau de escolaridade, o índice de desenvolvimento humano e a infraestrutura urbana, para delinear diferenças entre as cidades da rede urbana de Roraima, destacando que os dados se referem aos municípios e não as cidades. Desse modo, identificam três classes de cidades, a primeira na hierarquia urbana, está o centro regional de Boa Vista que exibindo maior renda *per capita* e níveis superiores de desenvolvimento humano e de infraestrutura. Destaca-se como cidade média desempenhando funções características de cidades maiores, e de capital de Estado; ainda pelo desequilíbrio hierárquico entre Boa Vista e as demais cidades

pode-se falar de uma macrocefalia urbana, conforme Amorim Filho e Diniz, (2005b) e Silva (2007).

O segundo grupo intermediário de cidades apresentam funções e características específicas, estão localizados às margens das rodovias BR-174 e BR-210, que propiciaram a ocupação demográfica e econômica de acordo os projetos de assentamentos agrícolas e outros determinantes. Como centros emergentes, ao longo da BR-174 estão às cidades de Pacaraima (na fronteira com a Venezuela), Mucajaí, Iracema, Caracará e Rorainópolis; e às margens da BR-210 São Luiz e São João da Baliza. Segundo Amorim Filho e Diniz (2005b) esses centros emergentes apresentam níveis intermediários em relação ao desenvolvimento humano, de infraestrutura e de renda *per capita*.

E o último grupo de pequenos núcleos urbanos está ligado ao mundo rural, servindo como dormitório para trabalhadores do setor agrícola localiza-se em posições geográficas periféricas e as condições precárias de seus eixos rodoviários são fatores que explicam sua fragilidade de seus intercâmbios e da precária condição socioeconômica de seus habitantes. Ainda, são definidos como “herança dos embrionários núcleos urbanos criados no coração de projetos de colonização”, é neste sentido que se explica o caráter ainda incipiente da rede urbana de Roraima, (AMORIM FILHO e DINIZ, 2005b).

Há que se deixar claro que, na atual espacialização da hierarquia urbana de Roraima alguns núcleos urbanos não se conectam entre si faltando, portanto, nessa estrutura níveis intermediários focalizando apenas a capital, Boa Vista que, por sua vez, concentra ofertas de bens e serviços, comércios, universidades, instituições federais, sede administrativa estadual e secretarias entre outras, desse modo sendo reconhecida como cidade primaz, conduzindo a uma macrocefalia urbana no contexto das cidades estaduais.

Silva (2007, p.262), considera que:

[...] a forma da estrutura urbana vigente em Roraima seria de uma bacia urbana, com uma forte estrutura primaz podendo ser denominada de bacia urbana dendrítica, devido à simplicidade do conjunto urbano e, porque Boa Vista é um lugar onde se dão as complexas e variadas relações que compõem a organização da vida real das pessoas roraimenses, conectando-as em uma teia de relações políticas, administrativas, comerciais e de serviços, respeitando suas devidas proporções, no âmbito regional [...]

Quanto à estrutura urbana de Roraima ser pensada como uma “bacia urbana”, e não uma rede urbana consolidada, Silva (2007, p.264) a considera como

a “[...] forma dendrítica, com forte primazia, assim como de constelações de pontos ou traçados de linhas, embrionária, em formação ou cidade-mestra, se considerarmos o seu papel administrativo no estado”.

Daí afirmarmos que a hierarquização das cidades roraimenses está numa etapa incipiente, tendo-a como uma rede urbana embrionária, apenas com considerável destaque para Boa Vista. Silva (2007) propõe que a rede urbana de Roraima tem uma estrutura solar com Boa Vista influenciando diretamente todas as catorze cidades do interior do estado, representado pela figura 4.

Corrêa (2010, p.307) demonstra os padrões de interações espaciais em rede, entre eles, a rede solar que,

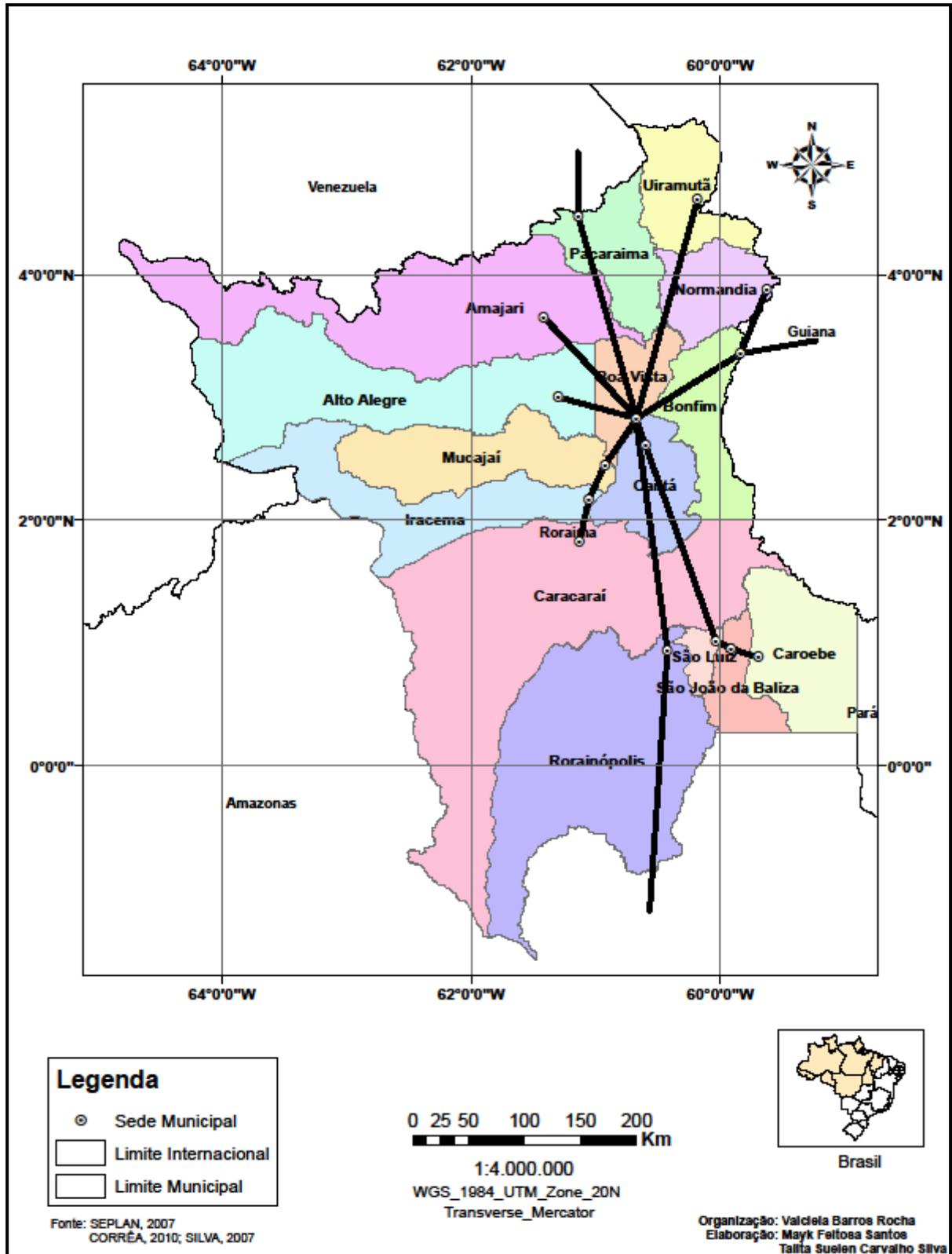
[...] Caracteriza-se pela localização central de um relativamente poderoso nó, ponto focal de vias e fluxos vinculados a nós muito menores. Trata-se de rede fortemente centralizada, com ausência de ligações entre os pequenos nós subordinados. [...] exemplo é o da rede de circulação de ônibus urbanos convergem para o núcleo central de negócios da cidade.

Desse modo, podemos vislumbrar no contexto urbano roraimense essa definição, como a espacialização de uma rede solar, tendo Boa Vista como cidade principal e os demais centros urbanos subordinados a mesma.

O mesmo autor (2010, p.307 e 309) ainda define a rede dendrítica que é

[...] caracterizada pela localização excêntrica do centro nodal mais importante e por vias e fluxos que se distribuem segundo um padrão análogo ao de uma rede fluvial. A excentricidade do centro mais importante, [...] gera interações espaciais direcionalmente orientadas.

Figura 4 - Relação das cidades roraimenses com a capital – rede solar



Nesse contexto, Corrêa (2010) afirma que na hierarquia dos centros a rede dendrítica é mais desenvolvida que a rede solar, pois na rede solar não há ligações laterais entre nós ou centros de mesmo nível hierárquico.

Silva e Silva (2004a) chamam atenção a duas cidades que merecem uma referência especial na integração estratégica da rede urbana roraimense: Caracaraí, na parte central do Estado criada em 1955 serviu como cidade-porto no território e concentra uma das maiores populações urbanas que segundo os Censos de 2000 foi de 8.236 e em 2010 10.910 moradores; e Rorainópolis, na parte sul, (influenciando São Luiz, São João da Baliza e Caroebe, na BR-210), esta tem apresentado nas últimas décadas, crescimento populacional na cidade com 7.185 habitantes em 2000, passando em 2010 para 10.673 pessoas.

Contudo, diante do exposto algumas hipóteses são levantadas por Amorim Filho e Diniz (2005a) sobre a hierarquia urbana de Roraima. Boa Vista, com sua inquestionável primazia, não deverá permanecer na condição de cidade média e alcançará o patamar hierárquico das grandes cidades; quando isso acontecer às funções de intermediação intrarregional estará sendo exercidas por cidades como Caracaraí, Mucajaí, Rorainópolis e outras nessa rede urbana, portanto perspectivas para as alterações futuras na hierarquização interna do estado, destacando a inserção de funcionalidade a lugares de menor expressividade na atual estrutura urbana roraimense.

3.2 NA BUSCA DE COMPREENDER O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DOS MUNICÍPIOS DE RORAIMA

A década de 1940, constitui-se num marco temporal para entender o urbano amazônico, caracterizado pela criação dos territórios federais em 1943, configurando mudanças na divisão geopolítica regional e na estrutura produtiva dos novos espaços. Foram implementados os Territórios Federais como o do Rio Branco, hoje Roraima, Guaporé, atual Rondônia e do Amapá, definindo as divisas entre os países limítrofes dos territórios, evidenciando sua importância estratégica no cenário regional e internacional.

Silva (2007) afirma que com a criação dos mencionados territórios, ocorreu a emancipação política de Boa Vista e Porto Velho em 1943 e Macapá em 1944, que

se tornam capitais de territórios federais e passam a serem incluídas no rol de centros urbanos detentores de um papel importante na fronteira amazônica.

Nesse contexto, destacamos que a cidade de Boa Vista, capital do Território, torna-se segundo Barros (1996, p.19) “[...] uma fronteira burocrática cuja importância se prolonga até os dias atuais”, desenvolvendo e instalando-se uma burocracia administrativa e toda infraestrutura militar, além de serviços, comércios, como eventos patrocinados pelo governo federal, conseqüentemente atraindo, imigrantes para esse núcleo urbano.

Essas ações políticas proporcionaram o aumento demográfico em Roraima, confirmado segundo Silveira & Gatti (1988, p.45) no “Censo Demográfico de 1950, que passa a registrar 18.116 habitantes”, distribuídos, principalmente, ao longo do rio Branco. Ressaltamos que em 1943, foi elaborada uma divisão do Território Federal do Rio Branco, definindo dois municípios, o de Boa Vista, que estabeleceu-se como a capital, e Catrimani. Contudo, o Município de Catrimani jamais foi instalado oficialmente, permanecendo essa configuração até o ano de 1955, quando se emancipou Caracaraí, as margens do rio Branco.

Desse modo, Boa Vista como a única cidade até 1955, alcança destaque através da sua posição estratégica de localização fronteiriça numa ampla área, proporcionou-lhe a formação de uma estrutura de macrocefalia urbana que gera uma cidade primaz, com a acumulação num só ponto do território, a inserção de investimentos e de infraestrutura, bem como a concentração da população, conferindo a cidade peculiaridades patrocinadas pelo Estado.

Assim, Silva (2007, p.228) ao citar Santos (2004a), destaca que o “Estado também favorece a macrocefalia por meio da escolha dos investimentos prioritários que vão para as cidades”. A cidade de Boa Vista enquanto capital do Território e posteriormente, do estado em 1988, desfrutou e ainda desfruta dessa primazia que se reflete pelo magnetismo de investimentos direcionados para ela.

Ainda em Silva (2007) fortalece a discussão ao afirmar que a importância de Boa Vista deriva antes de tudo, do fato de ter sido o único núcleo urbano e de desempenhar por muito tempo as funções de entreposto comercial e financeiro. Além de ser a única materialidade urbana como elemento de integração regional desse espaço ao território nacional brasileiro, ser estimulada enquanto lugar de serviços, comércio, administração política e militar na fronteira.

A primazia de Boa Vista, segundo afirma Barros (1995, p.29) é a partir do período após a criação do Território Federal, pois

[...] advém a primazia da cidade de Boa Vista, em toda a área de Roraima, com respeito aos demais núcleos de população, e é também sua importância geopolítica que ajuda a explicar como a cidade se mantém e cresce, apesar da fragilidade da economia estadual. [...].

Uma vez que, até os anos de 1940, predominava nesse espaço o *habitat* rural focalizado nas fazendas de gado, somente a partir da implementação de funções administrativas e militar que Boa Vista passa de um “mero povoado provinciano dependente do Estado do Amazonas para atuar como uma *foreword city*” (BARROS, 1995, p.29).

Seguindo com o estudo, quem colabora é Silva (2007) que até o início da década de 1950, a região do Rio Branco teve como sustentáculo principal três atividades econômicas, tais como a pecuária, as atividades ligadas ao garimpo, que se concentravam no nordeste do território e, as atividades coletoras de produtos da floresta, restrita à região do Baixo Rio Branco, localizado ao sul de Roraima. Ressalta ainda que a distribuição dos povoados e o crescimento demográfico no território seguiram esses determinantes.

Reiteramos que com a emancipação municipal de Caracaraí em 1955, juntamente com o Município de Boa Vista, estas sedes administrativas configuravam o urbano nessa região, que se estende até 1982, momento que se emancipa novos municípios. De acordo com o IBGE, no Censo Demográfico de 1960, contavam com 28.304 habitantes, aumentando 10.188 pessoas se comparado com último censo. A esse crescimento deve-se a nova realidade do rio Branco, visto pela implantação de políticas estratégicas referentes à questão fronteiriça, motivando deslocamentos de militares para a região, para atuarem nos Pelotões Militares de Fronteira (na fronteira entre Brasil-Bonfim e Guiana e, o outro Brasil-Pacaraima e Venezuela), fixando-se também na cidade de Boa Vista as bases militares do Exército Brasileiro.

No decênio 1960/1970, a população roraimense foi contabilizada em 40.885 habitantes, com densidade demográfica passando de 0,13 habitantes para 0,19 por quilômetro quadrado. Essa referida década apresentava crescimento demográfico com aumentos modestos, com acréscimo de 12.581 habitantes, pois o movimento migratório para esse território se encontrava ainda em um contexto de isolamento geográfico, uma vez que, a via de transporte era a fluvial por meio do rio Branco. Contudo, na década de 1970 marca o início da construção da rodovia BR-174 no

trecho entre Manaus e Caracarái, bem como da rodovia BR-210 (Perimetral Norte) em posição perpendicular no período de 1973 a 1977.

No Censo Demográfico de 1980 a população do território roraimense era composta por 79.159 habitantes, com densidade demográfica de 0,37 km², no entanto somente na cidade de Boa Vista residiam 43.016 pessoas, fato importante se comparada com a população do Estado cerca de 54,34% (BARROS, 1995), e o restante distribuídos na sede de Caracarái e demais povoados no interior do estado.

Após 27 anos da última emancipação, o Território de Roraima redefine uma nova divisão da malha municipal, emancipando os povoados ou vilas a condição de sede administrativa municipal, em 1982, com os novos municípios de: Alto Alegre, Mucajaí, Normandia, São Luiz, São João da Baliza e Bonfim, outro fator relevante dessa década é o reconhecimento de Roraima na Constituição Federal de 1988, como Estado da Federação brasileira.

Nesse contexto, como reflexo de novas políticas e de implementação de funções administrativas no estado, notamos que entre os anos de 1980 e 1991, o crescimento demográfico de Roraima passou de 79.159 para 217.583 habitantes, com um acréscimo de 138.424; destacamos que em Boa Vista sua população urbana chegou a 120.157 residentes, contra 26.612 habitantes que incluem a população das demais cidades do interior do estado.

Nessa conjuntura, Barros (1996) enfatiza que os anos de 1970, 1980 e 1991, vários fatos são notáveis em Roraima, estes que explicam o aumento populacional, visto com a espacialização da construção das rodovias BR-174, BR-401 e BR-210; instalação de vários projetos de colonização agrícola, principalmente ao longo desta última via, na área florestal; a alta inversão pública na cidade de Boa Vista; e o afluxo garimpeiro de 1986/90, proporcionaram novas territorialidades no estado, além de favorecer o surgimento de povoados, vilas e cidades que foram emancipando-se a partir de embriões urbanos, relacionando sua gênese aos determinantes citados acima.

É importante mencionar que a extração de ouro e diamante em Roraima ocasionou um fluxo migratório espontâneo e incontrolável, pois Silva (2007, p.232) relata que enquanto

[...] chegavam 2.400 migrantes por ano, com a política de colonização, cerca de 40.000 migrantes se envolveram com a atividade garimpeira diretamente e indiretamente. Assim, a 'corrida do ouro', na década de 1980, é um dos mais importantes determinantes que incentivaram esse acúmulo em Boa Vista.

Ressaltamos na tabela 1, a evolução demográfica de Roraima no contexto brasileiro e da Região Norte, entre 1950 e 2010, sendo o único estado da Região Norte com menor população nas décadas recenseadas pelo IBGE. Observa-se que nas décadas de 1950 e 1960, os estados que mais cresceram foram Rondônia e Amapá; nas décadas de 1970 e 1980, Rondônia e Roraima; e na década de 1990, Roraima e Amapá. Já nas décadas de 2000 e 2010 despontam o Pará, Amazonas e Tocantins.

Tabela 1 – Brasil e Região Norte – população residente entre 1950 e 2010

País/ Região/ Estados	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	51.944.3 97	70.070.4 57	93.139.0 37	119.002. 706	146.825. 475	169.799. 170	190.755. 799
Região Norte	1.844.65 5	2.561.78 2	3.603.86 0	5.880.26 8	10.030.5 56	12.900.7 04	15.864.4 54
Rondônia	36.935	69.792	111.064	491.069	1.132.69 2	1.379.78 7	1.562.40 9
Acre	114.755	158.184	215.299	301.303	417.718	557.526	733.559
Amazonas	514.099	708.459	955.235	1.430.08 9	2.103.24 3	2.812.55 7	3.483.98 5
Roraima	18.116	28.304	40.885	79.159	217.583	324.397	450.479
Pará	1.123.27 3	1.529.29 3	2.167.01 8	3.403.39 1	4.950.06 0	6.192.30 7	7.581.05 1
Amapá	37.477	67.750	114.359	175.257	289.397	477.032	669.526
Tocantins	—	—	—	—	919.863	1.157.09 8	1.383.44 5

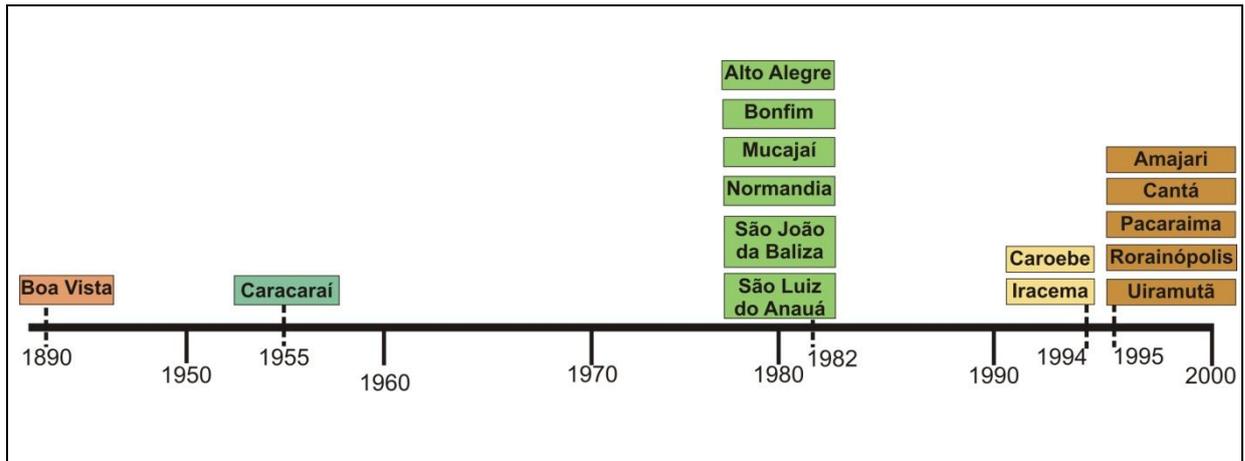
Fonte: IBGE, Censos Demográficos – 1950/2010.

Nestas duas últimas décadas, verifica-se no Censo de 2000, que a população alcança o número de 324.397 habitantes residentes em Roraima, passando para 450.479 habitantes no último Censo de 2010. Vale ressaltar que nas décadas - 1940 a 2010 - recenseadas o aumento populacional roraimense foi de 432.363 habitantes.

No ano de 1994, dois povoados elevam-se a condição de município os quais são Caroebe e Iracema, as margens das rodovias BR-210 e BR-174, respectivamente. E por fim, no ano de 1995, foi realizada a última fragmentação da

malha municipal do Estado de Roraima, com o surgimento de Rorainópolis, Pacaraima, as margens da BR-174; Cantá, Amajari, Uiramutã, desmembrados do Município de Boa Vista, formalizando, portanto, a estrutura territorial atual e do urbano roraimense, vejamos a figura 5.

Figura 5 – Evolução Histórica: emancipação política dos municípios de Roraima de 1890 – 1995



Fonte: Silva e Silva (2004a); Silva (2007). Elaboração: A autora.

Em Silva e Silva (2004a, 2004b, 2005) visualizamos que em Roraima no que se refere à densidade populacional há uma diversidade da ocupação atual do espaço destacando dois núcleos principais de povoamento: o do Sudeste de Roraima, integrando Rorainópolis, São Luiz, São João da Baliza e Caroebe, importantes áreas de colonização; e Centro, unindo Boa Vista, Cantá, Mucajaí, Alto Alegre, e parte de Bonfim, correspondendo a capital e áreas ligadas a projetos de colonização. E ainda, no Norte há algumas áreas um pouco mais densas, mas com cidades ainda pequenas.

Neste sentido, Amorim Filho e Diniz (2005b) questionam se existe uma rede urbana no Estado de Roraima, ela se encontra em seus estágios iniciais de formação, semelhante ao de outras redes urbanas, ou ainda “[...] uma rede urbana em gestação” (AMORIM FILHO e DINIZ, 2005b, p.3). Os pesquisadores ainda afirmam (2005b) que Roraima é um estado eminentemente urbano e que a urbanização de Roraima que vem acontecendo desde 1940 intensificou-se nas últimas décadas, culminando com 76,15% e 76,55% da população vivendo nas cidades nos anos de 2000 e 2010 respectivamente.

Nesta perspectiva, “Boa Vista apresenta uma incontestável primazia nessa rede urbana, pelo grande dinamismo econômico e demográfico de cidade-polo” como ressaltam Amorim Filho e Diniz (2005b, p.23). Esse crescimento da posição relativa de Boa Vista com relação ao Estado começa a configurar a partir da década de 1970, uma situação de primazia urbana, apesar de ter Caracaraí como a segunda cidade do estado. A tabela 2 demonstra a evolução demográfica de Roraima e de Boa Vista no contexto estadual, considerando as proporções entre a população do estado e da cidade de Boa Vista, esta última aumentou em números absolutos 279.181 habitantes, entre os anos de 1950 e 2010.

Tabela 2 – Proporção entre a população da cidade de Boa Vista e a população do Estado de Roraima entre os anos de 1950 e 2010

Estado/ Cidade	Ano						
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
População do Estado	18.116	28.304	40.885	79.159	217.583	324.397	450.479
Cidade de Boa Vista	5.132*	7.037*	16.727*	43.016*	120.157*	197.098**	277.799**
Proporção entre a população da cidade de Boa Vista e a do Estado (%)	28,33	24,86	40,91	54,34	55,23	60,76	61,67

Fonte: Barros (1995); Silva (2007); IBGE, Censos Demográficos - 1950/2010. * Capital do Território; ** Capital do Estado de Roraima.

Reafirmamos que a maioria dos municípios do Estado de Roraima é de emancipação recente, com surgimento nas décadas de 1980 e 1990. Em 1980, na época do Censo Demográfico, o estado contava com duas cidades: Caracaraí e Boa Vista. Em 1991, Roraima tinha oito cidades (sedes municipais) apenas e, em 2000 com 15 cidades que reflete a configuração territorial urbana atual roraimense.

Neste contexto, frisamos que o estado roraimense divide-se em duas mesorregiões denominadas de Norte e Sul, que se subdivide geograficamente em quatro microrregiões, as quais são: Boa Vista, Caracaraí, Nordeste de Roraima e o Sudeste de Roraima, destacado na figura 6. O Município de Rorainópolis está

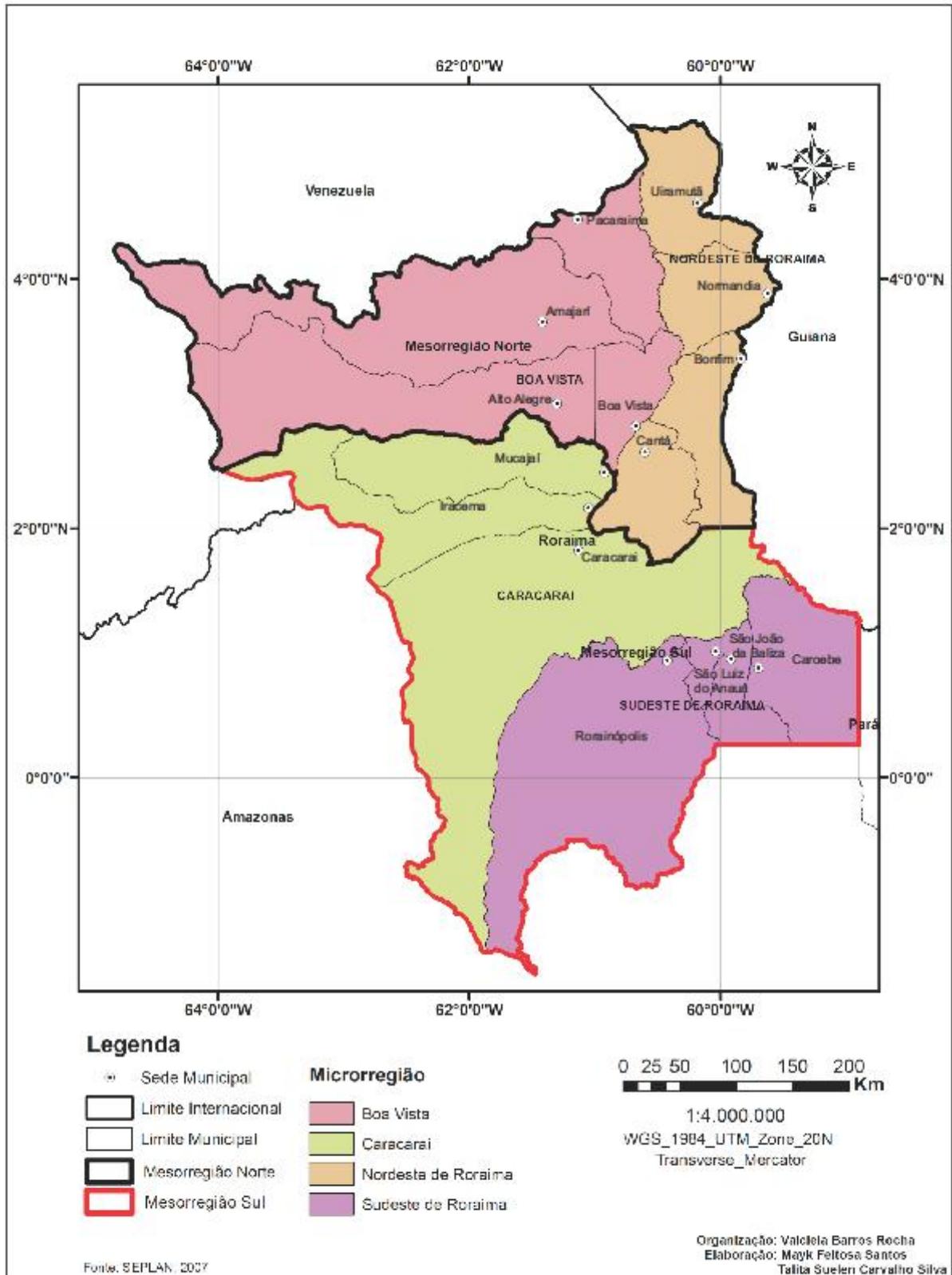
localizado na Mesorregião Sul do estado e na Microrregião Sudeste, juntamente com os municípios de São Luiz, São João da Baliza e Caroebe.

Para o IBGE (2011, p.19) a definição de Microrregião e Mesorregião é a seguinte:

[...] Microrregião Geográfica é um conjunto de municípios, contíguos e contidos na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração. E a Mesorregião Geográfica como um conjunto de Microrregiões, contíguas e contidas na mesma Unidade da Federação, definidas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicações e lugares.

Na Microrregião de Boa Vista, localizam-se os municípios de Boa Vista, Amajari, Alto Alegre e Pacaraima, este último sua sede municipal localiza-se na fronteira com a Venezuela; já a Microrregião Nordeste está o Município de Bonfim, fronteiro com a Guiana, além de Cantá, Uiramutã, Normandia. Na Microrregião de Caracará, concentram-se três municípios: Iracema, Mucajaí e Caracará, ver figura 6, a seguir.

Figura 6 – Mapa das Mesorregiões e Microrregiões do Estado de Roraima



Na configuração territorial do estado, baseando-se no ano de criação dos municípios e na população, Silva e Silva (2004a, 2004b, 2005) exprimem a existência de três níveis hierárquicos roraimenses são eles: o primeiro representado pela capital no nível hierárquico maior, o segundo das cidades muito pequenas e o terceiro das cidades muitíssimo pequenas, inexistindo cidades que poderiam se aproximar da ideia de uma cidade de porte médio, em torno de 100.000 habitantes.

Em 1991, a população urbana de Boa Vista era 23,01 vezes maior que a segunda cidade, Mucajaí (5.222), maior que a terceira na proporção de quase 23,38, a de Caracaráí (5.139), e, 35,8 vezes maior que a quarta cidade, Alto Alegre (3.356).

Em 2000, a atual capital roraimense era quase 24 vezes maior que a segunda cidade, Caracaráí (8.236) e 27,43 vezes maior que a terceira cidade a de Rorainópolis (7.185). E em 2010, a mesma destaca-se por ser 25,4 vezes maior que Caracaráí e 26 vezes maior que Rorainópolis, o terceiro maior centro urbano do estado. Desse modo, ressaltamos a importância de Rorainópolis na conjuntura atual do estado destacando-se com crescimento populacional, despontando no Censo de 2010, como o segundo município do estado mais populoso, sobressaindo-se aos municípios que detinham tais privilégios, como de Alto Alegre e Caracaráí.

Diante deste quadro, Silva e Silva (2004a, 2004b) afirmam que se pode caracterizar a rede urbana de Roraima como sendo extremamente primaz. Também acrescentam que os estados da Região Norte apresentam uma estrutura urbana bastante diferenciada, uma vez que, as capitais amazônicas a exemplo de: Manaus, Macapá, Belém, Porto Velho, Rio Branco e Palmas são maiores do que as segundas cidades maiores de cada estado. Contudo, Boa Vista está geograficamente inserida na rede urbana de Manaus, embora esta última seja 6,5 vezes maior que Boa Vista.

Ressaltamos novamente que esse crescimento da posição relativa de Boa Vista com relação ao Estado começa a configurar a partir da década de 1970, uma situação de primazia urbana, principalmente em 2000 e 2010 concentrando 60,76 e 61,67% da população total residente em Roraima.

Na análise de uma rede urbana, segundo Silva e Silva (2004a) representam um sistema de cidades que mantêm entre si elevados padrões de interação, e uma forte interdependência, emerge como um conceito relevante o de primazia urbana. Esses pesquisadores ainda conceituam primazia urbana, citando Mark Jefferson (1939), pois este afirma que:

A cidade mais importante de um país é sempre desproporcionalmente grande [...]. A cidade primaz é comumente pelo menos o dobro da cidade mais próxima em tamanho e mais do que o dobro como significado (JEFFERSON, 1939 apud SILVA e SILVA, 2004a, p.38).

A influência de uma cidade primaz é muito grande sobre todo o conjunto do território nacional ou regional, embora ressaltem que o “modelo de primazia urbana, na prática, é a antítese do modelo ideal das localidades centrais, sendo o primeiro encontrado no mundo real com mais frequência [...]” (SILVA e SILVA, 2004a, p.39). Daí, para identificar uma cidade primaz, considera o tamanho-hierarquia das cidades em uma estrutura urbana, e, se for um sistema desequilibrado, resultará em um modelo de primazia urbana, apresentando grandes rupturas, como é o caso de Boa Vista no contexto estadual.

O crescimento demográfico de Roraima se dá nas áreas consideradas urbanas e rurais, contudo esclarecem Silva e Silva (2004a) que muitas áreas urbanas deveriam ser consideradas áreas de caráter rural.

Em 2000, a população das cidades do Estado de Roraima pode ser analisada na tabela 3, onde das 15 cidades dez apresentam-se com populações menos que 5.000 habitantes, dentre as quais duas têm menos que 1.000 habitantes, as quais são: Uiramutã e Amajari.

Em 2010, todas as cidades, isto é, as sedes municipais roraimense apresentam crescimento demográfico, com exceção de Alto Alegre, teve uma queda de menos 415 habitantes, no entanto apenas duas cidades ultrapassam a 10.000 habitantes, com 10.910 e 10.673, Caracaraí e Rorainópolis, respectivamente; e Boa Vista a única com 277.799 habitantes. A população do Estado de Roraima, portanto concentra-se nas cidades num total de 344.859 pessoas, contra 105.620 residentes da zona rural.

Tabela 3 – População residente em Roraima entre os anos de 2000 e 2010

Estado e Municípios	2000	População urbana	2010	População urbana	População rural
Alto Alegre	17.907	5.195	16.448	4.780	11.668
Amajari	5.294	799	9.327	1.219	8.108
Boa Vista	200.568	197.098	284.313	277.799	6.514
Bonfim	9.326	3.000	10.943	3.711	7.232
Cantá	8.571	1.155	13.902	2.257	11.645
Caracaraí	14.286	8.236	18.398	10.910	7.488
Caroebe	5.692	1.977	8.114	3.324	4.790
Iracema	4.781	3.228	8.696	4.078	4.618
Mucajaí	11.247	7.029	14.792	8.935	5.857
Normandia	6.138	1.500	8.940	2.311	6.629
Pacaraima	6.990	2.760	10.433	4.514	5.919
Rorainópolis	17.393	7.185	24.279	10.673	13.606
São João da Baliza	5.091	3.882	6.769	4.755	2.014
São Luiz	5.311	3.447	6.750	4.455	2.295
Uiramutã	5.802	525	8.375	1.138	7.237
Roraima	324.397	247.016	450.479	344.859	105.620

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Considerando o Censo de 2000 os municípios roraimenses que se destacaram com população total acima de 10.000 habitantes, podemos elencar apenas quatro municípios, com exceção de Boa Vista, os quais são: Alto Alegre, Rorainópolis, Caracaraí e Mucajaí, no entanto se considerarmos a concentração nos espaços urbanos e, ou rurais desses municípios as proporções mudam nitidamente, vejamos a tabela 4.

Tabela 4 – Municípios com populações superiores a 10 mil habitantes – 2000

Ordem de acordo - população urbana	Municípios	População superior a 10 mil hab. - 2000	População urbana	População rural
1º	Boa Vista	200.568	197.098	3.470
2º	Caracaraí	14.286	8.236	6.050
3º	Rorainópolis	17.393	7.185	10.208
4º	Mucajaí	11.247	7.029	4.218
5º	Alto Alegre	17.907	5.195	12.712

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Nessa esfera, Caracaraí é a segunda cidade se observarmos a população urbana, já Rorainópolis embora seja a terceira em ambas as comparações

demonstradas acima, no entanto, sua população está concentrada nos espaços rurais totalizando 10.208 pessoas, e, Alto Alegre sua população é predominantemente rural com 12.712 residentes. Diante do exposto, ressaltamos que o Município de Rorainópolis dentre estes mencionados na tabela 4 é o mais “novo” se considerarmos a sua emancipação política, em 1995, uma vez que os demais desfrutam dessa condição há vários anos.

Nesta perspectiva, o Censo de 2010 demonstra um crescimento populacional absoluto para três municípios em sua população total que ultrapassam aos 10 mil habitantes, são eles: Bonfim, Cantá, Pacaraima, retratados na tabela 5 de acordo sua ordem em relação à população urbana.

No decênio 2000/2010 queremos destacar o crescimento demográfico dos municípios, dentre eles Rorainópolis que passou de 17.393 para 24.279 pessoas em 2010, com acréscimo de 6.883 moradores, que corresponde a 39,6% em relação ao último censo. O mesmo em 2000 destacava-se como o terceiro município de acordo com a população total, abaixo apenas de Alto Alegre, no entanto em 2010 alcançou o segundo lugar sendo o mais populoso do interior do estado. Caracaraí que ocupava a quarto lugar passa para o terceiro lugar no *ranking* dos municípios mais populosos do estado, e os demais como de Alto Alegre, Mucajaí, Cantá, Bonfim, Pacaraima seguem com a posição de quarto a oitava posição, respectivamente, podemos visualizar na tabela 5.

Tabela 5 - Municípios com populações superiores a 10 mil habitantes – 2010

Ordem de acordo - população urbana	Municípios	População superior a 10 mil hab. – 2010	População urbana	População rural
1º	Boa Vista	284.313	277.799	6.514
2º	Caracaraí	18.398	10.910	7.488
3º	Rorainópolis	24.279	10.673	13.606
4º	Mucajaí	14.792	8.935	5.857
5º	Alto Alegre	16.448	4.780	11.668
6º	Pacaraima	10.433	4.514	5.919
7º	Bonfim	10.943	3.711	7.232
8º	Cantá	13.902	2.257	11.645

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Desta maneira, ao considerarmos as cidades como referência para refletirmos sobre a ordem dos municípios que detêm populações superiores a 10 mil habitantes,

ocorre uma alteração nessa exposição. Percebe-se que apenas Boa Vista, Caracaraí, Mucajaí são os únicos municípios que possuem população da cidade superior aos espaços rurais, destacamos ainda que todos apresentaram crescimento populacional nas sedes municipais, com exceção de Alto Alegre apresentando um decréscimo de menos 415 moradores. As únicas cidades que obtiveram crescimento superior a 3.000 pessoas nesse decênio foram Rorainópolis (3.488) e Boa Vista (3.470). Diante disso, as cidades mencionadas, apesar do crescimento demográfico nos espaços urbanos, ainda é inegável a presença predominante da população nos espaços rurais, com destaque para Alto Alegre, Cantá, Rorainópolis, Bonfim e Pacaraima superando a população das cidades e, ou sedes municipais.

Uma peculiaridade do Estado de Roraima no que se refere ao urbano e o rural, é que o mesmo possui uma configuração territorial interna simples, sem divisão distrital representado pela sede administrativa municipal, e, os demais aglomerados e vicinais como o rural em todo o Estado, sem, portanto considerar outra subdivisão interna como a existente nas demais unidades federativas, que se classificam em vilas, como sedes dos distritos.

Neste sentido, os municípios roraimenses como o de Rorainópolis possuem vários aglomerados ao longo da rodovia BR-174, denominados localmente de “vilas”, destacando Jundiá, Equador, Nova Colina e Martins Pereira que possuem equipamentos urbanos e moradores residindo nestes locais, contudo são recenseados como espaços rurais na estrutura local.

Reafirmamos que não há divisão dos municípios de Roraima em distritos, sendo assim não existem oficialmente vilas, como afirmam Silva e Mourão (2011, p.10)

[...] porque em Roraima, os municípios não são divididos em distritos, dessa forma, não existem formalmente vilas, que são as sedes de distritos. O que ocorre é uma formação territorial municipal simples, com a zona rural e a cidade sede do município, considerada a zona urbana.

Consequentemente, essas vilas refletem uma definição informal para os parâmetros classificatórios do estado, nestas concentram-se atividades econômicas, como a extrativa florestal e animal, comércios em geral, a presença do Estado por meio da assistência educacional, de saúde, de segurança pública, entre outros, a exemplo deste fato podemos citar Nova Colina, localizada ao sul da cidade de Rorainópolis no interior do estado que, por sua vez, são entendidos como espaços rurais no recenseamento realizado pelo IBGE.

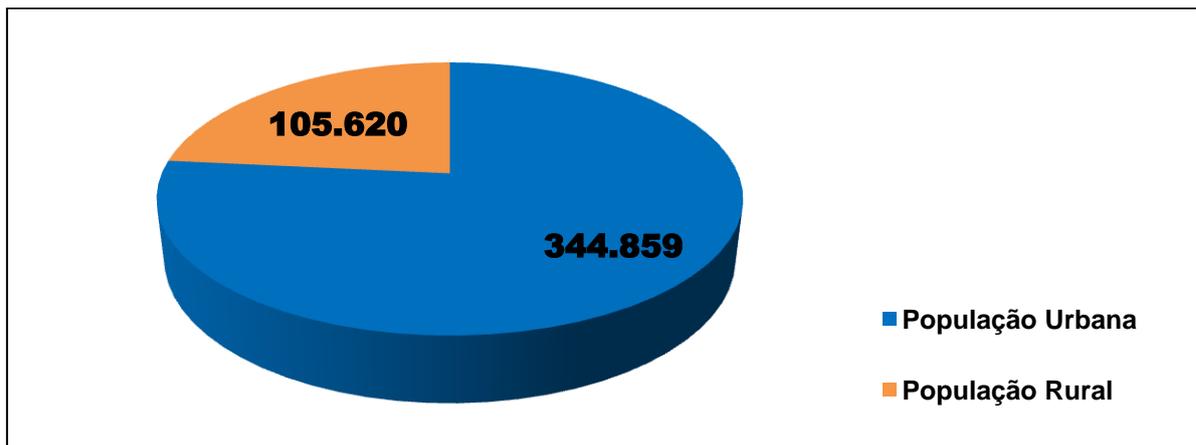
3.3 MAPEANDO OS EQUIPAMENTOS URBANOS RORAIMENSES

Baseados em Barros (1995, p.40 e 41) afirmamos que,

Centros surgem das localizações dos acampamentos das construtoras que abrem as estradas, fazem as pontes, e constroem as vicinais que criam as regiões complementares. Rapidamente, com a presença das serrarias e dos caminhões, certos pontos focais primários passam a crescer. Lojas do tipo geral se instalam nestes sítios. Depois, funções públicas tais como escolas, hospital ou posto de saúde, posto policial, cartório, administração distrital ou municipal, escritórios de colonização rural, posto telefônico, energia elétrica, [...] se instalam. [...] Tornar-se sede de município, então, passa a ser vital, posto que é condição para receber transferências diretas de recursos financeiros federais e receber funções públicas. Compreensivelmente, cada aglomerado aspira desesperadamente a se tornar uma sede municipal (cidade). [...].

Neste aspecto, entendemos como o processo de emancipação municipal é evidenciado em Roraima, uma vez que as pequenas aglomerações vão tornar-se sedes municipais. Antes eram embriões de projetos de assentamentos, acampamentos militares ou das construtoras das rodovias, que exigiram a formação e a implementação de funções públicas e de investimentos do Estado nestas localidades. Atualmente a população urbana do estado corresponde a 344.859 a quase 77% da população total e na zona rural a 105.620 habitantes, veja a figura 7.

Figura 7 – Gráfico da população urbana e da população rural roraimense – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

As sedes administrativas municipais disponibilizam equipamentos urbanos que evidenciam as políticas públicas voltadas a atender as cidades e o interior de cada unidade municipal embora, a capital estadual detenha maior infraestrutura, concentração de serviços e das sedes das instituições e secretarias do estado.

Ao analisarmos na tabela 6, os dados referentes ao quantitativo de estabelecimentos e/ou unidades de saúde no estado, destacam-se 388 unidades públicas, sendo mantidas com investimentos dos governos estadual, municipais e federal, e 56 unidades de saúde privado, concentrando-as na cidade de Boa Vista, num total de 444 estabelecimentos.

Desta maneira, considerando os municípios que compõem a Microrregião do Sudeste, temos no Município de Rorainópolis seis unidades de saúde, entre as quais: 04 são de responsabilidade municipal e 02 estadual; o quantitativo das unidades de saúde municipal em São Luiz e São João da Baliza totalizam duas e três unidades respectivamente; o Município de Caroebe é uma exceção dentre os mencionados, tendo três unidades municipais e sete unidades de saúde federal.

Tabela 6 - Unidades de Saúde em Roraima – 2009

Municípios	Unidades de saúde - total	Unidades estaduais	Unidades municipais	Unidades federais	Unidades privado
Alto Alegre	31	2	5	24	0
Amajari	26	0	6	20	0
Boa Vista	112	13	36	7	56
Bonfim	21	2	8	11	0
Cantá	18	0	13	5	0
Caracarái	23	0	19	4	0
Caroebe	10	0	3	7	0
Iracema	4	0	1	3	0
Mucajaí	11	1	8	2	0
Normandia	58	1	11	46	0
Pacaraima	66	1	8	57	0
Rorainópolis	6	2	4	0	0
São João da Baliza	2	0	2	0	0
São Luiz	3	0	3	0	0
Uiramutã	53	0	4	49	0
Total	444	22	131	235	56

Fonte: IBGE (2010).

Dos oito municípios citados na tabela 5 que apresentam populações superiores a 10 mil habitantes, os municípios de Boa Vista (112), Pacaraima (66) e Alto Alegre (31) despontam com os que possuem maior número de unidades de saúde no estado. No âmbito federal de atuação dos estabelecimentos de saúde apenas Pacaraima e Alto Alegre possuem respectivamente 57 e 24 unidades, e destes o único que não possui atuação federal é Rorainópolis. No entanto, existem

municípios que não há a presença estadual de tais estabelecimentos de saúde, os quais são Cantá, Alto Alegre e Caracaraí.

Vale destacar que segundo o Censo de 2010, dentre os municípios com população inferior a 10 mil habitantes como, por exemplo, o de Normandia (8.940), de Uiramutã (8.375) e de Amajari (9.375), estes municípios possuem juntos o quantitativo de 115 unidades federais de saúde, com a presença municipal e principalmente estadual mínima. Desse modo, Rorainópolis que se destaca como o município mais populoso, não disponibiliza elevado número de unidades de saúde se comparados com municípios de menor população. É bom enfatizarmos que não estamos considerando aqui a qualidade na prestação dos serviços em saúde, como atendimento médico, medicamentos, infraestrutura destas unidades de saúde e sim o quantitativo dos estabelecimentos existentes no estado.

No tocante a educação, consideramos como comparativo os dados das matrículas da rede de ensino, nos níveis de ensino médio, fundamental e pré-escolar, correspondente ao ano de 2005, desse modo, frisamos os municípios que se limitam geograficamente com Rorainópolis e também em relação a capital Boa Vista por apresentar destaque na estrutura de ensino roraimense. Podemos elucidar que no que se refere ao ensino fundamental, Boa Vista é quase quatro vezes maior o número de alunos matriculados em relação aos demais municípios, contudo merece destaque Rorainópolis que possui o maior número de alunos nesta etapa de ensino e também no ensino médio, ver tabela 7.

No ensino pré-escolar o destaque é para Boa Vista em maior quantidade, seguida de Caracaraí e em terceiro lugar temos o Município de Rorainópolis, a soma dos três níveis de ensino de todos seis municípios expressos na tabela 7, perfazem um total de 85.933 alunos, porém se desconsiderarmos Boa Vista, os cinco municípios na porção central e meridional do estado correspondem, portanto a 17.676 alunos matriculados na rede de ensino. Ainda, esclarecemos que não temos como diferenciar o quantitativo de alunos que estão inseridos na zona urbana e rural, pois esse não é o enfoque de nossa pesquisa.

Tabela 7- Comparação entre os municípios referentes a matrícula nos níveis de ensino – 2005

Municípios	Matrículas – 2005		
	Ensino fundamental	Ensino pré-escolar	Ensino médio
Boa Vista	48.417	8.087	11.753
Caracaráí	3.757	1.007	607
Caroebe	2.024	308	328
Rorainópolis	4.479	784	662
São João da Baliza	1.346	195	202
São Luiz	1.402	332	243
Total	61.425	10.713	13.795

Fonte: IBGE (2010).

Nesta perspectiva constatamos que em 2009, o número de matrículas no ensino fundamental passou de 4.479 em 2005 para 4.388 alunos em 2009, com o decréscimo de quase 100 alunos, no entanto constatamos que no ensino médio e pré-escolar os números foram constantes, uma vez que em 2005 o total de alunos matriculados foi de 5.925 passando para 5.987 em 2009, segundo relata o Censo (2010). Diante deste quadro escolar o Município de Rorainópolis conta com 245 docentes que atuam no ensino fundamental distribuídos em 39 escolas; no ensino pré-escolar são 39 docentes em 26 escolas, e no ensino médio com 60 docentes que se distribuem em 05 escolas existentes no âmbito estadual e municipal, segundo o IBGE (2010).

As unidades de ensino, em sua grande maioria, são administradas pelo poder público, interligadas à Secretaria de Educação do Estado de Roraima, à Secretaria de Educação de seus respectivos municípios e ao Ministério da Educação – MEC.

Segundo o IBGE (2000), em Roraima a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade chegava a 13,5% da população, contudo em 2010 essa taxa decresce para 10,3% correspondendo a 31.152 pessoas que não sabem ler e escrever considerando esse grupo de idade. Daí, considerando nesta categoria o Município de Rorainópolis que em 2010, tinha 14,5% de analfabetos, embora tenha superado os 23,4% correspondentes da década anterior, (IBGE, 2010).

Tabela 8 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever - taxa - grupos de idade em Roraima entre 2000 e 2010

Municípios	(%) em 2000	(%) em 2010
Alto Alegre	19,10	40,10
Amajari	28,20	38,70
Boa Vista	8,70	5,80
Bonfim	22,10	13,30
Cantá	26,00	17,20
Caracaraí	22,80	13,30
Caroebe	20,50	12,20
Iracema	21,10	30,20
Mucajaí	22,30	17,20
Normandia	20,30	12,30
Pacaraima	14,30	9,80
Rorainópolis	23,40	14,50
São João da Baliza	18,70	11,60
São Luiz	18,50	12,20
Uiramutã	37,30	28,20

Fonte: IBGE (2010).

Ainda, analisando a tabela 8 podemos visualizar que em 2000 os maiores índices de analfabetismo concentravam nos municípios de Uiramutã (37,3%), Amajari (28,2%), Cantá (26,0%) e Rorainópolis (23,4%) e o com destaque de menor percentagem é para Boa Vista com 8,7%. Já em 2010 permanecem na condição de elevados índices de analfabetismo, o Município de Uiramutã (28,2%) e de Amajari (38,7%) apesar de, o primeiro ter apresentado redução de 9,1%, o segundo aumentou 10,5% percentuais. Ainda nesta perspectiva o Município de Iracema passa de 21,1% para 30,2% em 2010, e, o de Alto Alegre de 19,1% para 40,1%, este último aumenta cerca de 21% no contexto de pessoas que não sabem ler e escrever.

Com relação às instituições financeiras, verificamos que, em Roraima entre o ano de 2006 e 2010, houve um acréscimo de mais seis agências bancárias, totalizando 25 em 2010; na cidade de Boa Vista tinha 14 passando para 19 agências, em Caracaraí de 02 para 03, nas cidades de Mucajaí, Rorainópolis e São João da Baliza, contabiliza-se, em cada uma, apenas 01 agência bancária (IBGE, 2010), quanto aos demais municípios não existem informações. Desta maneira, podemos apreender que a concentração de instituições financeiras e bancárias localizam-se na capital, expressando a dependência das cidades do interior em relação a capital, bem como cidades como Rorainópolis, São João da Baliza de

influenciar e controlar as transações bancárias, a exemplo do Banco do Brasil nesta hinterlândia no sul e sudeste roraimense.

Considerando o Produto Interno Bruto - PIB, a Região Norte tem um valor correspondente a R\$ 163.208 milhões, com uma participação de 5,0% no total do Brasil. O maior PIB da Região Norte pertence ao Pará com R\$ 58.402 milhões, ocupando o 13º lugar no *ranking* nacional, seguido pelo Amazonas com R\$ 49.614 milhões em 15º lugar. O menor PIB da região pertence ao Estado de Roraima, com R\$ 5.593 milhões e ao Acre com R\$ 7.386 milhões (RORAIMA, 2012a).

O Produto Interno Bruto do Estado de Roraima (4,6%) em 2009 ficou com R\$ 5.593 milhões, obtendo o 3º maior crescimento em volume do Brasil, atrás somente de Rondônia (7,3%) e Piauí (6,2%), seguido por Sergipe (4,4%), Distrito Federal (4,0%) e Amapá (4,0%) segundo Roraima (2012a).

Segundo o Governo do Estado de Roraima afirma que:

O Produto Interno Bruto (PIB) de Roraima, teve um crescimento em volume, da ordem de 9,6%, foi o 9º maior ocorrido em 2010, comparando com as outras unidades da Federação, e o 5º maior na Região Norte, amparados nos dados divulgados referentes ao ano de 2009. O valor do PIB em 2010 foi de R\$ 6.341 milhões, correspondendo aproximadamente a 0,17% do PIB nacional. O PIB *per capita* estimado em R\$ 14.052,00 é o terceiro maior da Região Norte e o 14º do ranking nacional (RORAIMA, 2012b).

Ainda em Roraima (2012a) esclarece o conceito de Produto Interno Bruto (PIB) que corresponde à soma de todos os bens e serviços produzidos num período (mês, semestre, ano) numa determinada região (país, estado, cidade, continente). O PIB é expresso em valores monetários. Ele é um importante indicador da atividade econômica de uma região, representando o crescimento econômico.

A participação dos setores de produção da economia roraimense baseado no ano de 2009 ficou “[...] distribuída pelo setor: Primário com 5,6%, do setor Secundário 12,7% e do setor Terciário 81,6%, com sua economia fortemente baseada neste setor” (RORAIMA, 2012a, p.21).

Segundo expressa Roraima (2012a) por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento, este especifica dados estatísticos sobre o desempenho econômico do estado em cada setor da economia, destacando que o setor primário apresentou uma queda na taxa de volume de -8,1%, motivada pela diminuição de -32,2% na produção do produto arroz em casca e de -82,5% na produção do produto soja em grão que geraram reduções de -30,6% em volume do

valor adicionado bruto da atividade de cultivo de cereais e de -83,2% da atividade de cultivo de soja, respectivamente.

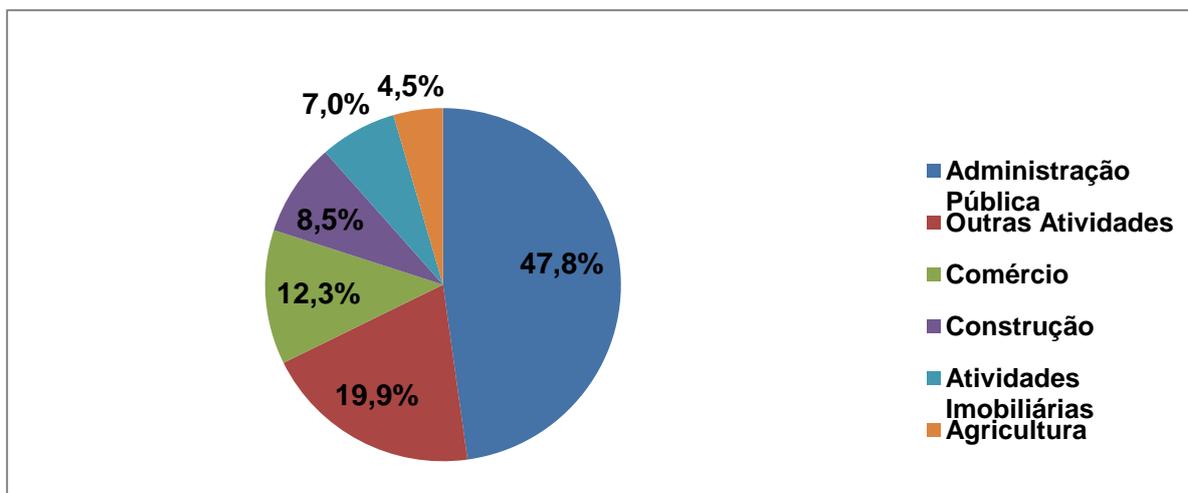
Já o setor secundário com um crescimento em volume de 8,6%, este foi o setor que obteve maior participação no valor agregado em 2009, passando a representar 12,3% ante 11,5% em 2008. Todas as atividades do setor industrial alcançaram um excelente desempenho, com destaque para a indústria extrativa (18,8%), a produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto, limpeza urbana (13,7%) e a indústria de transformação (8,3%), devido à expansão das atividades e produtos madeireiros. A Construção Civil também influenciou no crescimento da atividade industrial com um volume de 7,5% (RORAIMA, 2012a).

Vale destacar a definição de Valor Adicionado Bruto que corresponde ao:

[...] o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos durante o processo produtivo. É a contribuição do Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o Valor Bruto da Produção e o Consumo Intermediário absorvido por essas atividades (RORAIMA, 2012a, p.66).

Ainda, neste estudo, especificam (RORAIMA, 2012a) que o setor de serviços cresceu 4,7% em relação a 2008, acompanhado pela atividade financeira (20,4%) e pelos serviços prestados às empresas (10,0%) e a Administração Pública continua sendo a principal atividade econômica no Estado, participando com 47,8% do valor adicionado estadual, observe a figura 8. Ressaltam também que outras atividades como: os serviços de manutenção e reparação e os serviços de alojamento tiveram participação significativa no valor agregado da economia de Roraima. Com a maior participação é oriunda da Administração Pública (nível federal, estadual e municipal), evidencia o que Silva e Silva (2004b, p.620) ressaltaram que o estado define sua situação econômica e social pela expressão “economia do contra-cheque” , pela predominância neste setor.

Figura 8 - Gráfico de participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto a preço básico do Estado de Roraima – 2009



Fonte: Roraima (2012a).

Ainda, segundo dados estatísticos de Roraima (2012a, p.10) ressaltam que o

PIB per capita, é o resultado da divisão do PIB em valores correntes pela população do ano de 2009, o mesmo ficou em R\$ 13.270, passando a ser o 3º maior da Região Norte, superado pelo Estado do Amazonas com R\$ 14.621 e por Rondônia com R\$ 13.456. Contudo, no *ranking* nacional, o PIB per capita de Roraima ficou na 13ª posição, estando 21,6% abaixo da média nacional e 15,9% acima da média regional. [...] Em relação a 2008, o PIB per capita estadual teve uma variação de 12,0%, sendo 5,8% a variação referente à renda per capita média da Região Norte.

Em estudo sobre os municípios roraimenses em Roraima (2012a, p.37) ressaltam “os cinco maiores e os cinco menores municípios do estado em relação ao PIB de 2009”.

Baseados nesse estudo (RORAIMA, 2012a) o Município de Boa Vista é o primeiro colocado no PIB municipal do Estado, apresentou participação de 73,1% no Produto Interno Bruto de Roraima em 2009, contra 73,2% no ano anterior. Sua economia é baseada predominantemente no setor terciário, sendo que 84,4% de seu valor adicionado total são compostos pelas atividades do setor de serviços. O setor secundário de Boa Vista é responsável por 14,3% de seu PIB, sendo essa participação a segunda maior dentre os municípios de Roraima, concentrando as principais indústrias madeireiras, moveleiras e beneficiadoras de arroz localizadas no Distrito Industrial da capital. A agropecuária em Boa Vista é a que possui a menor participação no PIB dentre todos os municípios de Roraima, apenas 1,3% do total do PIB. Contudo é o maior produtor agrícola do Estado com uma participação de 16,4%.

E neste patamar, o Município de Rorainópolis, detém a segunda maior economia de Roraima apresentando um PIB a preço de mercado corrente de R\$ 231.527 mil em 2009, o que correspondeu a um crescimento nominal de 18,3% em relação ao ano de 2008. Graças à expansão da estrutura do setor de serviços, como por exemplo, do comércio, dos serviços de manutenção e reparo com aumento de 32,6%; alojamento e alimentação com 40,0%; e transportes terrestres com 42,6% (RORAIMA, 2012a).

Já no setor secundário, o município perdeu nesse ano de 2009 a segunda colocação no estado para o Município do Cantá, ocupa a 3ª maior participação no estado com 3,2% do total. No setor primário, apresentou queda apenas na pecuária, sendo negativa em menos 5,8% em relação a 2008.

Na tabela 9, retrata a pecuária do Estado de Roraima, entre o ano de 2004 a 2007 e 2011 e especificamente do Município de Rorainópolis, correspondente a 2011. Neste município apresenta destaque na atividade pecuária para os rebanhos bovinos com 47.318 cabeças, de suínos com 3.445 e para aves com 31.434 cabeças, chegando a um total em 2011 de 84.579 contra 1.229.979 do efetivo rebanho roraimense (IBGE⁸, 2011), porém percebe-se que esse rebanho se comparado com o ano de 2007 e 2011 houve um decréscimo de menos 432.246 cabeças, pois o mesmo tinha em 2007 um rebanho com 1.662.225 cabeças e, em 2011, decresceu para 1.229.979 cabeças. Ainda, temos nesse município o extrativismo vegetal, tais como lenha, madeira em tora e castanha do Pará.

⁸ Consulta ao site do IBGE, Cidades@, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

Tabela 9 - Pecuária do Estado de Roraima e de Rorainópolis - 2004 a 2007 e 2011

Efetivos de Rebanho (cabeças)	Roraima – Ano					Rorainópolis
	2004	2005	2006	2007	2011	2011
Bovino	459.000	507.000	508.600	481.100	651.511	47.318
Suíno	82.500	95.200	88.005	84.355	58.145	3.445
Equino	27.800	28.100	28.500	27.650	30.276	1.398
Bubalino	450	280	280	280	320	204
Caprino	8.960	9.930	9.945	9.790	7.433	780
Ave	1.144.700	1.208.000	1.209.250	1.059.050	482.294	31.434
Total	1.723.410	1.848.510	1.844.580	1.662.225	1.229.979	84.579

Fonte: Roraima (2009); IBGE (2011).

Em continuidade com o estudo mencionado (RORAIMA, 2012a) o terceiro maior município segundo o PIB de 2009, está Caracaraí que apresentou o PIB de R\$ 170.841 mil correspondendo a um crescimento nominal de 18,5% em relação ao ano de 2008. No setor agropecuário em relação a 2008, houve um crescimento nominal de 5,0% em relação ao ano de 2007. No setor secundário, sua participação na indústria total em 2009 aumentou 15,6% devido ao aumento no consumo de energia elétrica industrial. E no setor terciário, aumentou no subsetor de alojamento e alimentação em 48,6% em relação a 2008.

Com a quarta posição está o Município de Mucajaí com um PIB a preço de mercado corrente de R\$ 146.580 mil com crescimento 15,0% em relação a 2008. O setor agropecuário aumentou sua participação de 8,8% em relação ao ano anterior. Em relação ao setor secundário, sua participação foi de 11,1% no total do Estado. Este crescimento explica-se pelo maior consumo de energia elétrica industrial, da atuação do extrativismo mineral, a exemplo da extração de pedras para construção e ornamento. O setor terciário apresentou um crescimento nominal de 13,9% em seu valor adicionado na relação com o ano de 2008, sobressaindo aos subsetores de alojamento, alimentação, comércio, transporte e outros.

E por fim Cantá aparece pela primeira vez, entre os cinco maiores PIBs do Estado de Roraima. Com um PIB de R\$ 146.091 mil representando um crescimento nominal de 23,8% em relação a 2008, esse foi o maior crescimento nominal dentre os municípios roraimenses. A agropecuária representa 23,0% do valor adicionado e a indústria representa 15,1%, maior participação entre todos os municípios. O setor secundário foi o responsável pela elevação ranking dos PIBs municipais do Estado. Este, em 2009 obteve na indústria um aumento nominal de 79,1%, a isso explica-se pelo aumento de consumo de energia elétrica na indústria extrativa, a exemplo extrativismo mineral e florestal.

Dentre os municípios com menor participação no PIB a preço de mercado corrente em 2009 segundo Roraima (2012a, p.39) foram: “Uiramutã (53.429), São Luiz (54.417), São João da Baliza (59.372), Iracema (59.372) e Amajari (71.165)”. Ressaltamos que o Município de Uiramutã tem população predominantemente indígena onde predomina a agricultura de subsistência: milho, feijão e mandioca. O setor de serviços detém 88% do valor adicionado total, sendo que a administração pública representa 92% do setor. No *ranking* do Estado é o município que detém maior participação da administração no seu valor adicionado total. Os municípios de Amajari, São João da Baliza e Iracema apresentam como base econômica, a agricultura familiar, dependendo exclusivamente de repasse do Fundo de Participação dos Municípios pelo Governo Federal.

O Município de Rorainópolis emancipa-se politicamente em 1995, dentro de uma proposta de nova organização municipal estadual, que tinha iniciado em 1890 e continuado em 1955, 1982 e 1994, tornando-se um município de integração no sul do Estado de Roraima com o Estado do Amazonas.

A sua dinâmica e consolidação no Estado de Roraima, é apresentado, a seguir, no capítulo 3.

4 A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO EXTREMO SUL DE RORAIMA

O processo de ocupação não indígena do extremo sul de Roraima está associado aos projetos de assentamentos fundiários realizados pelo INCRA nas décadas de 1970 e 1980, com a implantação dos projetos de colonização, como o caso do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá (PAD/ANAUÁ) oficialmente criado pela resolução do INCRA Nº 95/1979, de 11 de junho de 1979, que abrange 807.900 hectares de área e lotes medindo de 60 a 100 ha. O projeto tem um total de 3.200 parcelas (BARROS, 1995; SILVEIRA & GATTI, 1988).

A construção dos eixos rodoviários foi de fundamental importância para promover a chegada de migrantes, colonos, madeireiros, empresários nessa porção meridional do estado. Em 1976 a rodovia BR-174 foi concluída e entregue ao tráfego conectando a cidade de Manaus à Boa Vista em Roraima, possibilitando a fixação e a territorialização de colonos oriundos das macrorregiões brasileiras. Nesse período, também foi concluída a rodovia BR-210 (Perimetral Norte) em 1975 alcançando a cidade de Caroebe.

Barros (1995, p.35) colabora com essa discussão ao afirmar que a

[...] fronteira de ocupação em estudo, [...] as estradas vão à frente do povoamento, movidas por finalidades geopolíticas de um poder federal extremamente centralizado [...], combinando interesses políticos da administração central do território do país, [...].

Nessa conjuntura, a rodovia foi comandando a localização de alguns núcleos urbanos de acordo com o ritmo de sua construção. Núcleos embrionários surgem a partir de diversos determinantes ligados a esse fim, através de acampamento de construtoras e de assentamento dirigido ou espontâneos ao longo de seu percurso.

A administração dessa porção do território roraimense coube exclusivamente ao Município de Caracarái, entre 1955 e 1982, no que se refere às primeiras ações de ordenamento territorial, distribuição de terras ao longo das rodovias, a implementação da linha de ônibus ligando Manaus à Boa Vista pela rodovia BR-174, assim como na rodovia BR-210 ligando o povoado de São João da Baliza à cidade de Boa Vista, esta última em 1979. O governo federal através do INCRA, passou de fato a atuar na regularização fundiária, criação e expansão de projetos de colonização a partir de 1979 (BARROS, 1995).

Com a implementação do PAD/ANAUÁ em 1979, às margens da rodovia BR-174, e com o processo de assentamento desenvolvido pelo INCRA vários

aglomerados surgem nesse período, como o da Vila do INCRA, posteriormente denominado de Rorainópolis, Nova Colina, Martins Pereira e Novo Paraíso. Esses lugares para Barros (1995) são como pontos embrionários urbanos tendo a rodovia como eixo orientador na estruturação do arranjo espacial no sul e sudeste de Roraima. Os assentamentos rurais seguiram como modelo “espinha de peixe”, sendo as colunas as rodovias (BR-174 e BR-210). Podemos ainda, mencionar os outros projetos de colonização instituídos no sudeste de Roraima, como: o PAR JAUAPERI, em 1982, o PAR JATAPU em 1983, estes últimos às margens da BR-210 (BARROS, 1995; SILVEIRA & GATTI, 1988).

Segundo Mourão (2003, p.282) a partir de 1982 que foram pensadas em estratégias de desenvolvimento econômico para o sudeste roraimense, assim a “[...] política de colonización en el sureste de Roraima es una de las prioridades brasileñas, como instrumento para regularizar la ocupación desordenada en la región, condicionando una estrategia de desarrollo econômico”.

Ainda Mourão (2003, p.285 e 286) descreve que os projetos estabelecidos pelo INCRA para os assentamentos do sudeste contemplavam:

[...] programas de apoyo a la colonización y con ayuda de los políticos locales, diseñó un proyecto de colonización, cuyos objetivos principales eran: regularización fundiaria (titulación y delimitación de fincas de los colonos); asentamiento de nuevos colonos con la expansión de proyectos ya existentes y creación de otros; concesión de créditos para la producción agroganadera; construcción de los caminos vecinales; organización de cooperativas; asistencia técnica a los colonos y supervisión del crédito. En la práctica, estos criterios están lejos de ser cumplidos.

Nesta conjuntura, vários tipos de projetos de colonizações oficiais foram implantados pelo INCRA, entre eles destacam-se no sul e sudeste roraimense, o Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) e o Projeto de Assentamento Rápido (PAR). Essa estrutura de projetos não compartilha das mesmas responsabilidades sócio territoriais e jurídicas, as diferenças para o INCRA entre o PAD e o PAR são baseadas em Oliveira (1995, p.94) que no PAD o INCRA:

[...] assume a responsabilidade da organização territorial, implantação da estrutura física, seleção e assentamento dos beneficiários. Os parceiros desses projetos devem possuir conhecimento agrícola dirigido para uma exploração específica e dispor de recursos financeiros e experiência na obtenção de crédito bancário.

Ao contrário do PAR, pois nesse caso o INCRA “[...] assume somente a responsabilidade de demarcação e titulação das parcelas” (OLIVEIRA 1995, p.94). Ressaltamos que o nosso objeto de estudo está inserido no PAD/ANAUÁ, a exemplo do Aglomerado de Nova Colina e seu entorno.

Com emancipação municipal de São Luiz e de São João da Baliza em 1982, desmembrados de Caracaraí, essa porção sudeste do território passa para a administração desses novos municípios. Este Projeto foi dividido em dois Assentamentos: Vila do INCRA, atual cidade de Rorainópolis e, Nova Colina.

A atual cidade de Rorainópolis antiga Vila do INCRA tem sua gênese marcada pelas políticas de abertura e pavimentação da rodovia BR-174, dos assentamentos agrícolas ao sul e sudeste de Roraima, a exemplo, do Projeto de Assentamento Dirigido Anauá – PAD/ANAUÁ. Segundo Barros (1995) esse lugar, hoje cidade, foi a sede de toda a ação do INCRA na seleção dos migrantes candidatos a parceiros e na implantação dos assentamentos a margem da referida rodovia, bem como local de recepção dos colonos, migrantes de outros estados do Brasil, destacando a macrorregião Nordeste, que aguardavam o assentamento dos lotes rurais.

Em Roraima o último processo de emancipação política municipal ocorreu na década de 1990, surgiu daí, novos municípios na malha territorial do estado. O Município de Rorainópolis surge enquanto parte desse processo no extremo sul do estado, tendo sido emancipado pela Lei Estadual Nº 100 de 17 de outubro de 1995, com terras desmembradas dos municípios de São Luiz e São João da Baliza, sua extensão territorial é de 33.593,988 km² (IBGE, 2010), que corresponde a 14,98% do território de Roraima.

No que se refere à gênese do Aglomerado de Nova Colina, esta remonta ao final da década de 1970, também pelas políticas de construção da rodovia BR-174 pelo 6º BEC - Batalhão Especial de Engenharia e Construção do Exército.

Portanto, percebe-se que em Roraima o surgimento de novos lugares, como Nova Colina, está relacionado diretamente com a abertura das rodovias (BR-174), principalmente quando o 6º BEC, instalavam suas bases ou acampamentos e formavam pequenos núcleos com alojamentos e galpões no “rasgo da floresta”, os mesmos transformando-se em lugarejos embrionários ao perderem sua função inicial (SILVA, 2007). Em seguida esses lugares contribuíram para o surgimento de núcleos semirurais⁹ ao longo das rodovias, sendo ocupada por aventureiros e

⁹ Núcleos semirurais segundo Corrêa (1989) podem ser considerados como localidades centrais, daí Nova Colina pode ser entendida como um núcleo semirural, tendo, porém, sua importância no seu raio de abrangência pelas funções que concentra.

desbravadores que vão inserindo nestes núcleos seu modo de vida, laços de amizades e parentescos, cultura, religião.

Ainda Diniz (s/d, p.6 e 7) afirma que nesse processo as

[...] redes sociais são mecanismos de sobrevivência, uma vez que a migração na fronteira é fruto de uma complexa rede social que transcende o tempo e o espaço. Essas mudanças são fortemente baseadas em canais informais de informação e migrações por “corrente”, que conectam comunidades localizadas a milhares de quilômetros de distância. Neste processo, um determinado colono (inovador) chega à fronteira em busca de terra. [...] tão logo a primeira onda de “seguidores” ganha acesso a terra, sucessivas ondas de “migrantes seguidores”, com algum grau de relação, chegam ao destino.

4.1 CONHECENDO NOVA COLINA A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS MORADORES PIONEIROS

Ao iniciar a discussão que se refere à formação de Nova Colina enquanto lugar urbano no contexto amazônico, nos amparamos em Rocha (2009, p.123) que esclarece como se deu esse processo de formação,

[...] após a implantação das rodovias federais os fluxos migratórios para a região intensificaram-se, dando origem a núcleos urbanos e dinamizando vilas preexistentes ao longo destas rodovias, [...] que serviu de via de acesso da população de outras partes do país a esta cidade.

Também, Trindade Júnior (2010, p.118) destaca a existência de cidades na floresta criadas para atender aos grandes projetos econômicos implantados na região a partir da década de 1960, desta forma estabelece o conceito de “cidades na floresta”, conhecidas como as *company towns* ou cidades-empresa, que,

[...] são aquelas que tendem a se articular principalmente às demandas externas da região, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.). [...] Tratam, em sua maioria, de cidades que se tornaram bases logísticas para relações econômicas voltadas para uma racionalidade extrarregional [...].

Deste modo, demonstra uma nova configuração territorial, política e urbana para a Amazônia, uma vez que, estas cidades tornam-se estranha ao lugar e seu entorno, pois não há integração entre os lugares urbanos pré-existentes e sim a realidades externas a região.

Trindade Júnior (2010, p.118) ainda delinea que há também “cidades da floresta”, mais comuns até a década de 1960 na Amazônia, sendo estas,

[...] pequenas cidades e associadas frequentemente à circulação fluvial, conferiam a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. [...] tais cidades sempre estabeleceram forte relação com os seus respectivos entornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc.). [...] têm fortes enraizamentos, fortes ligações socioeconômicas e culturais com a escala geográfica local e regional; [...].

Diante disso, percebemos peculiaridades e singularidades para os espaços urbanos na Amazônia, onde a espacialização de cidades pode remeter a esses padrões de ocupação em “cidades na e da floresta”, traduzindo distinções, realidades socioeconômicas, culturais diversas.

Dessa forma, podemos mencionar a peculiaridade de Nova Colina, é um lugar urbano na última fronteira amazônica, que tem revelado forte relação de proximidade no cotidiano de vivência e de identidades entre as pessoas, e das mesmas com o espaço, que denotam uma solidariedade orgânica. Contudo essa dinâmica tem sido alterada após a espacialização das empresas do setor madeireiro e da construção civil, oriundas de estados da Amazônia Legal, inserindo uma nova configuração territorial, representado pelo crescimento demográfico, econômico e espacial, especialmente a partir do ano de 2008.

Nessa conjuntura, é preciso descrever como se deu o processo de ocupação pelos primeiros moradores do lugar Nova Colina, que os reconhecemos como “Moradores Pioneiros”, que fizeram e fazem parte da história desse lugar, localizado às margens da rodovia BR-174. Para tal discussão e exposição das informações, nos baseamos nas questões norteadoras da entrevista.

Os moradores pioneiros de Nova Colina que entrevistamos, totaliza 08 pessoas, serão identificados no texto com um código, contendo letras e números, estes últimos correspondem ao ano que chegaram ao lugar, a saber: MP1 1957 – Morador Pioneiro, o primeiro a chegar entre os entrevistados, é o ano de 1957.

Durante a pesquisa com os moradores pioneiros pudemos verificar em cada relato, suas experiências de vida, de luta, de conquista, de superação diante das dificuldades e da permanente necessidade de serviços públicos básicos, como de alimentação, saúde, educação, infraestrutura, fundamentais para atender a dignidade humana e familiar.

Assim, Carlos (1996, p.30) declara que o “[...] lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos

sentidos. [...]”, desse modo, durante as entrevistas víamos expresso em cada descrição suas vivências no lugar, suas dificuldades, a resistência em permanecer em seus lotes, além de ser nítida a percepção sobre o lugar que não é a mesma denotando uma carga de experiência já adquirida no seu trajeto migratório e de seus lugares de origem demonstrada nas atitudes e na inferência na vida política e econômica local.

Dentre os moradores pioneiros entrevistados, percebemos que nem todos vieram após a construção da rodovia BR-174, mas chegaram ao território roraimense adentrando os rios dessa região. Assim nos afirma o MP1 1957 “Naquele tempo nem falava em BR, não tinha nem picadão a gente descia pelo rio Jauperi pegava o rio Negro chegava em Manaus ia e voltava de barco”. Cabe ressaltar, que o Rio Jauaperi nasce na serra do Acaraí na fronteira com a Guiana e deságua no rio Negro, seu curso dá-se ao sul do estado de Roraima passando pelos municípios de Caroebe, São João da Baliza, São Luiz e Rorainópolis.

Outro exemplo é o MP2 1972, sua chegada marca a inexistência da construção da rodovia, ainda demonstrando o cansaço de continuar esse trajeto no meio da floresta, assim afirma:

Vim na picada. Fiquei aqui porque olhei pro lado olhei pa outro, isso aqui era tudo do INCRA, aí eu fiquei aqui nesse pedacim de chão, depois eu fui lá no assentamento do INCRA, aí ele confirmó, fez o cadastro dessa terra. Lá onde eu morava não tinha nenhum palmo de terra. [...].

Outro fator que nos chama atenção é como conheceram este lugar e com quem vieram, percebemos que as redes sociais foram fundamentais em fazer conhecido este lugar, permitindo a migração para essa fronteira de assentamento. De forma sintética podem ser elucidadas nos relatos de cada um:

O que trouxe nós pra cá, minha mãe era viúva, eu era pequeno quando meu pai morreu, [...], aí ela casou com outro cearense foi indo e trouxe nós pra cá. Ele não conhecia nada pra cá, nós viemo no rumo assim, ele tinha ouvido que tinha castanha e seringa pra cá. (MP1 1957)

Foi só eu mesmo. Morei 1 ano sozin, aí depois que chegou esse povão da vila aí tudin. (MP2 1972)

Morava em Xinguara, na terra do meu sogro e as terras dele estavam na área que seria inundada pela água da barragem de Tucuruí. Então pilei 6 sacos de arroz, [...] daí vim bater aqui em Roraima. Conheci seu Pernambuquinho lá no Pará, ele tinha tirado uma faixa de terra lá do Rio Jaburu até o Jauperi, para vender pra os conhecidos lá fora, [...]. Chegou lá dizendo que nessa Roraima tinha abrido uma BR-174, que era uma terra muito boa, aí eu vim aqui pra Roraima. Ele ficou de voltar lá onde eu estava, mas não voltou. Aí resolvi vim pra cá, peguei a estrada, botei uma lata de arroz pilado, botei uma lata de feijão catador, uma lata de banha de porco, matemo umas galinhas lá, arrumemo um dinheirin da passagem, botei a

mulher e os meninos dentro do ônibus, cheguei com tudo. Cheguei no Jauaperi, procurando por Antônio Bernardino, [...] Aqui era conhecido de Pernambuquinho. (MP3 1978)

Vim sozinho mesmo! Vim de Goiânia para Manaus e de lá decidir vim para cá. Vim com meu irmão ele trabalhava na Andorinha, empresa de ônibus, que hoje é Cascavel, quando chegou aqui conversando com um pessoal aqui e descobrir que tinha terrenos aqui pra dentro, daí meu sonho era ter um pedaço de terra. Foi quando entrei aí pra dentro! Vim aventurando mesmo, só que na época era muito difícil, porque não tinha estrada e o meu terreno ficava aqui a 7 km e a entrada para o meu terreno era tudo mata, só tinha uma picada [...] feito braçal. (MP4 1981)

Na realidade eu não vinha pra cá, eu vim pra Rondônia, trabalhava no garimpo [...], aí passei uns anos lá e daí fomos tentar agricultura em Rondônia, passemos uns tempos, mas as terras muito ruim. [...] Daí surgiu o garimpo aqui, pedi um irmão meu pra vim conhecer Roraima. Quando ele chegou ele disse: Roraima é muito ruim pra garimpo, [...], mas agricultura as terras são muito boa, daí se animemos, então vamos lá conhecer. (MP5 1981)

Conheci Nova Colina por um amigo pastor, inclusive pastor da igreja lá de Rorainópolis, o pastor Osvaldo, que fazia linha de Boa Vista a Manaus, era caminhoneiro, passou por aqui e ouviu um comentário que estava precisando de professor e o governador só queria um professor formado em magistério e eu já era formada. Então eu estava recém-casada [...]. (MP6 1982)

Eu vim mais dois irmãos e um companheiro, chamado Jorge. [...] nós viemos atrás de arranjar uma cooperativa, de lá do Mato Grosso, nós tava numa terra de cooperativa. [...] Aí a gente se escreveu numa cooperativa chamada CooperCutia, que só mexia com prantio de mamona, [...]. Aí nós se escrevemo lá pra vim pra cá, porque disse que tavam dando terra, construindo casas, aí nós vendemo uns terrenos lá [...]. Depois veio eu e minha coroa, [...] já tinha minhas duas filhas. [...]. (MP7 1985)

Eu Vim com um homem que morei a primeira vez [...]. A gente conheceu [Nova Colina] porque a cunhada na época [...] ela que trouxe a gente pra cá. [...] (MP8 1992)

Diante do exposto, o deslocamento para essa porção sul do estado partiu do desejo de possuir terras, pela possibilidade de melhoria na qualidade de vida, na aquisição de emprego como o MP6 1982, para atuar no extrativismo vegetal (castanha e borracha) o MP1 1957, e nas atividades agropecuárias todos os demais entrevistados já mencionados. Ainda, vale destacar o estado de origem e o ano de chegada dos moradores pioneiros (Tabela 10) a fim de identificarmos sua trajetória migratória e qual região brasileira são oriundos.

Tabela 10 – Estado de origem dos Moradores Pioneiros entrevistados – 2012

Morador Pioneiro e Ano de chegada	Estado de origem
MP1 1957	Amazonas
MP2 1972	Pernambuco
MP3 1978	Maranhão
MP4 1981	Goiás
MP5 1981	Maranhão
MP6 1982	Acre
MP7 1985	Rio Grande do Sul
MP8 1992	Amazonas

Elaborada a partir das informações obtidas com os Moradores Pioneiros por meio de entrevistas, 2012.

Com isso, percebemos que com relação à procedência dos migrantes, têm-se a predominância de estados da Região Norte, Nordeste, seguido do Centro-Oeste e Sul do País, como demonstrado na tabela 10 acima. Neste contexto, Magalhães (2006) ao falar sobre a população de Rorainópolis, classifica as razões históricas e econômicas que delineiam o perfil desta população que pode ser definida como heterogênea composta por brasileiros oriundos do norte ao sul do país, somados ainda aos primeiros habitantes indígenas que são presença marcante em Roraima, a exemplo dos indígenas Waimiri-Atroari, principalmente.

4.1.1 A estrutura espacial de Nova Colina na década de 1970 e 1980

Segundo o entrevistado MP3 1978, a gênese do Aglomerado de Nova Colina, que entendido como a construção de uma “cidade”, assim como a escolha do nome do mesmo ocorreu da seguinte forma:

Conheci em 1979, Ottomar de Souza Pinto. Eu estava aqui na frente, passou a primeira, a segunda Toyota e na terceira parou. Aí chegou identificou-se, e disse que era pra gente fazer uma cidade aqui, era o governo do Território Federal de Roraima. E eu falei se o governo quisesse nos ajudar, quiser construir uma cidade, se gostou do meu terreno, não tem nada, desaproprio meu terreno. Eu dou meu terreno pra fazer a cidade. Tinha um vein que estava do outro lado [BR-174], Diógenes Pereira Leite, se você quiser um nome pra cidade, eu tenho o nome da cidade pra botar, ele falou pro Ottomar, o nome é Nova Colina. E o Ottomar perguntou por que Nova Colina? Por que eu sou de Colinas do Maranhão.

Apesar da distância geográfica de suas terras natal esses moradores tentam preservar seus lugares de origem na memória sendo expressos em nomes de cidades, de supermercados, restaurante, bares, etc., que são formas encontradas de

externalizar espacialmente as diferentes territorialidades realizadas pelos migrantes na diversidade dos espaços local e na vida cotidiana.

Ainda destaca o MP3 1978, que no dia 14 de fevereiro de 1982, foram enviadas máquinas para construir o arruamento de Nova Colina, foram construídas quatro ruas transversais, as quais são denominadas: Rua Presidente Tancredo Neves, a Avenida Brasil, que corresponde a Vicinal 16, Rua Getúlio Vargas e Rua Palmares, e, duas ruas paralelas à rodovia BR-174: Rua Lacerda Gago e Rua Galvão, correspondendo ao núcleo embrionário de Nova Colina, como podemos observar na figura 11, delineado com a linha de cor vermelho (ver subtópico 3.3 Refletindo os equipamentos urbanos do Aglomerado de Nova Colina).

Para administrar esse núcleo embrionário semirural, o governo do Território Federal de Roraima, a exemplo do governador Ottomar de Souza Pinto, estabeleceu um Administrador, o senhor Manuel de Jesus Mendes conhecido como Manelão, atuando entre os anos 1982 e 1992, e representante do Governo nessa localidade.

Na década de 1980, segundo os Moradores Pioneiros entrevistados, o núcleo embrionário de Nova Colina assim se organizava:

Já vivia aqui nessa época: o finado Basílio, seu Manelão, seu Laci, tinha uma professora, tinha umas quatro a cinco casas... Aí chegou a gente [eu e meu irmão], e o meu outro irmão "Topa-Tudo" com a mulher dele, mandamos avisar de um por um, veio depois de muitos anos a Lidia [esposa dele], era só mata isso aqui! Não tinha rua, não tinha nada, nada! E nem esqueleto de rua, a cidade era na frente, só tinha umas casinhas do lado da estrada. (MP5 1981)

Aqui tudo era mata, nós caçava, matava cutia, paca, tatu, pra comer. Onde era essa casa, era um buraco que, quando chovia, enchia no inverno, os peixes passava aqui pela correnteza. [...] (MP7 1985)

Só tinha um poço aqui na vila era na casa do Manelão para abastecer essas casas tudinho, não tinha água [encanada], não tinha luz, não tinha posto de saúde, não tinha delegacia, não tinha nada, por isso que às vezes eu dizia na escola [...] vocês estão encontrando agora é uma cidade. Borrachudo aqui tinha demais, a gente só podia dar aula com roupa de manga comprida [...]. (MP6 1982)

Ao se referir a década de 1970, o MP2 1972, considera-se como um campeão, por ter vencido inúmeras dificuldades para sobreviver tanto em relação ao trabalho na roça (uso de instrumentos rudimentares, a exemplo do machado, da foice), quanto na inexistência de transporte, a escassez de gêneros alimentícios e de assistência à saúde, porém relata que quando foi chegando os outros moradores passou a existir ajuda mútua, como por exemplo, a troca de sementes, ajuda na

construção de casas, entre outros, amenizando o sofrimento, como o pioneiro destaca:

[...] Eu sou um dos premero campeã, campeã que enfrentô essa batalha premero. Eu que foi que matô as cobras maior, matei onça, matei todo bicho perigoso pra poder, esse multidão de gente tá encostado aí. Ei professora, no meu tempo quando cheguei aqui, o negócio era meio perigoso. Deus me livre! (MP2 1972)

Tratando-se da espacialização e ocupação dos primeiros lotes na Vicinal 16, esta que cruza o núcleo embrionário de Nova Colina, o MP4 1981 declara que, “o INCRA depois que estava aqui há dois anos [no lote a 07 km em relação a BR] entraram [Vicinal 16] demarcando as áreas de terras, os lotes, daí depois começou fazer a vicinal, fazer estrada [...]”, ou seja, inexistia estrada de acesso aos lotes até o ano de 1983. Desse modo, esses moradores/colonos entravam na mata e ao seu modo delimitava-os, assim esse trajeto até os mesmos ocorria da seguinte forma:

Isso aqui, não tinha vicinal, a gente passava com as coisas nas costas [...] passava aqui na picada, na vareda no meio da mata. O INCRA abriu a picada e cada qual foi entrando no seu lote, e aí já começou [...]. (MP5 1981, morador da Vicinal 16).

Tais moradores pioneiros que adentraram essas matas nos anos de 1960, 1970 e início de 1980, em busca de se consolidar enquanto donos destes lotes tiveram que abrir a picada de forma braçal, enfrentar o isolamento físico e geográfico, já que as terras não possuíam qualquer estrutura produtiva e física para recebê-los e promover a permanência nestes locais.

É nesse contexto que o MP3 1978 sintetiza tal momento: “Eu vinha lá Vila do INCRA pra cá de pés [percurso de 42 km], aqui não tinha nada. Passava dois, três caminhões, [...] aqui tinha muita coisa com fartura: porcão, peixe no Jauperi, malária e mosquito”.

Nesse processo de ocupação e apropriação destes lotes (ao longo da rodovia ou nas vicinais), havia, neste período, vários problemas quanto aos marcos divisórios das propriedades tornando-os conflituosos, sendo necessária a intervenção do INCRA para fazer as delimitações das propriedades, assim confirmado pelo MP5 1981: “A assistência do INCRA era só a picada, parece que um pessoal foi no INCRA pediram, pra não ter confusão, mandaram um topógrafo e um agrônomo, e aí marcaram os lotes de cada um”. Esse fato da intervenção desse órgão ocorreu a partir de 1983, como relatam o MP4 1981 e MP5 1981.

É neste contexto que Barros (1995) afirma que o mercado de terras e acumulação fundiária já se fazia presente na área do PAD/ANAUÁ mesmo quando a

estrada estava em construção, na primeira metade da década de 1970, e, após a inauguração em 1976, tendo uma estrutura de posse e propriedade de terra complexa, com grandes, médios e pequenos estabelecimentos.

Ainda, podemos destacar uma peculiaridade dentre os MP entrevistados, nesse processo de ocupação e espacialização dos lotes nas mediações dos eixos rodoviários, o MP1 1957, estava inserido em outra dinâmica locacional longe desse eixo, e sim ligado pela via fluvial, utilizando rios e igarapés como meio de transporte, de atividade econômica extrativista, além de ser local de moradia, às margens deste eixo fluvial.

Segundo o relato ao questionamento o MP1 1957, diz que chegou com 10 anos de idade, casou-se e viveu com esposa e filhos, as margens do rio Jauaperi, juntamente com o restante da família, sobreviviam da coleta da castanha e da borracha que eram comercializados com os regatões manauaras, que subiam os rios para vender mercadorias e comprar os produtos extrativos dos ribeirinhos, não atuavam diretamente, portanto, com a agricultura. Nessas extensas áreas onde atuavam na coleta florestal, os pioneiros não tiveram a preocupação de adquiri-las juridicamente, e com o tempo foram invadidas por novos habitantes, e também a ineficiência dessa atividade extrativa vista pela perda do mercado consumidor, permitiu que os entes familiares deste buscassem novas áreas para viver e trabalhar este, por sua vez, mudou-se para o Aglomerado de Nova Colina em 1990. Relata como foi viver após a perda do mercado dos produtos florestais e da adaptação em outra dinâmica econômica:

Quando parei de trabalhar na quebra da castanha, da seringa. Rapaz, foi o tempo que foi chegado o pessoal foi colocando roça, aparecendo serviço, plantava aquele horror de arroz, quando era tempo da colheita saía atrás de serviço, cortava arroz [...], roçar mato, plantar. Aí com esse dinheiro a gente ia escapano, né? Trabalhava um poquim daqui outro dali. [...] não fui assentado pelo INCRA e nem recebi benefício, não tenho propriedade, não tive ajuda do governo. Na época de cortar os lote eu tava por aqui, eu não quis [...]. Não fiz muita questão de pegar terra, a pessoa tem que tá dentro dela direto, né? cuidando, zelano... (MP1 1957).

Percebemos durante as entrevistas e baseados nos relatos dos MP, demonstraram que eram pessoas descapitalizadas que chegaram a essas terras roraimenses com a esperança de conquistar um pedaço de terra, manter-se da agricultura e da pecuária, uma vez que não dispunham de equipamentos de trabalho, de sementes para o plantio, nem de condições econômicas favoráveis para a sobrevivência e qualidade de vida. De modo algum, estamos aqui generalizando

e/ou afirmando categoricamente essa condição social e econômica, uma vez que, não entrevistamos todos os moradores que fizeram parte desse processo, pois muitos moradores mudaram-se da localidade, já faleceram, entre outros motivos.

Contudo, como definia o PAD, mencionado anteriormente, em que os parceiros tinham que ter “experiência na obtenção de crédito bancário”, foi possível apreender que os Moradores Pioneiros entrevistados não adquiriram tais créditos bancários, embora soubessem da existência dos mesmos, como afirma o MP4 1981 “nunca fiz financiamento, na época era muito difícil, uma vez eu dei várias viagens não consegui, me zanguei e larguei de mão [...]”.

Neste contexto, são unânimes ao declarar que o Governo do Território, (especialmente no governo do Ottomar), prestava assistência e distribuição direta de equipamentos para a agricultura, utensílios domésticos para os colonos dessa região, por exemplo: foice, machado, caixa de ferramenta, rede, mosquitoireiro, distribuía “rancho”, entre outros. Vale destacar que alguns dos MP, a exemplo do MP2 1972 e MP4 1981 nunca receberam tais auxílios porque não iam para os eventos onde faziam a distribuição, não deixando claro também a não aceitação.

É interessante ressaltar que o MP1 1957 afirma que durante o tempo que morou as margens do rio Jauaperi nunca recebeu ajuda do governo, tendo, porém acesso após ter deslocado para o Aglomerado de Nova Colina nos anos de 1990. Explica-se este fato pelo isolamento físico em que estavam inseridos, uma vez que, a via de acesso fluvial dependia da estação do ano, e ainda afirma que era “mais perto ir para Manaus do que ir para Boa Vista”, levando em consideração o local de sua moradia.

4.1.2 Conhecendo as experiências dos MP no acesso aos serviços básicos em Nova Colina nas décadas de 1970 e 1980

Vamos ilustrar quais eram as dificuldades encontradas nos anos de 1970 e 1980, vivenciadas pelos moradores em foco no que se refere ao acesso à saúde, educação, comunicação e aos meios de transporte.

Segundo o MP2 1972, ressaltou que as dificuldades encontradas por ele na área de saúde eram em relação à doença endêmica dessa região, a malária, que aterrorizava os novos e antigos moradores:

[...] que aqui acolá a gente adoecia um pouco, malária essa doencinha. Indaguei como ele fazia. Eu saía fora daqui, ia pra uma cidade por nome de Caracarái, [...] caminhando de pé, doente, mas eu ia calambiano, aí chegava por lá. Naqueles tempo era meio cruel, quando dava vontade de comer alguma coisa, [...] comia era buriti debaixo desse pé de árvore; a malária é assim: ela dá o ataque dela, aí aquelas horas que dá aquele frio, a febre, a gente para, aí depois [...] ia andando devagazim até chegar. Peguei só duas malarinha. (MP2 1972)

Também ressalta o MP3 1978 “Já cansei de ver acontecer, a mulher ia pra beira da estrada com um menino doente e de meio dia pra tarde chegar com o outro doente com malária”. Destaca que o acesso ao remédio e lâmina para confirmar se estava ou não com malária era somente no Abonari depois da reserva Waimiri-Atroari, e em Novo Paraíso, (conhecido como Quinhentos, o entroncamento das rodovias BR-174 e BR-210). Ainda, esclarece que os meios de transportes que ajudavam eram os caminhoneiros da estrada e os pipeiros que carregavam óleo e gasolina para Caracarái, segundo ele “esse pessoal deram muita vida a muitas pessoas”.

Para o MP5 1981, a dificuldade maior também era a saúde, “peguei uma malária tão braba, quase que eu morri”. Declara que durante o processo de ocupação mulheres morreram de parto, pessoas picadas por cobras que devida a dificuldade no acesso à saúde e da locomoção para os hospitais ou postos médicos, que na década de 1980, existia como uma referência para cuidados hospitalares nessa porção sul do estado, era na Vila do INCRA, em São Luiz, Caracarái, Boa Vista e na cidade de Manaus, as distâncias para ter acesso a tais serviços variam entre 42 e 450 quilômetros.

Após a inauguração da rodovia, como já mencionado por Barros (1995) foi implementado uma linha de ônibus de conexão entre Boa Vista e Manaus, segundo o MP5 1981 passava todo dia um ônibus em direção a estas cidades, e outro modo para os deslocamentos eram por meio das caronas, que pelas lembranças das experiências vividas pelo MP3 1978, não foram nada agradáveis afirmando que: “É uma das coisas que nem gosto de lembrar, [...] a gente sofreu muito com esse negócio de carona!”, elucidando os constrangimentos, desconforto e humilhação em relação aos deslocamentos entre os lugares roraimenses.

O MP4 1981 chama a atenção para a dificuldade em comunicar-se com os familiares, que se por meio de cartas tinha que pedir auxílio de algum motorista para levá-las e colocá-las nos Correios em Boa Vista, quanto a duração de tempo entre a

ida e a vinda desta correspondência era de dois meses. Se tivesse que realizar uma ligação telefônica teria que deslocar-se para Manaus ou Caracaráí, no mínimo.

O isolamento geográfico, físico e emocional fazia parte do cotidiano local nessa hileia amazônica que guardavam em suas entranhas desejos, desesperos, insegurança física e alimentar, proporcionado pelo abandono político e social dessas áreas no que se refere ao acesso à infraestrutura que atendesse as necessidades básicas desses colonos, dificultando a permanência dos mesmos em suas propriedades diante disso, identificamos que, entre os entrevistados, somente três moradores pioneiros possuem ainda a mesma propriedade/lote. Podemos visualizar esse isolamento no relato do MP4 1981:

Eu cheguei a passar de 30 dias sem ver ninguém e sem ninguém me ver. Sem ouvir uma palavra dos outros, tinha vez que eu gritava para ouvir a minha voz, para ver se eu ainda tinha voz. Quando eu saía aqui na rua, às vezes eu evitava conversar com as pessoas porque sentia que a língua parece que tinha dificuldade de falar, ficava muito tempo calado.

Na esfera educacional o MP6 1982, relata que já existiam turmas multisseriadas de ensino, embora fossem poucos alunos, existia a preocupação do governador do Território em contratar professor formado em Magistério para atuar na Educação. A escola funcionava atrás da Igreja Católica num barracão coberto só depois foi construída uma escola onde, hoje é atual praça, composta de duas salas de aula, uma saleta para ser secretaria e diretoria, e um quarto para hospedar o professor. O nome da escola foi dado em homenagem ao Tenente João de Azevedo Cruz, atuou no comando do primeiro Pelotão de Fronteira do Exército em 1925, prestando serviços militares relevantes nessa época.

Esta escola foi organizada em 25 de fevereiro de 1980, entretanto sua inauguração foi realizada em 04 de outubro de 1983, confirmada pelo decreto de Nº 044 de 21 de junho de 1983, assinado pelo então governador do Território Federal de Roraima, Major Brigadeiro Vicente de Magalhães Moraes. Ainda, como relata o MP6 1982, existia assistência pedagógica, esta se dava pelo deslocamento de profissionais da Secretaria de Educação do Território de Boa Vista para Nova Colina, com a finalidade de avaliar os alunos e professores, a disponibilidade de merenda escolar, de fardamento escolar, pois segundo o mesmo: “Antes da 5ª série a escola cresceu muito, [...] nós tínhamos banda de música, [...] os equipamentos o governo dava, também fardamento, tudo o governo dava”.

Estes fatores favoreceram para que o número de alunos aumentasse e fossem contratados mais professores, favorecendo assim a fixação dos colonos nos lotes no entorno do núcleo embrionário de Nova Colina, contribuindo, sobretudo pela facilidade dos colonos recém-chegados em adquirir lotes doados pelo INCRA, pois, este órgão tinha um escritório na Vila de Rorainópolis, atual sede municipal.

Segundo enfatiza o MP6 1982 que, “Rorainópolis era do tamanho da Colina na mesma época e o que fez Rorainópolis crescer foi à implantação do posto do INCRA. Daí Rorainópolis pegou um embalo bom”, ou seja, a estrutura local, o tamanho e o quantitativo de pessoas residindo em ambos os lugares compartilhavam das mesmas semelhanças, embora após a instalação do posto do INCRA na Vila de Rorainópolis, muda-se a dinâmica social, espacial local e passa a existir um magnetismo para a fixação de colonos próximos a este lugar, além da concentração de serviços públicos, a exemplo escola, posto médico e telefônico, entre outros, tornando um atrativo para a migração.

O núcleo embrionário de Nova Colina não dispunha dos mesmos equipamentos infraestruturais se comparados com a Vila de Rorainópolis na década de 1980, porém se o considerássemos no contexto local e de seu entorno, era também lugar de atração e de referência para os colonos pela disponibilidade de escola para os filhos, de atendimento médico que se dava na instituição de ensino deste núcleo, apenas em 1986 foi construído um posto de saúde. Esse núcleo representava o lugar das manifestações religiosas, com a presença das Igrejas Católica e Batista neste período, representando um centro de luminosidade ante a floresta que distava a poucos metros desse núcleo, concentrando no seu interior muitas famílias.

Outro fato é declarado por Barros (1995) que os migrantes recém-chegados e os já colonos, recebiam lotes urbanos de 30 por 50 metros, em ruas perpendiculares entre si, tendo como eixo orientador as rodovias, nos aglomerados às margens da BR-174 e da BR-210, a saber: Nova Colina, Vila de Rorainópolis, Martins Pereira, Novo Paraíso, Entre Rios e outros.

Desse modo, podemos visualizar a figura 9, que ressalta como era a espacialização do núcleo embrionário do Aglomerado de Nova Colina em 1985, com a distribuição das casas próximas a estrada e entre si, construídas de madeira e também de forma mais rústicas de barro, conhecido localmente de tapera. Diante da

ocupação dos aglomerados às margens da rodovia BR-174, o Governo do Território possibilitou a implantação de serviços públicos para atender a essa população.

Figura 9 – O Núcleo Embrionário de Nova Colina em 1985



Fonte: Foto cedida gentilmente por Iara Ibernorn, 1985.

Vale destacar que em 1983, passou a ser fornecida energia elétrica gerada por motores a diesel, sua distribuição era realizada nos horários de 11 a 14 horas da tarde e a noite de 18 a 22 horas, para mantê-los funcionando deslocavam-se para Novo Paraíso para comprar combustível cerca de 80 km de distância, assim como podemos verificar a espacialização dos postes de distribuição de energia na figura 9 acima.

O Governo do Território Federal também instalou uma subsecretaria da Secretaria de Agricultura do Território no ano de 1986, localizada ao lado da antiga Escola Tenente João de Azevedo Cruz, atualmente ao lado da Praça Municipal, para dar suporte técnico aos agricultores dessa região.

Ainda nos anos de 1980, foi inaugurada uma cabine telefônica neste aglomerado, a primeira cabine entrou em funcionamento em uma sala cedida na casa do agricultor Juarez Bezerra, em 1988, e depois em estrutura própria, a responsabilidade da prestação desse serviço era da empresa TELAIMA - Telecomunicações de Roraima, operadora de telefonia do grupo Telebrás no Estado

de Roraima antes da privatização, atualmente esse serviço é realizado pela empresa Telemar.

Considerando a rodovia BR-174 como eixo principal do núcleo embrionário do Aglomerado de Nova Colina foram construídas duas estradas, que correspondem a Vicinal 15 e 16, (esquerda e direita da rodovia no sentido Manaus – Boa Vista, respectivamente) em direções opostas a BR-174, onde foram assentados os colonos, assim como os lotes ao longo da citada rodovia.

Neste contexto, podemos visualizar o que expressa Carlos (1996, p.29) que os que fizeram e fazem parte do surgimento, da construção do Aglomerado de Nova Colina, enquanto lugar na fronteira amazônica tem-no como:

[...] produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade [...]. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente à produção da vida. [...].

4.2 DEFININDO O USO DO CONCEITO DE AGLOMERADO PARA NOVA COLINA

Destacamos novamente que, ao longo da década de 1990, ocorreram mudanças significativas na dinâmica territorial de Roraima a partir das emancipações políticas municipais, dentre elas a do Município de Rorainópolis no ano de 1995. Essa nova configuração como apresenta uma divisão territorial simples, sendo o espaço urbano representado pela sede municipal, e, os demais aglomerados e vicinais como o rural em todo o Estado de Roraima.

De acordo com essa configuração, o Município de Rorainópolis passou a concentrar além da cidade, aglomerados ao longo da rodovia BR-174, denominados localmente de vilas, tais como: Jundiá, Equador, Nova Colina, Martins Pereira e Santa Maria do Boiaçu, esta última às margens do rio Branco, com equipamentos urbanos e uma população recenseada como rural. Assim, não há divisão dos municípios de Roraima em distritos, sendo assim não existem oficialmente vilas, conforme afirmam Silva e Mourão (2011).

De acordo o IBGE (2011) a classificação dos lugares durante a realização dos Censos, são feitas a partir da localização dos domicílios da população de cada unidade da federação. Diante disso, verifica-se se o domicílio é de situação urbana ou rural. Os domicílios de situação urbana são aqueles localizados nas áreas

urbanas, que são as áreas internas ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definido por Lei Municipal. As áreas urbanas são classificadas em área urbanizada, área não urbanizada e área urbana isolada. Os domicílios de situação rural são aqueles localizados nas áreas rurais, definidas como áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros aglomerados.

Aglomerado rural segundo o IBGE (2011) é a localidade situada em área legalmente definida como rural, onde existam unidades domiciliares que conformem um conjunto de edificações adjacentes (50 m ou menos de distância entre si) com características de permanência. Os aglomerados rurais são classificados:

a) do tipo extensão urbana que corresponde à área situada fora do perímetro urbano legal, desenvolvida a partir da expansão de áreas urbanas de cidades ou vilas;

b) de povoado que compreende a um aglomerado rural sem caráter privado ou empresarial, ou seja, não vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas, quer primárias (extrativismo vegetal, animal e mineral; e atividades agropecuárias), terciárias (equipamentos e serviços) ou mesmo secundárias (industriais em geral), no próprio aglomerado ou fora dele. Ainda esclarece que o povoado é caracterizado pela existência de um número mínimo de serviços ou equipamentos para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas.

c) de núcleo que é um aglomerado rural vinculado a um único proprietário do solo (empresa agrícola, indústria, usina, etc.), seja, que possui caráter privado ou empresarial.

d) de outros aglomerados é a localidade sem caráter privado ou empresarial que possui a característica definidora de aglomerado rural isolado e não dispõe, no todo ou em parte, dos serviços ou equipamentos enunciados para o povoado.

Diante do exposto acima, como não se verifica em Roraima a definição de aglomerado rural do tipo extensão urbana que definiria os lugares ao longo das rodovias federais (BR-174, BR-210 e BR-401) em Vilas, a exemplo de Nova Colina, assim de acordo a definição já mencionada tais lugares estão inseridos no contexto de aglomerado rural do tipo - povoados. Baseados neste contexto, Nova Colina é considerada, então, de Aglomerado Rural – Povoado de Nova Colina, que

simplesmente utilizaremos neste trabalho de Aglomerado de Nova Colina, considerando que é uma definição respaldada em parâmetros oficiais realizadas pelo IBGE. Contudo, gostaríamos de frisar que embora a mesma seja considerada um Aglomerado Rural - Povoado pelo órgão oficial, Nova Colina é considerada por seus moradores e, no contexto municipal e estadual de Vila.

Ao longo desse trabalho utilizamos as terminologias de aglomerados segundo as determinações oficiais e utilizamos o conceito de lugar como um conceito chave da ciência geográfica, realizando em alguns momentos o uso conjunto dos termos.

Para a realização dos Censos Demográficos o IBGE, divide o território a ser pesquisado em Setores Censitários, que corresponde segundo o IBGE (2003, p.4) a

[...] unidade territorial criada para fins de controle cadastral da coleta. Os setores têm limites físicos identificáveis em campo que respeitam os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além de um quantitativo de domicílios adequado à operação censitária.

Desse modo, destacamos que no Município de Rorainópolis tem cinco setores censitários, classificados de Aglomerado Rural – Povoados, a saber: Martins Pereira, Nova Colina, Equador, Jundiá e Santa Maria do Boiaçu.

Com isso, foi possível identificar a população residente nestes setores baseados nos censos demográficos de 2000 e 2010 posto que, tais dados sobre estes aglomerados estão incluídos no recenseamento como zona rural.

Na tabela 11, podemos visualizar o quantitativo da população residente, distribuídos entre homens e mulheres bem como a quantidade de domicílios nestes aglomerados firmados no Censo de 2000; diante disso, chamamos atenção para o Aglomerado de Nova Colina destacando-se entre os demais com maior população sendo 926 moradores, com 175 domicílios e 489 homens residentes contra 437 mulheres, o segundo aglomerado a destacar-se é Martins Pereira com 795 moradores, em terceiro Santa Maria do Boiaçu com 731 moradores, o qual está localizado às margens do rio Branco, o único do município, já que os demais encontram-se ao longo da rodovia BR-174, em quarto lugar está o Equador com 468 e em último Jundiá com 328 moradores.

Tabela 11 – População dos Aglomerados do Município de Rorainópolis – Setores Censitários, 2000

Aglomerado Rural Povoado	População – Residente	Homens	Mulheres	Quantidade de Domicílios	Distâncias em relação à sede municipal (km)
Martins Pereira	795	407	388	150	12
Nova Colina	926	489	437	175	42
Equador	468	249	219	97	85
Jundiá	328	184	144	74	150
Santa Maria do Boiaçu	731	365	366	144	Sem Informações
Total	3.248	1.694	1.554	640	-

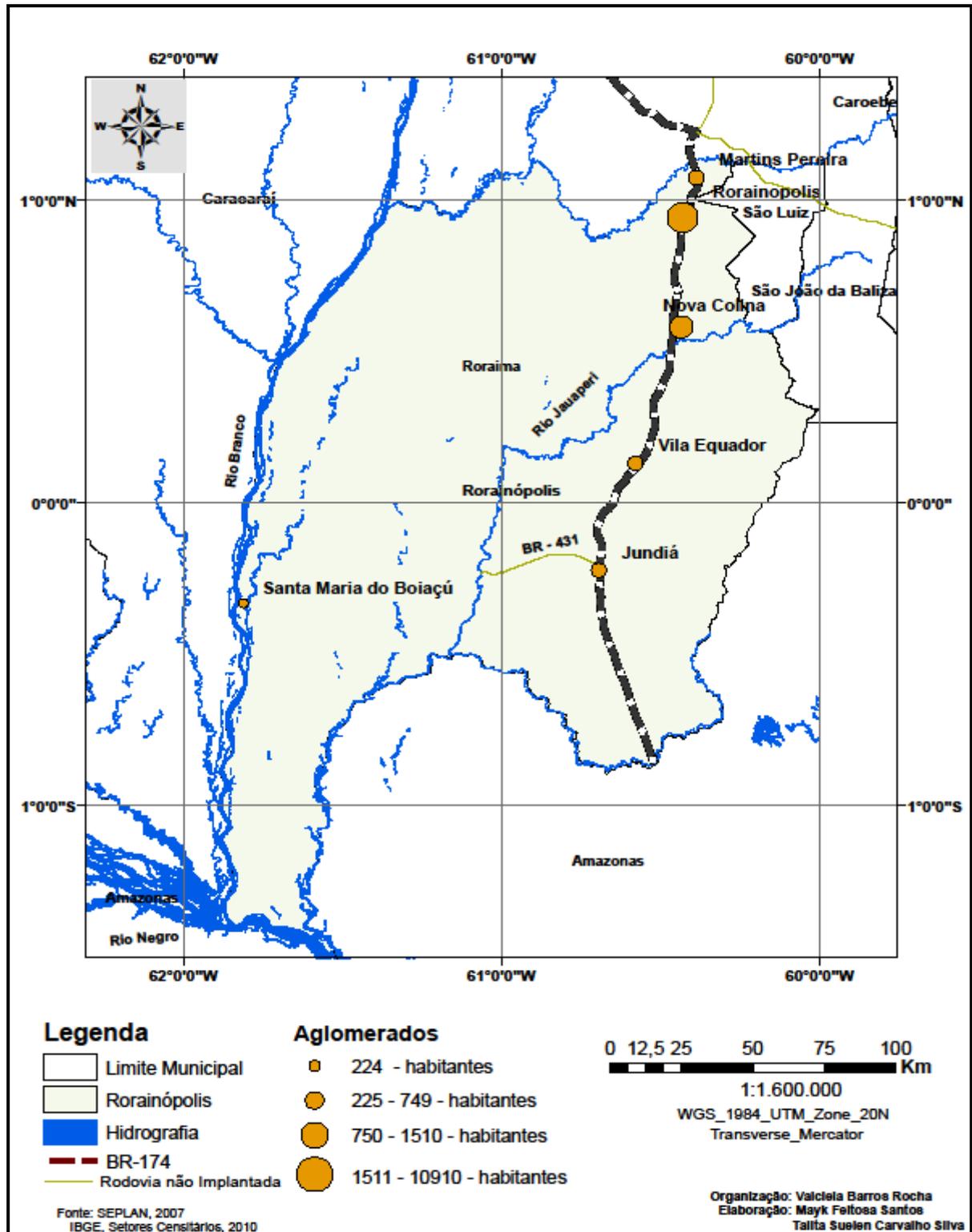
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

É importante frisar as distâncias geográficas desses aglomerados em relação à sede municipal, Martins Pereira com 12 quilômetros ao Norte da cidade de Rorainópolis, e ao Sul está Nova Colina com 42 km, Equador e Jundiá com 85 e 150 quilômetros respectivamente, e a Sudoeste localiza-se Santa Maria do Boiaçu, contudo, sem informações precisas, uma vez que o acesso a este aglomerado é via fluvial ou aérea, podemos visualizar a figura 10, a seguir. A soma da população desses aglomerados era de 3.248 habitantes contra 10.208 que corresponde à população rural do município. Contudo, ressaltamos que há um projeto para a construção de uma rodovia a BR-431 conectando o Aglomerado de Jundiá a Santa Maria do Boiaçu, as margens do rio Branco, que lhes possibilitará o acesso rodoviário.

Analisando o Censo de 2010 por setores censitários dos aglomerados do Município de Rorainópolis, notamos que o Aglomerado de Nova Colina teve um acréscimo de 63,1% em relação ao Censo de 2000, correspondendo a 1.510 moradores, o Aglomerado de Jundiá é o segundo a destacar-se com 60,8% de acréscimo totalizando 527 pessoas, e em terceiro está o Aglomerado do Equador com 54,1% que totalizam 721 moradores. No entanto, o Aglomerado de Martins Pereira teve redução de -6,26% correspondendo a 749 pessoas, bem como o de Santa Maria do Boiaçu que passou de 731 para 224 moradores, em 2010, com decréscimo de menos 507 pessoas. Desse modo, podemos observar essa distribuição espacial e populacional dos aglomerados na figura 10. A população rural de Rorainópolis nesse decênio passou de 10.208 para 10.673 habitantes, que dentro

desse contexto rural destacam 3.731 moradores nos aglomerados, onde o Aglomerado de Nova Colina tem o maior número de habitantes.

Figura 10 – Mapa da População Agregada por Setores Censitários – IBGE, 2010



Podemos compreender que os aglomerados localizados ao longo da rodovia BR-174, estão em processo de crescimento demográfico associados, como o caso de Nova Colina, a instalação de empresas madeireiras e da construção civil, bem como do fornecimento de serviços públicos básicos a esse aglomerado, contrariamente a essa dinâmica está o Aglomerado de Santa Maria do Boiaçu tem caminhado para um processo letárgico.

Neste sentido, Silveira (1994, p.273) colabora com essa discussão quando se reporta a rede urbana regional Argentina que com a inserção de conteúdos técnico-científicos na produção nas grandes fazendas resultado de uma modernização seletiva a partir da década de 1980, possibilitou ao surgimento e a efetivação de lugares modernizados e lugares letárgicos no território argentino, uma vez que,

[...] a cientificização e tecnificação do trabalho nas fazendas cria ilhas de modernização, progressivamente mais aptas para acolher inovações e capitais. De outro lado, um espaço letárgico, caracterizado pelo peso do passado e pela falta de capitais, nos objetos e nas organizações, torna árdua a inserção dos pequenos e médios criadores no mercado mundial. (SILVEIRA, 1994, p.273)

Essa pesquisadora (1994) esclarece que neste contexto mencionado acima, a rede urbana local embrionária argentina que não acolheu o desenvolvimento industrial e sem albergar das decisões da comercialização do processo de produção, sem acompanhar os progressos nos transportes, na comunicação, nas técnicas, entre outros, os centros urbanos que os detém são os de maiores hierarquia, notadamente as principais cidades do país, conseqüentemente a rede urbana local, “[...] continua mergulhada numa letargia sem ter ultrapassado seu estado embrionário” (SILVEIRA, 1994, p.278).

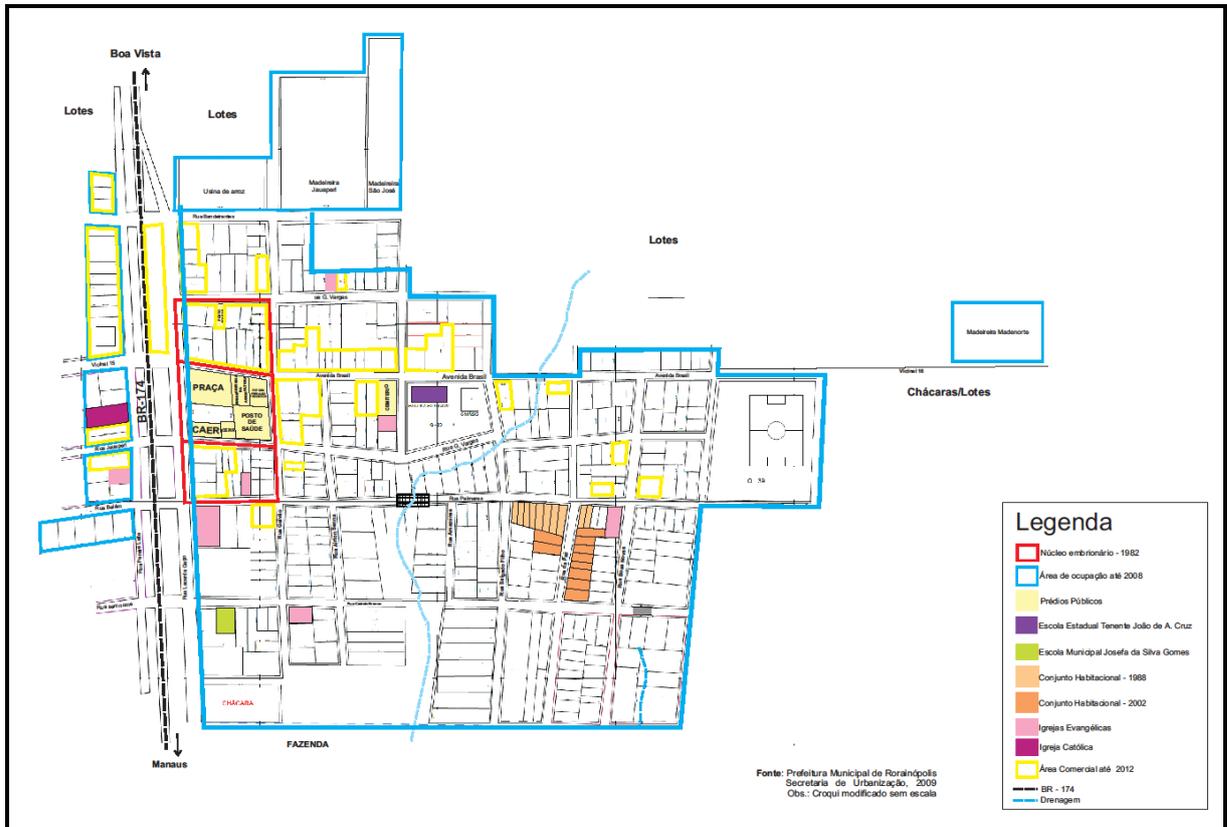
Então, podemos argumentar que tal processo, é claro respeitando as devidas proporções da escala local, notamos processos letárgicos no Aglomerado de Santa Maria do Boiaçu que podemos explicar pelo isolamento geográfico, da mudança da via de acesso ao estado, que ora era via fluvial – rio Branco, favorecendo a essa aglomeração, no entanto a partir da década de 1970 o acesso passou a ser realizado pelos eixos rodoviários, fazendo surgir espaços luminosos, a exemplo dos aglomerados distribuídos em Rorainópolis ao longo da rodovia BR-174, principalmente o de Nova Colina, espacializando uma nova dinâmica no processo de ocupação e uso do território.

4.3 REFLETINDO OS EQUIPAMENTOS URBANOS DO AGLOMERADO DE NOVA COLINA

Durante a realização da pesquisa, identificamos que o Aglomerado de Nova Colina de 1982 (momento da espacialização e construção das primeiras ruas, visto como embrião de ocupação, delimitado com a linha de cor vermelho), até o ano de 2008, ocorreu crescimento e expansão da “mancha urbana” local consolidando a área de ocupação pioneira, representado pela linha azul na figura 11, que é também denominado de “Bairro Centro” deste aglomerado.

A partir desse núcleo embrionário expandiu-se o referido aglomerado na direção Leste, que corresponde ao lado direito no sentido Manaus – Boa Vista, concentrando a espacialização da infraestrutura e dos órgãos públicos bem como dos moradores pioneiros do aglomerado.

Figura 11 - Croqui da espacialização e ampliação da “mancha urbana” do Aglomerado de Nova Colina de 1982 a 2008



Elaborada a partir da planta Planimétrica da Prefeitura Municipal de Rorainópolis, Secretaria de Urbanização, 2009.

No “Bairro Centro”, verifica-se o Destacamento da Polícia Militar instituído em 1996, e, ampliado em julho de 2008, ainda concentra-se comércios, a exemplo: eletroeletrônico, papelaria, *lan house*, açougue, mercearia, lanchonete, entre outros.

Na quadra entre a Avenida Brasil e a Rua Getúlio Vargas localizam-se os escritórios da CERR - Companhia Energética de Roraima, instituindo a distribuição de energia elétrica oriunda da Usina Hidrelétrica de Jatapu em 1996; da CAER – Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, instalada também em 1996; o Posto de Saúde sendo, construída a estrutura atual em alvenaria em 1995; a subsecretaria da Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima; bem como a Praça Municipal, onde funcionava a estrutura da única escola até 1991; a futura Feira do Produtor e casa do primeiro administrador (1982/1992) desse aglomerado, como mostra a figura 12.

Figura 12 – Morador Pioneiro e Administrador do Aglomerado de Nova Colina de 1982 a 1992



Fonte: A autora.

No entorno do referido aglomerado foi instalado uma usina/máquina de beneficiamento de arroz em 1993, doada pelo governo do Estado de Roraima, localizada na Rua Bandeirante, a fim de atender as necessidades dos produtores locais e seu entorno.

É bom frisarmos que o Aglomerado de Nova Colina concentrava nos anos de 1990 e 2000, a área de ocupação pioneira, isto é, o “Bairro Centro”, delineada pela formação dos escritórios dos serviços públicos prestados à população local. Também, concentrando, às margens da rodovia, as igrejas evangélica (Assembleia de Deus, Batista e Adventista) e católica, os comércios mais antigos, e, sobretudo, os moradores pioneiros.

No que se refere, à implementação de políticas públicas de cunho habitacional no aglomerado, passou a existir no mandato do primeiro Prefeito de Rorainópolis, o senhor Antônio Carlos Lacerda Gago para o quadriênio de 1997 a 2000, (este vindo a falecer em pouco mais de um ano de mandato), que foi assumido pelo Vice-Prefeito Geraldo Maria da Costa, foram construídas em 1988, 10 casas de alvenaria correspondente ao primeiro conjunto habitacional do Aglomerado de Nova Colina, as mesmas localizam-se na Rua Palmares, demonstrado na figura 13 (e na figura 11, com a cor bege), estas casas populares possuem repartição internas simples.

Figura 13 – Conjunto Habitacional do Aglomerado de Nova Colina, 1998



Fonte: A autora.

Foram construídas, também no mandato da Prefeita, a senhora Otília Natália Pinto Latgé, eleita para o pleito de 2001 a 2004, mais 10 casas populares doadas aos moradores do Aglomerado de Nova Colina, situado na Rua da Paz.

Ressaltamos que entre os 20 moradores contemplados com as doações das casas populares menos de 08 moradores residem nas mesmas, uma vez que já se desfizeram, comercializando-as. Essas medidas são frutos de políticas populistas e assistencialistas como esclarece Veras (2008), possuindo a finalidade com criação de conjuntos habitacionais, estes com fins eleitoreiros, doações de terrenos, ocupações irregulares em áreas de preservação ambiental são comuns em Boa Vista, e, também visível no interior do estado, no Aglomerado de Nova Colina.

Em se tratando da esfera educacional, foi implantada a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Josefa da Silva Gomes, em 12 de agosto de 2005, no pleito do Prefeito, o senhor José Reginaldo de Aguiar e seu vice o senhor Geraldo Maria da Costa (2005 – 2008), o nome desta escola é em homenagem à senhora Josefa da Silva Gomes funcionária pública e moradora pioneira chegando em 1980 neste referido local. A instituição de ensino localiza-se às margens da rodovia BR-174 e na esquina da Rua Castelo Branco, sua estrutura física está distribuída entre salas de madeira e de alvenaria, estas últimas construídas para atender a nova demanda, que podemos observar na tabela 13, concernentes às matrículas dos anos de 2005, 2009 a 2012.

Tabela 12 – Alunos matriculados na escola municipal no Aglomerado de Nova Colina, anos 2005, 2009 a 2012

Ano	Número de Turmas	Número de Alunos	Número de Funcionários
2005	02	50	5
2009	11	215	28
2010	12	298	34
2011	12	364	38
2012	22	470	49

Fonte: Elaborada a partir dos dados fornecidos pela Coordenadora Pedagógica, Noeme Oliveira P. da Silva; Secretaria da Escola Municipal Josefa da Silva Gomes, 2012.

Queremos frisar que o aumento das matrículas nesta unidade de ensino se deve a dois fatores. O primeiro que a partir de 2009, esta escola passou a receber os alunos das vicinais: Trairi, 15, 16, 18 e 20 com um processo ocorrido em todo município da desativação das escolas municipais das vicinais e concentrando-as em polos, ou seja, nos aglomerados localizados ao longo da rodovia, desta forma

concentrando numa única escola alunos, professores, diretores e funcionários em geral.

O número de alunos que se deslocam das vicinais para o aglomerado, não é tão expressivo se comparados com a soma geral dos matriculados em cada ano, vejamos a seguir na tabela 13.

Tabela 13 – Quantidade de alunos oriundos das vicinais para a Escola Municipal Josefa da Silva Gomes

Vicinas	Número de Alunos	
	2009 a 2011	2012
Trairi	34	28
15	16	8
16	33	38
18	28	51
20	25	54
Total	136	179

Fonte: Elaborada a partir dos dados fornecidos pela Coordenadora Pedagógica, Noeme Oliveira P. da Silva; Secretaria da Escola Municipal Josefa da Silva Gomes, 2012.

Observamos que os alunos que se deslocavam das vicinais nos anos de 2009 a 2011, foi uma constante num total de 136 alunos, contra 215 alunos em 2009, em 2010 totalizou 298 e 2011 alcançou a 364 alunos; já em 2012 passou para 179 alunos oriundos das vicinais, contra 470 do total de alunos matriculados, excluindo, portanto os alunos das vicinais totalizaram 291 residentes na sede do Aglomerado de Nova Colina. Se compararmos o ano de 2010 ao de 2012 excluindo os alunos das vicinais, acrescentou-se em cada ano letivo 162, 228, 291 alunos respectivamente. Consequentemente acrescentando o número de funcionários, configurando a geração de emprego e renda para os envolvidos nesse processo, e ainda o crescimento de 84% referentes às turmas que em 2011 era 12, passando para 22 em 2012.

O segundo fator remete ao período do deslocamento de 04 empresas madeireiras para o Aglomerado de Nova Colina durante no ano de 2009 e 2010 que migraram de estados da Amazônia Legal e instalaram-se neste aglomerado, trazendo sua estrutura física, material e promovendo a vinda dos trabalhadores e

seus familiares, também foi instalada em 2010, a empresa VIA Engenharia S.A., de construção civil no entorno do aglomerado, toda essa demanda contribuiu para o aumento de alunos na escola municipal.

Cabe destacar que a Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz, está também inserida nesse contexto de aumento do número de seus alunos ao longo dos anos, desde o ano de 2001 ao de 2012. A referida escola ocupa o espaço físico atual desde 1991, possuindo uma quadra poliesportiva, situada na Avenida Brasil, atua no nível de Ensino Fundamental e Médio e na Educação de Jovens e Adultos – EJA, 1º, 2º e 3º Segmento. Em 2012 seu quantitativo de alunos matriculados foi de 723. Esclarecendo que os dados expressos na tabela 14 correspondem aos dados da Matrícula Final que já se contabilizou as transferências recebidas e as transferências expedidas e dos alunos veteranos da mesma ao longo do ano letivo.

Tabela 14 – Quantidade de alunos matriculados na Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz, 2001- 2012

Ano Letivo	Quantidade de Alunos
2001	600
2002	671
2003	650
2004	470
2005	527
2006	655
2007	721
2008	765
2009	767
2011*	801
2012	723

Fonte: Elaborada a partir de dados da Secretaria da Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz, 2012. *2011 – Ano que corresponde ao auge da atuação das atividades econômicas (construção civil e extrativista) em Nova Colina.

As informações expostas na tabela 14 demonstram que o número de alunos matriculados ao longo dos anos de 2001 a 2012 obedecem a uma variação numérica mínima, sendo expressiva entre o ano de 2003 e 2004, com um

decrécimo de 180 alunos, os quais faziam parte do Aglomerado do Equador, localizado a 43 km de distância, uma vez que a Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz atendia aos alunos desse aglomerado finalizando essa parceria em 2004.

Enfatizamos que a mencionada escola, possuía uma extensão de turmas de Ensino Médio que funcionava na Escola Municipal João Maia da Silva (Ensino Fundamental), localizada na Vicinal 16 com distância aproximada de 27 km, esses alunos eram contabilizados pela Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz, contudo no início do ano de 2012, ocorreu o desmembramento dessas turmas, pois foi criada a Escola Estadual Boa Esperança nesta vicinal, embora ainda atue no prédio da referida escola municipal. E como reflexo disso, ocorreu o decréscimo de matrículas de 2011 para 2012 de 78 alunos.

Outro fator que gostaríamos de enfatizar é que essa escola estadual do Aglomerado de Nova Colina atende alunos que são oriundos das vicinais nas proximidades do mesmo, a citar vicinais: 15, 16, 18, 20, 31, 37, 38, Trairi e ao longo da BR-174, que se deslocam por meio dos transportes escolares (ônibus e vans), tornando-a um foco de atração para a prestação dos serviços educacionais, uma vez que, ocorre simultaneamente uma concentração e centralização neste aglomerado, e ao mesmo tempo, desconcentrações das unidades de ensino que atuavam nestas vicinais, processos semelhantes são notórios na escola municipal já enfatizada. Neste contexto, segundo informações da Secretaria da Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz em 2011 esse público era de 286 alunos.

Ainda, sobre as informações demonstradas na tabela 14 identificamos uma modificação expressiva quando consideramos as transferências expedidas e recebidas, e a partir destes dados é que podemos visualizar essa dinâmica, por exemplo, em 2008 o total de alunos era de 765, foi o ano que teve maior quantitativo de alunos com transferências recebidas, totalizando 139, ao passo que 43 foram as transferências expedidas por essa instituição, denotando o deslocamento de novos alunos e de seus familiares. Contudo, em 2009 ocorre o inverso, foram expedidas 105 contra 84 transferências recebidas que na matrícula final contabilizou 767 alunos, que refletem uma fluidez em números de alunos que entram e saem durante o ano letivo, razões que não foram especificadas pela secretaria da mencionada escola. Ressaltando que esse período de 2008 e 2009 marca o início da instalação das empresas madeireiras no aglomerado.

Na figura 11, a linha em amarelo retrata a área comercial existente neste aglomerado, que representa a conjuntura atual, esta concentra-se no ramo alimentício, borracharia, lava-jato, posto de gasolina, peças para motos, eletrodomésticos, agropecuários, papelaria, mercearias, bares, entre outros, os quais compreendem tanto a área de ocupação pioneira, quanto as novas áreas de ocupação localizados principalmente às margens da rodovia e ao longo da Avenida Brasil (Vicinal 16). E ainda, concentram-se as igrejas, sendo oito evangélicas e duas católicas destacadas com as cores rosa e lilás escuro, respectivamente, as quais possuem uma proximidade espacial entre si.

Diante disso, percebemos que o Aglomerado de Nova Colina tem servido de referência para os moradores locais e para os das vicinais, na aquisição de serviços públicos como o da saúde, educação, além de ser referência para o comércio em geral, das atividades religiosas e sociais, despontando como espaços luminosos (SILVEIRA, 1999).

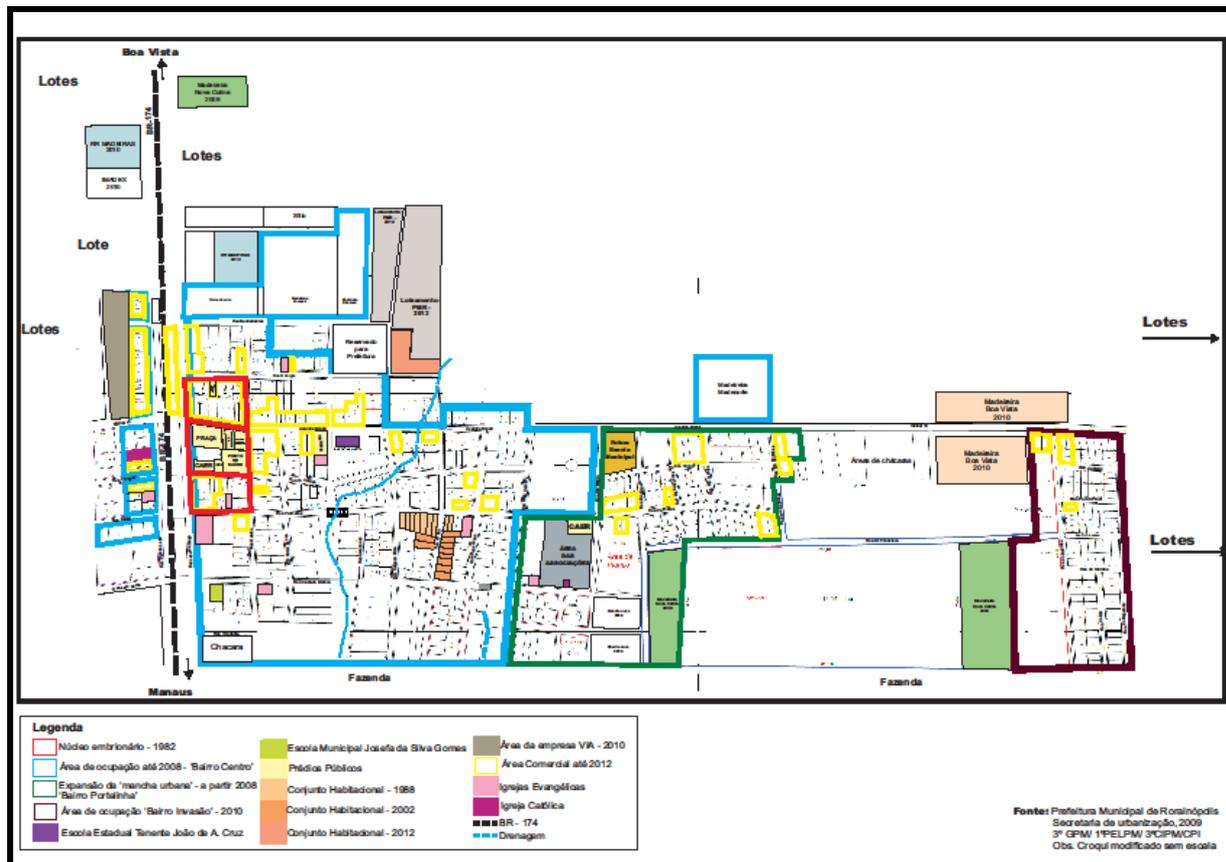
A instalação de empresas baseadas no extrativismo florestal no entorno do aglomerado, correspondem ao final da década de 1990, a exemplo da Madeireira Jauaperi, antiga Bandeirantes em 1999, e, no início da década de 2000, com a Madeireira São José, conhecida por “Coitadinha”, estas duas últimas situam-se na Rua Bandeirante, próximas da rodovia BR-174; e a terceira empresa, a Madeireira Madenorte, localizada na Avenida Brasil (Vicinal 16) instalada em 2005.

As demais áreas não definidas na figura 11 correspondem aos locais de residências dos novos e, sobretudo dos antigos moradores do Aglomerado de Nova Colina. Ressaltamos baseados nas observações *in loco* no ano de 2008, que a área de ocupação humana consolidada estendia-se até o campo de futebol, na Rua Helio Campos, que se percorrido pela Avenida Brasil compreende sete quadras a contar a partir da rodovia e também no lado esquerdo da rodovia concentrando área de comércios e residências. Contudo, evidenciamos que após esse local (delimitado com a linha azul) já existiam esparsas ocupações, construções de casas no atual “Bairro Portelinha”, que é ocupado e loteado efetivamente a partir de 2008, demonstrando a expansão espacial do referido aglomerado.

4.4 ESPACIALIZANDO O AGLOMERADO DE NOVA COLINA A PARTIR DE 2008

As transformações ocorridas no espaço local do Aglomerado de Nova Colina são nítidas a partir do ano de 2008, período de ampliação da “mancha urbana” com o surgimento do “Bairro Portelinha”, delimitado com a linha verde, e a outra área ocupada é o “Bairro Invasão” (definido com a linha de cor marrom) remontando ao ano de 2010, situado numa área posterior as de chácaras e sítios, ambos estão em processo de ocupação e expansão, vejamos a figura 14.

Figura 14 – Croqui da espacialização e ampliação da “mancha urbana” do Aglomerado de Nova Colina de 1982 a 2012



Elaborada a partir da planta Planimétrica da Prefeitura Municipal de Rorainópolis, Secretaria de Urbanização, 2009; 3º GPM/ 1º PELPM/ 3ª CIPM/CPI.

Também nessas novas espacializações no entorno e no interior do aglomerado, percebe-se a compra de terrenos para instalar as bases das empresas madeireiras recém-chegadas de estados da Amazônia Legal. Por exemplo: em 2009, instalou-se a empresa Madeireira Nova Colina, que se deslocou do Itinga, no Maranhão, suas áreas estão na cor verde, sendo que a sede da serraria localiza-se às margens da rodovia BR-174; em 2010 foram instaladas as Madeireiras: Indústria Madeireira Xingu – IMADEX, oriunda de São Felix do Xingu no Pará, a empresa RR Madeiras veio de Tomé- Açu, no Pará (definida com a cor azul claro), concentram-se ao redor da rodovia BR-174, e, a última Madeireira Boa Vista, antiga Brasil Verde, veio da cidade de Tailândia no Pará está localizada na Avenida Brasil (ou Vicinal 16), definida com a cor rosa claro, retratadas na figura 14 acima.

Ainda em 2010, instalou-se a empresa VIA Engenharia S. A., definida na figura 14 com a cor cinza escuro, esta construiu sua estrutura física construída no entorno do aglomerado, que se destacam os escritórios, dormitórios para os trabalhadores, casas para os funcionários de alto escalão, galpão de obras e oficinas em geral, entre outros. Em todas as empresas citadas, notamos a delimitação territorial por cercas de arame ou de madeira das áreas ocupadas e o acesso é controlado e restrito.

No processo de produção do espaço e de territórios são marcadas por relações de poder, por ações dos atores sociais, políticos e econômicos envolvidos que constantemente são re-produzidos. Nesta perspectiva Raffestin (1993, p.144) contribui afirmando que o território “[...], revela relações marcadas pelo poder. [...] É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolvem, se inscreve num campo de poder [...]”, dessa maneira podemos observar as figuras 15 e 16, a territorialização do espaço ocupado pelas empresas no entorno do Aglomerado de Nova Colina.

Figura 15 – Empresa Madeireira localizada as margens da rodovia BR-174



Fonte: A autora.

Figura 16 – Empresa de construção civil localizada as margens da rodovia BR-174



Fonte: A autora.

A partir da instalação das últimas empresas mencionadas no Aglomerado de Nova Colina, foi possível verificar a transformação na paisagem deste lugar, no contexto social e econômico, vistos pela implantação e ampliação da área comercial, de construções de casas para atender a demanda local habitacional, abertura e criação de ruas, bairros. Além da compra de propriedades para a construção das

bases físicas e estruturais das empresas estas, por sua vez, já estavam disponíveis à venda, logo sendo as primeiras a serem absorvidas pelas atividades econômicas voltadas ao extrativismo florestal e da construção civil, como retrata a figura 14 acima.

Em 2012 políticas públicas no contexto habitacional, foi inaugurado o terceiro Conjunto Habitacional denominado de Júlio de Arcanjo dos Santos, em março de 2012, totalizando a 19 unidades habitacionais, referentes à Convênio do Governo Federal Minha Casa Minha Vida e, parceria com o governo estadual e municipal (figura 14, definido com a cor alaranjado), localizado no “Bairro Centro”. Após esse Conjunto Habitacional foram doados 130 terrenos pelo Governo Municipal, os quais já estão em processo de construção de casas, barracos, cercas e limpeza dos mesmos, refletindo o processo de ocupação e uso do solo “urbano” do Aglomerado de Nova Colina, essa iniciativa nos remete ao um conjunto de interesses em pauta, sobretudo políticos de cunho eleitoreiro, vejamos as figuras 17 e 18.

Figura 17- Processo de ocupação e uso do solo “urbano” do Aglomerado de Nova Colina em 2012



Fonte: A autora.

Figura 18- Processo de ocupação e uso do solo “urbano” do Aglomerado de Nova Colina em 2012 – conjunto habitacional



Fonte: A autora.

No “Bairro Portelinha”, estão localizadas as casas dos trabalhadores da empresa Madeireira Nova Colina, construídas de madeira seguindo uma forma padronizada, denotando a aquisição de áreas e a territorialização no espaço dessa empresa, que também configuram investimentos econômicos no espaço local. As empresas madeireiras instaladas em 2009 e 2010 tiveram que promover a acomodação para seus trabalhadores, uma vez que neste aglomerado inexistia estrutura habitacional para comportar o número de novos residentes.

Neste “bairro” também será construído o prédio da escola municipal, como está destacado na figura 14, na cor bege escuro, a área reservada para a CAER, com, a construção de caixa d’água e poço artesiano para suplementar o fornecimento de água encanada à população, assim como espacializa-se bares, igrejas, marcenarias, comércios em geral, áreas de plantio e quadras sem ocupação efetiva. Também se concentra a área reservada para as associações existentes nesse aglomerado, as quais são: Associação das Mulheres Agricultoras, Ponto de Cultura a Bruxa Tá Solta, Associação dos Agricultores e do Sindicato dos Pescadores e Piscicultores do Município de Rorainópolis, este último foi fundado em 10 de junho de 2007, contendo 54 famílias associadas, tendo como presidente o senhor Raimundo da Costa Pinheiro.

A empresa Madeireira Boa Vista, antiga Brasil Verde, adquiriu uma área onde instalou suas bases de infraestrutura física e humana, construiu casas para os trabalhadores que possuíam famílias, para os donos ou responsáveis em gerenciá-la, assim como uma casa estilo hotel para comportar os trabalhadores solteiros, denominados de “Carandiru”, localizado no “Bairro Invasão”, vejamos as figuras 19 e 20, obedecendo a mesma configuração espacial e habitacional é identificado às margens da rodovia BR-174, de ocupação da empresa RR Madeiras no “Bairro Centro”, podemos reconhecer tais áreas na figura 14.

Figura 19 – Modelo habitacional construído pelas empresas madeireiras para trabalhadores solteiros



Fonte: A autora.

Figura 20 - Modelo habitacional construído pelas empresas madeireiras para trabalhadores com família



Fonte: A autora.

Neste processo de migração de empresas e trabalhadores de estados da Amazônia Legal para a atuação em atividades econômicas, a exemplo do extrativismo florestal, torna-se nítido na construção e “a produção do espaço envolve[ndo] sempre, concomitantemente a des-territorialização e a re-territorialização” (HAESBAERT, 2008, p.169), que está ainda em construção no espaço local, processos envolvendo a des-re-territorialização expressos na paisagem local com transformações socioespaciais, econômicas e demográficas, assim como, a inserção de novas territorialidades socioculturais e políticas no Aglomerado de Nova Colina, como demonstrada as figuras 19 e 20 .

A única entre as empresas que se deslocaram para o aglomerado a partir de 2008, que não dispõe da estrutura habitacional mencionada é a empresa IMADEx, conforme afirma o TMX 2010 (Trabalhador da Madeireira IMADEx), adquirindo apenas o terreno para construir a serraria e demais estruturas.

Neste contexto, de des-re-territorialização como conceitua Haesbaert (2008) é importante identificarmos o estado de origem dessas empresas e o ano de sua espacialização no Aglomerado de Nova Colina, as quais são oriundas de estados da Amazônia Legal, sendo 71% e 29% dos estados do Pará e do Maranhão, respectivamente.

Tabela 15 – Empresas Madeireiras – estados de origem e ano de instalação em Nova Colina

Empresas Madeireiras	Ano	Origem da empresa
Jauaperi*	1999	Maranhão
São José*	2001	Pará e Espírito Santo
Madenorte**	2005	Pará
Nova Colina	2009	Maranhão
RR Madeiras	2010	Pará
Boa Vista	2010	Pará
IMADEx	2010	Pará

Elaborada a partir de informações adquiridas durante a realização da pesquisa, 2012. *Empresas em processo de arrendamento¹⁰ por seus donos (desde 2012 e 2011, respectivamente), os dados sobre a origem da empresa é correspondente aos arrendatários atuais. **Empresa fechada desde maio de 2012 após a Operação Salmo 96:12 da PF.

As madeireiras Jauaperi e São José instaladas nos anos de 1999 e 2001, respectivamente, seus atuais arrendatários são oriundos do estado do Maranhão e os sócios da Madeireira São José deslocaram-se do estado do Pará e do Espírito Santo, ambos já atuavam na atividade de exploração florestal, durante o ano de 2012, possuíam juntas 46 trabalhadores diretos na serraria. A Madeireira Madenorte deslocou-se da cidade de Tailândia no estado do Pará, territorializando-se no aglomerado em 2005, apesar de que em maio de 2012 encerrou temporariamente o exercício dessa atividade extrativista.

A espacialização das últimas quatro empresas a instalarem suas bases de infraestruturas neste aglomerado marca uma nova configuração territorial e socioeconômica, uma vez que, além do deslocamento das máquinas, equipamentos também fazem parte desse processo os trabalhadores e seus familiares, pois seus proprietários já atuavam nesta atividade econômica segundo destacam os entrevistados TMX 2010, TMBV 2010, TMRR 2010, deslocando apenas parte da estrutura da empresa matriz de seus lugares de origem como, por exemplo, localizadas nos estados do Pará e do Maranhão, a exceção a esse processo é a Madeireira IMADEx que não proporcionou deslocamento de trabalhadores. A

¹⁰ Segundo o SEBRAE (2011) arrendamento é uma espécie de contrato de locação especial através do qual o proprietário de um estabelecimento empresarial transfere para terceiro o uso temporário desse estabelecimento mediante o pagamento de um valor previamente combinado, processo ocorrido na Madeireira Nova Colina, Jauaperi e São José.

Madeira Nova Colina chegou em 2009, atingindo a 120 trabalhadores que atuavam diretamente na serraria, os quais vieram com o proprietário do estado maranhense.

Diante disso, passaremos a demonstrar os dados obtidos na pesquisa com os relatos de trabalhadores das empresas madeireiras que correspondem a 43% das sete empresas instaladas, bem como do entrevistado, o trabalhador da empresa VIA, a fim de explicitarmos as dificuldades encontradas para o exercício de cada função, no caso das madeireiras qual é o mercado consumidor, o quantitativo de empregos gerados nesse contexto, e as razões para a escolha desse aglomerado para o desenvolvimento de tais atividades econômicas.

4.4.1 Empresas Madeireiras e da VIA perspectivas e dificuldades no exercício das atividades econômicas

No processo de produção do espaço, Santos (2008, p.68) o define como o:

[...] resultado da produção, uma decorrência de sua história. [...] A paisagem é o resultado cumulativo desses tempos (e do uso de novas técnicas). No entanto, [...] paisagem decorre de adaptações (imposições) verificadas nos níveis regional e local, não só a diferentes velocidades como também em diferentes direções [...]. A paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente.

Neste aspecto, o Aglomerado de Nova Colina ao longo dos anos tem sido palco de constantes transformações espaciais, inseridas por políticas públicas de atendimento à demanda local e entorno, bem como da implementação do setor privado, isto é, setor madeireiro, da construção civil e da iniciativa individual e particular no investimento na área comercial, baseados nos ramos: alimentícios, agrícolas, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, lazer, combustível, da construção civil, serviços em geral, entre outros. Essas atividades refletidas no espaço configurando uma distinção no uso e na ocupação dos espaços que definem novas e antigas territorializações que refletem uma heterogeneidade social, econômica e cultural expressos na paisagem local denotando no mesmo espaço níveis diferenciados e em diferentes direções e velocidades que de fato “[...] a paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente” afirma Santos (2008, p.68).

Rocha (2009, p.126) colabora com essa discussão ao afirmar que na Amazônia a produção do espaço geográfico é marcada por diferentes processos

gerando uma estrutura heterogênea com formas e funções diferenciadas e antagônicas que são marcadas

[...] pela presença de diferentes atores, que se caracterizam por não serem oriundos de um processo migratório de uma mesma região, [...] cada um com seus hábitos e costumes, que vão se caracterizar também na forma de se pensar e utilizar a terra. [...].

O processo migratório de pessoas e de capital para o estado roraimense, especificamente Rorainópolis, faz-nos questionarmos para a existência de apoio governamental ou de políticas públicas ou creditícias que pudessem beneficiar essas iniciativas para a região, uma vez que, essas estratégias foram utilizadas pelos governos do antigo Território para atrair pessoas de regiões brasileiras, a exemplo do Nordeste, principalmente do Maranhão, como enfatizam Diniz e Santos (2006, p.7) que,

[...] campanhas publicitárias, ressaltando as vantagens de Roraima, foram veiculadas através de diversas mídias, no Maranhão, convidando os seus habitantes a contribuir com a empreitada colonizadora da região.

Todavia, os entrevistados TMX 2010, TMBV 2010 e TMRR 2010 afirmam que os proprietários dessas empresas madeireiras não tiveram qualquer ajuda do governo municipal e estadual e a decisão para a fixação no Aglomerado de Nova Colina partiu da iniciativa particular, mencionam ainda que o conhecimento dessa região e da abundância de recursos florestais madeireiros partiu da indicação de amigos, de pessoas que já conheciam a área, “veio receber uma dívida de um dono de uma empresa madeireira” (TMRR 2010), após um estudo de carga florestal e conhecimento da área, decidindo, pela desterritorialização de parte da empresa do seu antigo lugar, ambas localizadas nos estados da Amazônia Legal, principalmente do Estado do Pará e reterritorializando no Município de Rorainópolis, a exemplo Aglomerado de Nova Colina.

Os entrevistados afirmaram que os donos das empresas já trabalhavam no setor madeireiro. Daí, como esclarece o TMBV 2010, que a matriz da empresa ainda permanece em Tailândia, no Pará, essa empresa era denominada de Brasil Verde e composta por quatro sócios, desfizeram a sociedade econômica, ficando apenas um deles, que mudou o nome para Madeireira Boa Vista e os demais retornaram para os lugares de origem. Esse mesmo trabalhador (TMBV 2010) exerceu funções na Madeireira Nova Colina, aliás, sua vinda foi com esse grupo empresarial, afirma que o dono possuía seis empresas madeireiras, ou melhor, correspondem a seis firmas

registradas diferentes, migrou para o Aglomerado de Nova Colina com três empresas/firmas, no entanto funciona em uma única estrutura física e espacial. Uma nova dinâmica territorial e econômica no uso, na produção do espaço inseridos no sistema de produção capitalista.

O entrevistado, o TMX 2010, também enfatiza que os donos dessa empresa já trabalhavam no setor, embora essa empresa: IMADEX, ou firma não tinha atuação em São Felix do Xingu, no Pará, aqui recebeu outra nomenclatura, porém é resultado de investimentos financeiros e da capitalização dos mesmos proprietários oriundos da atuação do setor madeireiro paraense. Dessa forma, espacializam em outros lugares com outras nomenclaturas, apesar de serem os mesmos donos de empresas aqui e lá nos antigos lugares, formando uma rede de domínio e de exploração no setor madeireiro em vários lugares da Amazônia Legal.

O TMRR 2010 afirma que o dono dessa empresa atua no setor assim como sua família há aproximadamente 20 anos, permanecendo em Tomé-Açú parte das bases da empresa, reconhece ainda que “lá no Pará não tem mais madeira”, e que “a qualidade da madeira aqui [Aglomerado de Nova Colina] é bem superior a de lá. A qualidade e a quantidade que têm no local, é suficiente até quando quiser trabalhar uns 4 a 5 anos”, enfatiza o TMRR 2010.

Quando expomos as figuras 19 e 20, que retratam as casas e hotéis construídos para atender a demanda habitacional de novos trabalhadores porque inexistia estrutura habitacional que comportasse o significativo número de pessoas que chegaram ao mesmo tempo, desorganizaram, portanto a dinâmica local. Até a efetiva construção desses espaços, as casas locadas concentravam muitos trabalhadores, assim como nos restaurantes, essa busca por novas casas e terrenos, evidenciou o aumento do valor dos aluguéis, gerando um processo de inovações e de construções diretamente vinculado a essa dinâmica recente.

A empresa IMADEX, segundo relata o TMX 2010, veio com 04 funcionários chegando a atingir 70 trabalhadores em 2012, entre as quais 25 trabalhavam no pátio da serraria e os demais de forma indireta como serrador, motoristas, e outros. O mesmo afirma que:

Não promovemos a vinda de funcionários, não. Os funcionários estavam aqui que veio com outros pessoal, mas que veio do Pará e do Maranhão, daqui mesmo do estado, da vila foi muito pouco, morador velho daqui, não chegou a trabalhar 05 pessoas com a gente. Não tem mão de obra aqui. Nessa área nossa aqui não tem mão de obra. Eles já tinham moradia própria aqui [não tiveram que construir alojamento para esses

trabalhadores], acho que eles já pagavam aluguel, não sei, não tivemos essa preocupação com alojamento porque a gente já pegou eles aqui, entendeu? (TMX 2010)

Desse modo, essa empresa é uma exceção dentre as empresas que chegaram em 2009 e 2010, absorvendo os trabalhadores que já estavam aqui ou que tinham vindo com outras empresas, contudo o TMX 2010, afirma que durante o tempo de atuação da empresa absorveu apenas 05 pessoas do aglomerado, não há mão de obra disponível e experiência para trabalhar nas serrarias, e os que têm já estão inseridos na atividade.

O entrevistado da empresa RR Madeiras, o TMRR 2010, afirma que a empresa madeireira atua com uma porcentagem de trabalhadores oriundos do Pará, correspondendo a 65% e os demais 35% são trabalhadores do estado, incluindo os de Nova Colina, da cidade de Rorainópolis, de Boa Vista, entre outras. Segundo o TMRR 2010, em 2012 tinham 100 trabalhadores atuando diretamente na serraria, contudo não dispôs de dados numéricos referentes aos anos de 2010 e 2011, porém ressaltou que o quadro de funcionários era maior que o atual.

Quanto às informações fornecidas pelo TMBV 2010, no ano de 2010 e 2011, chegaram a ter 200 funcionários na Madeireira Brasil Verde, atual Boa Vista e que nesse período trouxeram trabalhadores do Pará e Maranhão, estes possuíam experiência nesta atividade e “do estado [Roraima] não tinha nenhum. Eu vou falar sinceridade às pessoas daqui eles não se manifestam pra procurar este tipo de trabalho” (TMBV 2010).

A partir disso podemos apreender que a geração de emprego e renda para os moradores desse aglomerado ocorreu de forma indireta, uma vez que não contratavam mão de obra local, segundo o TMBV 2010 não tinha interesse em trabalhar nas serrarias, forçando os proprietários das madeireiras a necessidade de promoção e deslocamento de trabalhadores de outros estados, conseqüentemente aumento dos custos da produção. Quanto a não inserção dos moradores no setor madeireiro local podemos delinear alguns fatores, como por exemplo, possuir propriedade e, ou lote dispendo de estrutura econômica e produtiva, a participação em programas sociais e assistencialistas do Governo Federal, o envolvimento em atividades econômicas no interior do aglomerado, bem como o exercício da atividade madeireira ser recente neste aglomerado, entre outros.

Há que ressaltar, que tanto a empresa RR Madeiras quanto a Madeireira Boa Vista, responsabilizaram pela locomoção dos trabalhadores para o Aglomerado de

Nova Colina, com a condição de não adaptação por um período de 90 dias levá-los-iam para seus lugares de origem, assim promoveram a construção de alojamentos e casas na própria serraria ou outras áreas na busca de assegurar moradia aos trabalhadores e familiares, ainda ressaltam a garantia alimentícia com a disponibilidade de cantina, isto é, restaurante, os TMRR 2010 e TMBV 2010 afirmam que “não colocou em outro lugar porque a cidade não tinha estrutura”.

Contudo, ocorreram em 2012 o processo de deslocamento dos trabalhadores no sentido contrário, com retorno para os seus lugares de origem, como resultado da paralisação temporária da atividade extrativa madeireira neste aglomerado, por mais de 90 dias, bem como em todo Estado de Roraima, pela Operação da Polícia Federal Salmo 96: 12, gerando instabilidade econômica no âmbito local, municipal e estadual.

Nesta perspectiva, a Madeireira Boa Vista que detinha 200 trabalhadores, reduziu em 2012 para 32 funcionários no pátio da serraria e 12 trabalhando na extração no mato, totalizando 44 funcionários, os demais retornaram para suas antigas cidades ou ingressaram na empresa VIA, da construção civil, essa redução dos quantitativos de trabalhadores são reflexos diretos de problemas interno no âmbito administrativo e financeiro da empresa, e, acirrado com a ação da Polícia Federal, no que se refere ao cumprimento das exigências da legislação ambiental.

A empresa IMADEX, reduziu também o número de funcionários de 70 passando para 10 após a paralisação realizada pela Polícia Federal e de órgãos responsáveis pela liberação e fiscalização de projetos de Licenciamento Ambiental. Contudo, o TMRR 2010, afirma que não houve dispensa de funcionários e nem atraso no pagamento de salários, visto que, ressalta em seguida de que os trabalhadores de “fora”, durante o período da paralisação voltaram para suas antigas cidades e retornaram com a normalização jurídica e ambiental das atividades na serraria.

Essa empreitada exercida pela Polícia Federal no setor madeireiro desse aglomerado, assim como em todo Estado de Roraima, deu-se no início do mês de maio de 2012, e representou uma ação de intensa fiscalização ambiental e administrativa nos órgãos federais (INCRA, IBAMA) e estaduais (ITERAIMA, FEMARH), com esta medida identificaram o desmatamento ilegal, baseados em outros meios fraudulentos, este fato, respingou no setor madeireiro local pela paralisação de 90 dias para as Madeireiras: Boa Vista e RR Madeiras e 120 dias

para a IMADEX, refletindo negativamente para o exercício e para a manutenção dos trabalhadores e compromissos adquiridos ao longo dos anos. Para mencionarmos, o motivo desta Operação da Polícia Federal é declarado pelo Jornal Folha de Boa Vista no dia 28.05.2012, intitulada: “Operação Salmo 96: 12 - Justiça libera onze acusados e prorroga prisão de 27 pessoas” expressam que:

Com base em dados divulgados pela Agência Brasil de que o desmatamento aumentou 363% em Roraima entre 2011 e 2012 iniciou-se uma investigação que resultou na identificação de uma rede de fraudes e corrupção que tentava dar aparência de legalidade aos desmatamentos que, feitos conforme exige a lei, não são proibidos. Entre os crimes apontados estão a regularização (“grilagem”) de área que, segundo a PF, é equivalente a 146 mil campos de futebol, autorização para desmatamento de área equivalente a 21 mil campos de futebol, autorização para extração de 1,4 milhões de m³ de madeira (equivalentes a 56 mil caminhões carregados ao máximo, suficientes para fazer uma fila ininterrupta de São Paulo/SP até Brasília/DF).

A produção madeireira não é comercializada localmente, visto que é exportada para o mercado interno brasileiro, abrangendo quase todas as regiões, com exceção da região Sul, e ainda alcançando os mercados externos, como o país vizinho a Venezuela. Esta produção é escoada percorrendo os eixos rodoviários, a BR-174, ligando-se Manaus, ao sul do aglomerado, e a Venezuela ao norte, como elucida a tabela 16, a região Nordeste é a que possui maior número de estados consumidores, em segundo lugar está à região Norte e Sudeste e em terceiro o Centro-Oeste.

Tabela 16 – Mercado consumidor dos produtos madeireiros entre 2010 e 2012

Empresas	Estados Brasileiros	Países
IMADEx	BA, RJ, MG, TO, AM (Manaus)	-
RR Madeiras	CE, BA, GO, ES, RJ, PE, RR (Boa Vista), AM (Manaus)	Venezuela
Madeira Boa Vista	MG, AL, BA, RN, RJ, RR (Boa Vista), AM (Manaus)	Venezuela

Elaborada a partir das informações fornecidas pelos entrevistados, os TMX 2010, TMRR 2010 e TMBV 2010, 2012.

Ressaltamos que, além das paralisações realizadas pela Operação Salmo 96: 12 da Polícia Federal há outros problemas no contexto local, municipal e estadual que se concentram na prestação de serviços públicos, na disponibilidade de infraestrutura no aglomerado que pudesse atender a demanda de cada empresa.

Foram elencadas dificuldades quanto ao fornecimento de energia elétrica que não satisfazia o consumo das empresas, impulsionando-as a adquirir geradores próprios para continuar a desempenhar as funções na serraria; no tocante a saúde sem disponibilidade de médicos, em caso de acidentes no trabalho é necessário o deslocamento para a capital do estado; o TMBV 2010 ressaltou que a “comunicação é péssima [...] a gente tem que enfrentar fila em telefone público, [...] hoje a gente tá querendo trazer uma torre de celular pra cá”, fica claro deste modo o isolamento físico e comunicacional e social.

Ainda no contexto estadual, principalmente municipal segundo os trabalhadores entrevistados, inexistem lojas de peças/equipamentos voltadas a atender a peculiaridade das serrarias, sendo compradas e trazidas de outras cidades brasileiras, a exemplo de Manaus, Marabá, Belém, São Paulo, e outras. Segundo afirma o TMX 2010 “[...] isso tudo é dificuldade pra empresa, porque muitas vezes você tem um caminhão que precisa carregar e porque você não tem peça ele fica parado, dois, três, quatro dias parado é prejuízo”. Essa dificuldade na logística no setor comercial está atrelada ao dos transportes rodoviários, uma vez que as distâncias entre as cidades capitais próximas ao aglomerado que fornecem os serviços e peças localizam-se ao sul com mais de 400 km e ao norte superiores a 300 km, sendo única alternativa de locomoção as rodovias a esse aglomerado aumentando o tempo gasto nos deslocamentos. Destacaram ainda, a dificuldade na liberação de Projetos (TMRR 2010) de Licenciamento Ambiental. E o outro que tem representado o gargalo no processo de extração é a falta de mão de obra local e estadual para o exercício em funções dentro das serrarias, desse modo o TMBV 2010 chama atenção que:

A empresa quando veio pra cá sempre teve o pensamento de contratar as pessoas daqui, pessoas da cidade, do estado. Pra não ter despesa e gerar renda pras pessoas da cidade, mas até hoje a população não se manifesta. Porque as vezes dar a ideia de que não quer empregar pessoas daqui, [...] não tem esse pensamento e nunca teve. É até melhor pegar pessoas daqui pra dar renda pras pessoas daqui e evitar de despesas.

Além da espacialização exercidas pelas empresas madeireiras, no uso e produção do espaço no processo de expansão da exploração madeireira em outros estados na Amazônia Legal, evidencia-se pelo acúmulo do capital e da des-re-territorialização de empresas ao longo do tempo para novas áreas produtoras e abundantes de recursos florestais, como o caso do Aglomerado de Nova Colina, podemos também evidenciar no mesmo a presença efetiva de outra empresa, que

atua no ramo da economia, a da construção civil, que contribui para a geração de emprego e renda e, denotando novas territorialidades no processo de uso e ocupação do espaço local.

Desta forma, o trabalhador entrevistado, o TVIA 2010, ressalta que foram instaladas as bases da empresa em março de 2010, cumprindo alguns critérios para a instalação:

[...] local que tenha pelo menos iluminação, algum comércio nem que seja pequeno [...], se puder dividir o trecho [da Obra], o trecho dela é de 79.89 km que vai do Igarapé Arruda ao outro aqui na frente, então aqui a gente está, se contar de lá pra cá a 12 km do início, então centralizar o máximo que puder, [...].

A reconstrução da pavimentação asfáltica da rodovia BR-174, após os tramites licitatórios ficou dividida em quatro trechos, o primeiro trecho se contados de Manaus a Boa Vista, ficou sob a responsabilidade da Empresa Delta Construções S.A.¹¹, o segundo com a VIA Engenharia S.A., o terceiro com o Consórcio Seabra/Caleffi¹², o quarto e último com a CMT Engenharia Ltda¹³, com a conclusão prevista para maio de 2013.

Neste sentido, foram gerados empregos de forma direta e indireta que ao longo de dois anos de atuação é nítida a inconstância, uma vez que não permanece o mesmo número de funcionários/colaboradores, a exemplo no período chuvoso. Segundo relata o TVIA 2010, a empresa chegou a contratar 286 funcionários diretamente, e, somando com as funções terceirizadas alcançou um total de 400 funcionários, sendo que 114 pessoas inseridas de forma indireta, este período foi entre agosto de 2011 a maio de 2012. E no final de julho a setembro de 2012 reduziu-se para 35 funcionários da VIA e apenas 06 terceirizados.

Já em outubro de 2012, destaca ainda o TVIA 2010 que a contratação de trabalhadores passou de 35 para 41 funcionários da empresa VIA e 120 terceirizados, totalizando 161 pessoas. No processo de terceirização, esclarece o mesmo que ao adquirir o serviço direto do DNIT (Departamento Nacional de

¹¹Empresa tem sua matriz no Rio de Janeiro desde 1995, desenvolve-se em segmentos diversificados: edificações, incorporações, engenharia ambiental, saneamento, infraestrutura urbana, obras especiais (pontes e viadutos) e implantação, restauração e manutenção de rodovias. Em Roraima atua na restauração da rodovia BR-174 no trecho que vão do Igarapé Seabra até a divisa com o Amazonas.

¹²Empresa que ficou no trecho 03 que fica desde o Igarapé Seabra até o Igarapé Caleffi (km 281,2), contudo passou para a responsabilidade de concluí-lo a Empresa Egesa.

¹³Empresa CMT ENGENHARIA é uma empresa com atuação no segmento de infraestrutura: Saneamento Básico, Drenagem, Pavimentação, Urbanização e Obras de Arte Especiais, sua sede está em Brasília desde 2001. Em Roraima atua na restauração da BR-174 sul, iniciada em março de 2010, no trecho que vai do Igarapé Caleffi até a sede de Caracarái (km 369,0).

Infraestrutura de Transportes), terceiriza parte dele, a exemplo em 2011 que terceirizou o serviço de transporte, da construção de galerias; e em 2012, passou para a empresa da Coema Paisagismo, o serviço de asfalto e terraplanagem, contudo esses serviços são executados pelas empresas terceirizadas, as obras realizadas por estas empresas passam pela fiscalização da empresa VIA, concomitantemente exerce outras funções, além de funções administrativas no processo de execução e finalização da obra para ser entregue ao DNIT.

Quanto à origem dos funcionários são 80% do Estado de Roraima, como afirma o TVIA 2010, especificando os lugares, como da cidade de Rorainópolis, dos Aglomerados do Equador, de Nova Colina e de Boa Vista. Os outros 20% “não tinham nenhum vínculo com o estado, são os chamados funcionários estratégicos, atuam na área de Recursos Humanos – RH, na Administração ou Encarregados de Produção” (TVIA 2010), essas pessoas têm experiência e conhecimentos, desse modo são remanejadas de um lugar para o outro no Brasil inteiro, declara o entrevistado.

A empresa preparou infraestrutura para alojar seus trabalhadores, construíram alojamentos e casas, um alojamento contendo 40 quartos para acomodar os trabalhadores operadores de máquinas e de produção; já para os encarregados construíram uma casa com 16 quartos e, uma “casa de visita” para os trabalhadores de alto escalão, os engenheiros, superintendentes; e para atender aos trabalhadores de fora do aglomerado com suas famílias, a empresa alugou casas. O TVIA 2010 ressalta que a empresa disponibiliza de todas as refeições para os funcionários, bem como uma pessoa para lavar o uniforme de cada um, além de alojamentos higienizados, ver figura 14 a localização da empresa que está representada com a cor cinza.

Durante a entrevista indagamos o que seria feita com a infraestrutura construída após o término da obra de reconstrução da BR-174, que medidas serão tomadas pela empresa, relata o TVIA 2010 que:

Quando eles [empresa VIA] fazem um contrato com o DNIT, lá no contrato fala tudo que for construído, inclusive esse computador, nós saindo tem que deixar, se ele quebrar eu tenho que colocar outro no lugar, [...] alguém do DNIT vem aqui receber tudo o que nós fizemos, desde os prédios ate o que a gente comprou aqui, tudo. Até o próprio terreno que tinha uma negociação para a empresa comprar o terreno e repassar pro DNIT que eu não sei se já concluíram essas negociações como é que tá o andamento.

Desse modo, a estrutura física e material utilizada pela empresa durante a prestação de serviço ao DNIT, permanece no lugar sendo prestadas contas das ações administrativas e jurídicas ao órgão, que na concepção do entrevistado será repassado à estrutura física pelo DNIT para o município ou ao governo do estado.

Percebemos que, ao término da obra os indivíduos envolvidos nesse processo não terão a garantia de continuidade na empresa, com exceção dos funcionários estratégicos como mencionados acima, embora sejam trabalhadores inseridos no processo de geração de emprego formal, vincula-se ao emprego temporal, obedecendo ao espaço de tempo definido (de início e término da obra), e submetido às estações do ano, durante a realização do serviço.

O TVIA 2010 menciona que as dificuldades encontradas no Aglomerado de Nova Colina são na parte de logística no que se refere aos transportes para trazer máquinas e profissionais de outros estados brasileiros, pois o acesso é via fluvial até Manaus e depois rodoviário gastando muito tempo nesse processo, gerando assim prejuízo, ou via aéreo elevando ainda mais os custos econômicos para a empresa. Ainda ressalta a falta de qualificação profissional no estado para atuar com máquinas e exercer funções específicas, além da informalidade dos comércios locais dificultando a aquisição de alguns serviços, como falta de notas fiscais para a prestação de contas da empresa e a dificuldade para a manutenção dos equipamentos/máquinas, uma vez que, no estado não disponibiliza sendo necessário importar de outras regiões brasileiras.

Enfatiza o referido trabalhador que, a empresa beneficiou o aglomerado ao melhorar o acesso rodoviário entre os lugares, assim como pela geração de emprego e renda para o Município de Rorainópolis, contabilizados pelos 80% dos trabalhadores do estado, e do consumo local nos comércios do Aglomerado de Nova Colina, ressaltando que não beneficia mais porque as peças e equipamentos vêm de outros estados. Outro fator favorável, segundo o TVIA 2010, que a empresa assume o compromisso de causar o mínimo de impacto ambiental possível nos trechos de sua atuação, tendo que reconstituir a vegetação, exemplifica: “pra uma árvore que você tira ao longo da estrada, eu tenho que repor 10; então só aí tá vendo o compromisso da empresa. [...] tenho que plantar 10 da mesma espécie. Tem que arrumar!”.

Portanto, as atividades econômicas baseadas no extrativismo florestal e da construção civil, apresentam dificuldades no exercício de suas funções, no tocante a

logística de transporte, comunicação e da prestação de serviços que atenda a peculiaridade de cada setor, uma vez que no estado e no município inexistem, aumentando o arco de dependência a centros comerciais de outros estados, associando as distâncias geográficas e de acesso ao aglomerado dificulta o desempenho das atividades econômicas, além de aumentar o custo dos serviços para os empresários. Há outro fator, que é o gargalo para essas atividades econômicas, a falta de mão de obra qualificada, no caso da VIA, e da disponibilidade para a atividade nas serrarias e na extração florestal, que ao seu modo, requer qualificação e experiência no exercício da função.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado teve como objetivo analisar o lugar Nova Colina no Município de Rorainópolis, como um “novo” lugar na última fronteira amazônica, buscando entender seu significado na rede urbana de Roraima. Esse lugar insere-se em uma rede urbana simples pela realidade de sua localização possuindo peculiaridades e singularidades, uma vez que o mesmo não é considerado pelo IBGE, formalmente, como urbano e sim aglomerado rural do tipo povoado.

No entanto, baseados em Corrêa (1989), questionamos em nossa pesquisa se Nova Colina poderia ser considerada uma localidade central apesar de ser um minúsculo núcleo semirural, tendo importância no seu raio de abrangência pelas funções que concentra.

Partimos da hipótese de que Nova Colina detém novas funções que redefinem o seu papel na rede urbana local devido à instalação de madeiras oriundas da Amazônia Legal a partir do ano de 2008, que possibilitaram o seu crescimento demográfico, econômico e espacial.

Esse lugar que surgiu na década de 1970, localizado às margens do principal eixo rodoviário interestadual, a BR-174, está associado a projetos de assentamentos agrícolas pensados para a região como parte de políticas governamentais de ocupação da fronteira amazônica.

Esses projetos desencadearam uma urbanização configurada na proposta de fronteira urbana de ocupação analisada por Becker (1994), e não como fronteira de expansão rural. Neste contexto, em Roraima segundo Amorim Filho e Diniz, (2005a) prevalece o surgimento de sedes municipais, povoados, vilas e aglomerados ao longo das rodovias, evidenciando-se peculiaridades para classificar os espaços urbanos e rurais, pois urbano é representado pela sede administrativa municipal e os demais espaços são entendidos como rurais, como o caso de Nova Colina.

Embora o lugar Nova Colina não seja classificado formalmente como urbano conforme análise anterior, verificamos que ele acumula formas e funções de espaços urbanos, identificados pelos equipamentos urbanos, pelo traçado urbano, pela concentração demográfica e de serviços, além de atividades econômicas.

A centralidade desse lugar, ao hierarquizarmos os aglomerados do Município de Rorainópolis, está baseada na prestação de serviços educacionais, de saúde, de

comércios e, sobretudo demográfico, estando classificado em segundo lugar após a cidade de Rorainópolis e superior aos demais aglomerados do município¹⁴.

No que se refere ao número de alunos matriculados em escolas estaduais¹⁵ em 2012, Nova Colina, entre os aglomerados do Município de Rorainópolis localizados ao longo da rodovia BR-174, ocupa o primeiro lugar com 723 alunos matriculados, em segundo está o Equador com 315, em terceiro Martins Pereira com 220 e em quarto lugar está Jundiá com 65 alunos, inferior apenas à sede municipal que tinha 2.377 alunos distribuídos em três escolas. Ainda, Nova Colina é o único entre os aglomerados a disponibilizar extensão universitária (sediado na escola estadual local), com os cursos de graduação em: Administração e Letras, ofertados pela Universidade Estadual de Roraima, que possui um Campus Avançado na cidade de Rorainópolis.

Na esfera municipal¹⁶ de ensino predomina a mesma ordem hierárquica, com exceção de Santa Maria do Boiaçu que aparece em quarto lugar com 117 alunos matriculados e em quinto está Jundiá com 108 alunos matriculados. Desse modo Nova Colina detinha 470 alunos, Equador 268 e Martins Pereira 188, e a sede tinha 2.320 alunos distribuídos em 07 escolas com a Educação Infantil. Assim, o Aglomerado de Nova Colina detém destaque em relação aos demais aglomerados, sendo que polariza a sua hinterlândia na prestação deste serviço, uma vez que o transporte escolar possibilita o deslocamento de alunos de lugares distantes ao polo de ensino no aglomerado ao longo da rodovia e vicinais.

No que se refere à saúde¹⁷, o município possui 07 postos de saúde, 02 na sede e 01 em cada aglomerado. Apenas a cidade de Rorainópolis destaca-se em números de funções específicas, isto é, de atendimento especializado totalizando 69 profissionais. Contudo, Nova Colina e Martins Pereira possuem o mesmo quantitativo de atendimento especializado, tendo 19 e 21 profissionais

¹⁴ Utilizamos apenas essas variáveis para essa hierarquização devido à indisponibilidade de outras fontes oficiais.

¹⁵ Informações obtidas no Centro Regional de Ensino de Rorainópolis referente ao ano de 2012 destacam que o quadro de docentes nas escolas estaduais da sede municipal e dos aglomerados contabilizam 151 profissionais da educação, vinculados à Secretaria de Educação do Estado de Roraima.

¹⁶ Os dados foram obtidos na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Rorainópolis (SEMED); Departamento de Ensino e Assuntos Pedagógicos, 2012. Esclarecem que Censo Escolar de 2012 teve 4.236 alunos matriculados e em 2011 foram 3.942 alunos na rede de ensino municipal.

¹⁷ Dados fornecidos pela SEMSA – Secretaria Municipal de Saúde de Rorainópolis referentes a quantitativo de profissionais da saúde, de postos de saúde e do número de pessoas atendidas por essa instituição durante o ano de 2012.

respectivamente, divergindo apenas na quantidade de agentes comunitários, igualando-se na prestação desse serviço ao lugar e entorno. Os aglomerados de Jundiá, Equador e Santa Maria do Boiaçu possuem 05, 03 e 11, profissionais, respectivamente, em cada posto de saúde.

Nesta conjuntura, ao analisarmos o quantitativo de famílias¹⁸ e pessoas atendidas em cada posto de saúde municipal, há discrepância entre os dados. Assim, o Aglomerado de Martins Pereira, atende a 172 famílias que totalizam 589 pessoas que são atendidos por 21 profissionais da saúde, já o Aglomerado de Nova Colina atende a 723 famílias contendo 2.731 pessoas, com 19 profissionais, sobressaindo ao primeiro em 2.142 pessoas, denotando lugar de destaque diante dos atendimentos à saúde, que contradiz de certo modo, os dados demográficos do IBGE (2010) a existência de apenas 1.510 pessoas em Nova Colina. Portanto, essa posição é inferior apenas para a sede municipal que atende a 2.112 famílias, compreendendo a 7.603 pessoas. Ressaltamos que, os demais aglomerados não disponibilizam de informações no SIAB¹⁹, por não preencher os pré-requisitos exigidos pelo sistema mencionado.

Notamos que os dados disponibilizados pelo Censo de 2010 e os da SEMSA de Rorainópolis para quantificar a população de cada lugar, não se igualam pelo contrário elucidam as diferenças entre ambos, no entanto depois da sede municipal, Nova Colina desponta como lugar de destaque e importância no contexto local diante dos demais aglomerados, uma vez que ambos são entendidos como espaços rurais pela definição realizada pelo IBGE.

Segundo os Censos Demográficos de 2000 e 2010 o Aglomerado de Nova Colina passou de 926 para 1.510 pessoas residentes, conseqüentemente há no lugar e na paisagem reflexos dessas alterações demográficas, como por exemplo, com a ampliação da “mancha urbana” pioneira, aumento no número de comércios

¹⁸ Informações obtidas na Secretaria Municipal de Saúde de Rorainópolis (SEMSA), no Relatório de Profissionais por Estabelecimento de Saúde, 2012.

¹⁹ SIAB- Sistema de Informação de Atenção Básica à Saúde compõe o banco de dados da SEMSA de Rorainópolis, essas informações são referentes até o mês de outubro de 2012. O SIAB é definido pelo Segmento Territorial - é um conjunto de áreas contíguas que pode corresponder à delimitação de um Distrito Sanitário, de uma Zona de Informação do IBGE ou a outro nível de agregação importante para o planejamento e avaliação em saúde no Município. É a divisão territorial utilizada para a análise espacial dos dados em um determinado município (BRASIL, MINISTERIO DA SAÚDE, 2003).

na localidade para atender a recente demanda em função das atividades econômicas instaladas nesse aglomerado.

Dessa maneira, nos chama atenção os dados da Secretaria da Fazenda de Rorainópolis – SEFAZ²⁰, referentes ao ano de 2012, em relação ao comércio e as indústrias registrados nessa instituição. Com isso, Nova Colina é apontada com a segunda posição com 42 comércios e 13 indústrias, depois da cidade de Rorainópolis que possui 416 comércios e 58 indústrias, em terceiro está Equador com 18 comércios e 02 indústrias e em quarto e quinto estão Jundiá e Martins Pereira com 08 e 02, 06 e 03 respectivamente.

Vale destacar, que estes dados mencionados acima, correspondem aos estabelecimentos cadastrados como contribuintes do Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços – ICMS, imposto de competência estadual para instituí-lo. Apesar da existência de empresas que são somente contribuintes de Imposto Sobre Serviços – ISS, de competência municipal, as empresas que se inserem nesta categoria não são obrigadas a se cadastrarem junto a SEFAZ. Diante disso, foram contabilizados durante a pesquisa de campo 91 comércios²¹ no Aglomerado de Nova Colina, que se concentram na Avenida Brasil, a principal, e às margens da rodovia BR-174 que representam a área comercial do lugar (Figura 14), portanto, sobressaindo, hierarquicamente à frente dos demais aglomerados do município.

A migração de empresas madeireiras provenientes de estados da Amazônia Legal denotam processos de des-re-territorialização conforme (HAESBAERT, 2008) de capital e pessoas de antigas áreas de exploração florestal, fenômeno comum nos demais estados amazônicos. Dessa forma, faz com que Nova Colina seja alvo da ação de madeireiros, uma vez que apresenta farta disponibilidade de recursos naturais, constituindo fator de atração de capital, por conta do alto valor comercial bem como da variedade de espécies de madeiras existentes, consistindo assim, na nova fronteira econômica para a ação do capital (BECKER, 2001), possibilitando futuras disputas e conflitos pelos interesses envolvidos nesse processo.

²⁰ Informações obtidas na Secretaria da Fazenda - SEFAZ de Rorainópolis, 2012, totalizam no Município de Rorainópolis 494 comércios cadastrados e 81 indústrias.

²¹ Em Nova Colina os tipos de comércios existentes e seu quantitativo são: 12 mercearias; 07 lojas de peças para moto, motosserras; 02 farmácias; 02 casas materiais de construção; 01 de produtos agropecuários; 01 posto de gasolina e de 01 de gás; 03 restaurantes; 02 lojas de eletrodomésticos; 15 bares; 02 distribuidoras de bebidas; 04 hotéis e/ou pousadas; 07 lanchonetes; 06 padarias; 05 lavajatos; 03 sorveterias, entre outros.

A esse processo é nítido no espaço local a modificação na dinâmica do lugar, com processos de ocupação de novas áreas no entorno, pela espacialização das empresas e da construção de moradias para seus trabalhadores, obedecendo a padrões homogêneos na construção das mesmas, uma vez que, esses trabalhadores não são da localidade, marcando possivelmente a valorização fundiária nesse lugar.

A presença dessa atividade econômica proporcionou a geração de poucos empregos para a população local, pois segundo os entrevistados não há mão de obra especializada no local que atenda a demanda de cada empresa madeireira, portanto, obrigando os empresários a deslocarem trabalhadores, exigindo as responsabilidades sociais e econômicas para com os envolvidos. Porém esse processo tem possibilitado a interação de costumes, hábitos, cultura, religião entre os novos e antigos moradores deste lugar, efetivando os processos da reterritorialização espacial e social.

O exercício dessa atividade econômica extrativa proporciona direta e indiretamente o aquecimento da economia local, no que se refere à ampliação, a variedade de comércios instalados, assim como a instalação de novas lojas, onde as matrizes normalmente localizam-se na cidade de Rorainópolis, Boa Vista e Manaus.

Há de ressaltar que, não houve explicitamente políticas públicas que contribuísse para o deslocamento de pessoas e atividades econômicas para Nova Colina, mas de iniciativa particular pela disponibilidade de recursos florestais e escassez dos mesmos em seus antigos lugares, embora ambos tenham ainda as empresas matrizes em seus lugares de origem, correspondendo uma rede de controle da atividade madeireira que extrapolam estados amazônicos.

Percebemos que não há fixação e permanência dos trabalhadores das quatro últimas empresas madeireiras instaladas no aglomerado, e sim uma volatilidade, apresentando oscilações quanto ao número de trabalhadores, que variam de acordo com a estação do ano, a aprovação de projetos de manejos ou a processos de fiscalização ambiental²², assim como a realizada em maio de 2012, pois está pautada em ciclos de vulnerabilidades econômicas, proporcionando idas e vindas

²² Operação Salmo 96:12 da Polícia Federal realizada em 23 de maio de 2012, paralisando as empresas madeireiras em todo Estado de Roraima, como resultado da investigação declarando a existência de uma rede de fraudes e corrupção que tentava dar aparência de legalidade ao desmatamento a partir da obtenção fraudulenta de documentos junto ao INCRA e de licenciamento ambiental fraudulento junto ao órgão estadual de meio ambiente (FEMARH).

aos seus lugares de origem, que também reflete negativamente no seio da comunidade local e municipal.

Esse processo é marcado também na empresa de construção civil, uma vez que não é uma atividade de permanência na localidade, e sim por um período de dois anos, demonstra, portanto uma rotatividade do quantitativo de empregos gerados nesse período, oscilando nas estações chuvosas e no processo de terceirização de serviços, mas diferencia-se das empresas madeireiras por absorver 80% de trabalhadores residentes no Estado de Roraima, embora obedeça ao mesmo padrão de construção de alojamentos, assistência social e alimentar, garantias trabalhistas aos trabalhadores dessa empresa.

Notamos diante do exposto que há uma vulnerabilidade no que se refere a essas atividades econômicas, pois não apresentam caráter de permanência e segurança econômica e de geração de emprego, mas sim por ciclos e não se sabe a durabilidade e da permanência de tempo e dos recursos florestais do entorno de Nova Colina, ou se estarão dando continuidade aos processos migratórios para conquistar novas áreas de exploração florestal.

Este lugar rural, às margens da rodovia BR-174, por definição do IBGE, apresenta equipamentos urbanos que o identifica como espaço urbano, apesar de sua peculiaridade de localização e de abrangência de serviços e funções no local, sendo centralidade para os moradores do entorno e das vicinais. Sobressaindo-se aos outros aglomerados nas suas funcionalidades, no quantitativo demográficos e espacial representando maior crescimento nesse contexto.

Roraima possui uma rede urbana com especificidades que a individualiza, tendo uma macrocefalia urbana devido à concentração cumulativa na capital e pela forma solar que organiza essa rede (CORRÊA, 2010), que também está em processo de gestação no contexto regional (AMORIM FILHO e DINIZ, 2005a), denotando pouca hierarquização e complementaridade econômica entre as cidades roraimenses.

Sabemos que em Roraima o processo de emancipação municipal é recente, a exemplo de Rorainópolis que surgiu em função da abertura da rodovia e projetos de assentamentos e de acampamentos do 6º BEC no rasgo da floresta e emancipou-se em 1995.

Porém, destacamos que Rorainópolis, ocupa a segunda posição dentre os mais populosos do estado (IBGE, 2010) e dentro de seu município destaca-se o Aglomerado de Nova Colina, como o maior.

Com isso, o lugar Nova Colina mesmo como minúsculo núcleo semirrural (CORRÊA, 1989), se observado no contexto estadual e regional, pode ser considerado como localidade central. O mesmo conecta-se com as demais cidades e aglomerados de Roraima e, de fora do estado, visto pela exportação de produtos florestais alcançando os estados da região Nordeste, Centro-Oeste e para o país vizinho, a Venezuela; mantém forte relação (capital e pessoas) entre as empresas e seus lugares de origem; do consumo de peças e equipamentos da região Centro-Sul do país; e também de funcionários de alto escalão oriundos de toda parte do país que atuam na empresa de construção civil no sul do estado. Igualmente, possui população urbana maior que as cidades de Amajari (1.219) e Uiramutã (1.138) localizados na Mesorregião Norte de Roraima.

O referido lugar participa e faz parte do processo de inserção da rede urbana de Roraima, tanto no contexto local-municipal e estadual-regional, respeitando as proporcionalidades quanto aos números absolutos na prestação de serviços, de bens e de consumo e das distâncias geográficas entre as capitais estaduais.

Nova Colina tem caminhado para a emancipação política, movimento iniciado desde 1999 no contexto local, este lugar “urbano” na última fronteira urbana amazônica tem desfrutado, principalmente desde 2008, de crescimento demográfico, econômico e espacial na estrutura hierárquica dos lugares de Rorainópolis e no contexto estadual.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno e DINIZ, Alexandre M. A. Boa Vista, Roraima: uma cidade média na fronteira setentrional do Brasil. In: **Cidades**: relações de poder e cultura urbana. MOURA, Ana Maria S. e FILHO, Nelson Sena (Org.). – Goiânia: Ed. Vieira, 2005a. 13-34p.

_____. A embrionária rede urbana de Roraima. Estudos Socioterritoriales. **Revista de Geografia**. Tandil – Argentina, v. 5, n. 5, 2005b.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima paisagens e tempo na Amazônia setentrional**. Recife: Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1995. 269p.

_____. Mobilidade populacional, fronteira e dinâmica das paisagens na Amazônia: o caso de Roraima. **Cadernos de Estudos Sociais**. v. 12, n. 2, p. 237-284, Fundaj/Recife, 1996.

BECKER, Bertha k. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 168p.

_____. **Amazônia**. São Paulo: Editora Ática, 1994. 112p.

_____. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. In: **Fronteiras**. Aubertin, Catherine (org.), Brasília: Editora Universidade de Brasília; Paris: ORSTOM, 1988. 60-89p.

BRASIL, Ministério da Saúde. **SIAB**: manual do sistema de informação de atenção básica. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – 1. ed., 4.^a reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. 96p. Disponível em: http://dtr2001.saude.gov.br/editora/produtos/livros/pdf/03_1543_M.pdf. 19.12.2012. Acesso em: 19/12/2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996. 150p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 302p.

_____. A periodização da rede urbana da Amazônia. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, ano 49, n.3, p.39-68, jan./mar. 1987.

_____. **A rede urbana**. Rio de Janeiro: Editora Ática, Série Princípios, 1989. 96 p.

_____. Interações espaciais. In: **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs). 4^a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 279-318p.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: **Novos caminhos da geografia**. CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). 5. Ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2007. 161-171p. – (Caminhos da Geografia).

DINIZ, Alexandre M. A. **A dimensão qualitativa da migração e da expansão da fronteira agrícola em Roraima**. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Núcleo de Estudos de População, s/d. 16p. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/eventos/transdisciplinar/mig_diniz.pdf. Acesso em: 17/03/2012.

_____. e SANTOS, Reinaldo Onofre dos. Fluxos Migratórios e formação da rede urbana de Roraima. Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Núcleo de Estudos de População. **Anais Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, Minas Gerais 2006, 20p. www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/.../ABEP2006_345.pdf. Acesso em 17/02/2012.

GIL, A. Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 8. reimp. São Paulo: Atlas, 2010. 200p.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: **Geografia: conceitos e temas** CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.165-205p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**: Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. 2ª edição, Rio de Janeiro, 2003. 157p.

_____. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-1 – 5-5, 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf. Acesso em: 10/11/2010.

_____. **Censo Demográfico 2000**: Resultados do universo. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab_brasil.shtm. Acesso em: 15/11/2012.

_____. **Instituições Financeiras**: número de agências em 2006 e 2010, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/comparamun/compara.php?codmun=140047&coduf=14&tema=instfin&codv=V01&lang=>. Acesso em: 11/11/2012.

_____. IBGE: mostra a nova dinâmica da rede urbana brasileira. IN: **Sala de Imprensa**: Regiões de Influência das Cidades, 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1246. Acesso em: 15/10/2012.

_____. **Base de informações do Censo Demográfico 2010:** resultados da Sinopse por setor censitário. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações. Rio de Janeiro, 2011. 37p. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Sinopse/Agregados_por_Setores_Censitarios. Acesso em: 12/12/2012.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 15/10/2012.

_____. **Indicadores sociais municipais:** uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/comparamun/compara.php?codmun=140047&coduf=14&tema=ind_soc_munic_censo2010&codv=v29&lang. Acesso em: 12/11/2012.

_____. **Ensino - matrículas, docentes e rede escolar 2005 e 2009, 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 12/11/2012.

_____. **Serviços de Saúde 2005, 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/comparamun/compara.php?codmun=140040&coduf=14&tema=assismed&codv=v03&lang>. Acesso em: 12/11/2012.

_____. **Pecuária 2011.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=pecuaria2011>. Acesso em: 11/11/2012.

_____. **Produção da Pecuária Municipal, Rorainópolis, 2011.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 11/11/2012.

LIMA, VANESSA. Justiça libera onze acusados e prorroga prisão de 27 pessoas. **Jornal Folha de Boa Vista**, Boa Vista, 28 mai de 2012. Disponível em: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=129999>. Acesso em: 10/10/2012.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. **Cadernos do IPPUR/UFRJ**. v.13, n.1, p. 110-137, Jan./jul. 1999.

MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias. **Amazônia Brasileira:** processo histórico do extrativismo Vegetal na Mesorregião Sul de Roraima. 2006. 314p. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2006.

MONTEIRO, Alcidema; et al. **O espaço amazônico:** sociedade & meio ambiente. Belém: UFPA/NPI, 1997. 129p.

MOURÃO, Gersa Maria Neves. **Colonización reciente y asentamientos rurales em ell sureste de Roraima, Amazônia Brasileña:** entre la política y la naturaleza. 2203. 463p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidad de Valladolid, Valladolid, Espanha, 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: Monopólio, expropriação e conflitos**. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1995. 132p. Série Educando.

PEREIRA, José Carlos Matos. A urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na rede urbana regional. In: **O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas**. CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (Org.) – Belém: EDUFPA, 2006. 23-52p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Miguel Ângelo C. **A Complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Volume 1. Rio de Janeiro, 1998.

_____. *Transformações na Rede Urbana: o exemplo da Amazônia*. In: **Boletim Goiano de Geografia**, v.17, n.1, p. 63-72, jan./jun. 1997.

ROCHA, Rosimary Gomes. A expansão da fronteira agrícola no Brasil e a reordenação territorial da Amazônia brasileira. In: ARAGÓN, Luis E.; OLIVEIRA, José Aldemir de. (Orgs.). **Amazônia no cenário Sul-Americano**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. 117-129p.

RORAIMA. Governo do Estado de Roraima. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. **Produto Interno Bruto Estadual e Municipal 2009**. 8ª edição. Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR, 2012a. 87 p.

_____. Governo do Estado de Roraima. Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento. **Anuário Estatístico de Roraima 2009**. Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR, 2009.125p.

_____. Governo do Estado de Roraima. **PIB de Roraima em 2010 teve maior crescimento dos últimos anos**, 2012b. Disponível em: [HTTP://WWW.RR.GOV.BR/INDEX.PHP?OPTION=COM_CONTENT&VIEW=ARTICLE&ID=10734:PIB-DE-RORAIMA-EM-2010-TEVE-MAIOR-CRESCIMENTO-DOS-ULTIMOS-ANOS&CATID=183:2012NOVEMBRO](http://www.rr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10734:PIB-DE-RORAIMA-EM-2010-TEVE-MAIOR-CRESCIMENTO-DOS-ULTIMOS-ANOS&catid=183:2012NOVEMBRO). Acesso em: 11/11/2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 120p. (Coleção Milton Santos; 12).

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. – 4. ed. 1. reimpr.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 383p. – (Coleção Milton Santos).

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 1. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2008. 170p.

SEBRAE. **Como funciona um arrendamento de uma empresa**, 2011. Disponível em: <http://www.mundosebrae.com.br/2011/07/como-funciona-o-arrendamento-de-uma-empresa/>. Acesso: 18/01/2013.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO ESTADO DE RORAIMA. Departamento da Receita. Agência de Rendas de Rorainópolis. **Resposta à**

solicitação de dados para elaboração de dissertação. Rorainópolis/RR, 2012. (Ofício)

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica Territorial Urbana do Estado de Roraima – Brasil.** 2007. 327p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. e MOURÃO, Gersa Maria Neves. Projetos de colonização e urbanização: uma realidade na fronteira roraimense. **V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária**, (Anais); João Santos Nahum (Org.). - 1. ed. - Belém : Ed. Açai, 7 a 11 nov. 2011.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e SILVA, Barbara-Christine Nentwig. A rede urbana de Roraima: primazia e integração. **Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador**, Bahia. Ano VI, Nº10, p.38-46, jul, 2004a.

_____. Em busca de um novo modelo de desenvolvimento regional na Amazônia brasileira: o exemplo de Roraima. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 14, n. 3, p.615-628, dez. 2004b.

_____. Roraima: problemas de desenvolvimento sustentável em uma região de fronteira. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 10, n. 1, p.129-149, jan./abr. 2005.

SILVEIRA, Maria Laura. Os Novos Conteúdos da Regionalização: Lugares Modernizados e Lugares letárgicos no Planalto Nordpatagónico Argentino. In: FINISTERRA, **Revista Portuguesa de Geografia**, v. XXIX, nº 58, p. 267-284,1994.

SILVEIRA, María Laura. Do universal ao particular. In: **Um país, uma região: fim de século e modernidades na Argentina.** Prefacio de Milton Santos. - São Paulo: FAPESP; LABOPLAN-USP, 1999. 409- 420p.

SILVEIRA, Isolda Maciel da & GATTI Marcelo. **Notas sobre a ocupação de Roraima, migração e colonização.** Bol. Mus. Pará, Emílio Goeldi, Sér. Antropoll v. 4, n.1, 63p. 1988.

SOUZA, Marcelo Lopes, O que faz de uma cidade uma cidade? In: **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 23-40p.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. Produção do espaço e uso urbano em Boa Vista-Roraima. In: **Roraima 20 anos as geografias de um novo estado.** Orgs: SILVA, Paulo de Freitas; OLIVEIRA, Rafael da Silva; Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

VICENTINI, Yara. **Cidade e História na Amazônia.** Curitiba: Ed. UFPR, 2004, 287p.

APÊNDICES

Roteiro das Entrevistas – Moradores Pioneiros

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Natural: _____

Profissão: _____ Estado Civil: _____ Quantos Filhos: _____

1. Quanto tempo você mora em Nova Colina? Ou que ano veio para cá?
2. Com quem você veio para cá? Como conheceu este lugar? Quantas famílias já moravam aqui?
3. Por que escolheu morar em Nova Colina? Quais são os motivos?
4. Como era Nova Colina quando você chegou aqui?
 - 4.1. Como era viver em Nova Colina? Quais eram as dificuldades?
5. Em que você trabalhou/trabalhava? Que atividade econômica existia aqui?
6. Quais eram os meios de transportes? Tinham assistência por parte do governo de Roraima? Quais eram?
 - 6.1. Você obteve algum benefício ou ajuda de custo do governo de Roraima?
7. Que atividade econômica predomina atualmente em Nova Colina?
8. Na sua concepção essas atividades econômicas têm trazido alguma melhoria e/ou problema para o lugar Nova Colina? Quais seriam?
9. Na estrutura espacial do lugar Nova Colina que alterações você percebeu nos últimos anos?

Roteiro de Entrevista – Empresas Madeireiras

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Natural: _____ Profissão: _____

Estado Civil: _____ Quantos Filhos: _____

Nome da Empresa: _____

Local de origem da empresa: _____

1. Quanto tempo à empresa está instalado no lugar Nova Colina? Ou que ano chegaram aqui?
2. Já atuavam com a atividade madeireira? Há quanto tempo?
3. Quais são as razões para a escolha do lugar Nova Colina para a instalação da empresa madeireira?
 - 3.1. Existe algum auxílio e/ou subsídio por parte do governo estadual ou municipal? Ou parcerias quanto à promoção de infraestrutura para o desenvolvimento da atividade madeireira?
4. Qual é o principal mercado consumidor dos produtos da empresa madeireira?
5. Trabalham com projetos de Licenciamento Ambiental e projetos de manejo florestal? As extrações são de áreas da própria empresa ou são de projetos compartilhados com agricultores do município?
6. Quantos funcionários a empresa tem atualmente? É constante esse número? Por quê?
 - 6.1. Quantos empregos são gerados diretamente ou indiretamente no lugar?
7. Todos os funcionários são daqui da localidade? De onde são? De que forma a empresa possibilitou os deslocamentos dos familiares dos mesmos?
8. A empresa dispõe de alojamentos para os trabalhadores e/ou funcionários? Quantos?
9. Que dificuldades a empresa madeireira encontram e/ou encontraram aqui? Por quê?
10. Qual é a contribuição dada pela empresa para o lugar, ao município e estado?

Roteiro de Entrevista – Empresa VIA Engenharia S. A.

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Natural: _____ Profissão: _____

Estado Civil: _____ Quantos Filhos: _____

Nome da empresa: _____

Local de origem da empresa: _____

1. Quanto tempo à empresa está instalada no lugar Nova Colina? Ou que ano instalaram aqui?
 - 1.1. Qual é a duração do projeto para a reconstrução da empresa VIA? Qual é o trecho de atuação da empresa?
2. Por que instalaram a empresa aqui em Nova Colina?
3. Quantos funcionários tem a empresa atualmente? É constante esse número? Por quê? Em que período teve mais trabalhadores?
4. Os funcionários da empresa são da localidade? Quantos? De onde são?
5. A empresa dispõe de alojamentos para os trabalhadores e/ou funcionários?
6. Após o término da obra de reconstrução da rodovia BR-174 que medidas serão tomadas pela empresa com relação à infraestrutura construída e aos trabalhadores envolvidos?
7. Que dificuldades encontram e/ou encontraram aqui? A que você atribui tais dificuldades? Por quê?
8. Qual é a contribuição dada pela empresa VIA para o lugar Nova Colina, ao município e estado?